





Redes Sociales de Tisbo Social

15 a 17 de agosto

ANTONIO VO DE CARVALHO

Recursos Básicos

INFORMACIÓN DE CONTACTO



Copyright © 2008 de Paulo Duarte de Carvalho Amarante
Todos os direitos desta edição reservados à Fundação Oswaldo Cruz/LAPS
ISBN:

Capa
Adriana Carvalho e Felipe Amarante
Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
Flavia Manes e Renata Maués Mesquita
Supervisão Editorial
Paulo Amarante e Renata Ruiz

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

A485 Amarante, Paulo e Lima, Ricardo (Coord.)

Loucos pela diversidade: da diversidade da loucura à identidade da cultura. Relatório final. / Coordenado por Paulo Amarante e Ricardo Lima. [Rio de Janeiro]: s.n., 2008.

105 p.

1. Saúde Mental. 2. Desinstitucionalização. 3. Diversidade Cultural. 4. Políticas Públicas de Saúde. 5. Congressos. I. Amarante, Paulo (Coord.) II. Lima, Ricardo (Coord.) III. Título. IV. Oficina Loucos pela Diversidade da Diversidade da Loucura à Identidade da Cultura (Rio de Janeiro: 2007).

CDD - 21.ed. - 362.2

2008

Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental/Fiocruz
Av. Brasil, 4036 sala 506

Loucos pela **D**iversidade

da diversidade da loucura
à identidade da cultura

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PRESIDENTE Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA CULTURA
MINISTRO Gilberto Passos Gil Moreira
SECRETÁRIO EXECUTIVO João Luiz Silva Ferreira

SECRETARIA DA IDENTIDADE E DA DIVERSIDADE CULTURAL
SECRETÁRIO Sérgio Duarte Mamberti
SUBSECRETÁRIO Ricardo Anair Barbosa de Lima
GERENTE Américo Córdula

MINISTÉRIO DA SAÚDE
MINISTRO José Gomes Temporão

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
PRESIDENTE Paulo Marchiori Buss

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
DIRETOR Antonio Ivo de Carvalho

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM
SAÚDE
COORDENADORA GERAL Maria Alicia Dominguez Uga

LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SAÚDE MENTAL
COORDENADOR Paulo Duarte de Carvalho Amarante

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Paulo Amarante (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental - Laps/Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - Ensp/Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz)

Ricardo Lima (Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - SID/Ministério da Cultura - MinC)

ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO

LAPS/ENSP/FIOCRUZ

Áurea Pitta, Beatriz Adura, Edvaldo Nabuco, Leandra Brasil, Lucrécia Corbella, Patrícia Vieira Duarte e Renata Ruiz

MINC

Ana Maria Villalba, Gláucia Lira e Karina Miranda (equipe técnica, SID); Patrícia Dornelles (colaboradora, SID); Fred Maia (gerente, Secretaria de Articulação Institucional); Ana Lúcia Pardo (representante MinC/RJ)

GRUPO DE APOIO A PARTICIPAÇÃO INTERATIVA

Clóvis de Souza, Henrique Dantas, Júlio Almeida e Mateus Fernandes

CONFECÇÃO DE MATERIAL

PERSONALIZADO

Oficina de Sucata - Centro de Atenção Psicossocial Rubens Correia (RJ)

BUFFET

Cooperativa da Praia Vermelha (RJ)

FILMAGEM

Vídeo Saúde/Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde - ICICT/ Fiocruz

DOCUMENTÁRIO

TV Pinel (RJ)

TRANSMISSÃO AO VIVO

Rede Fiocruz
(www.redefiocruz.fiocruz.br)

FOTOS

Ana Claudia Câmara, Beatriz Adura, Leandra Brasil e Virgínia Damas

TRANSCRIÇÕES

Beatriz Adura, Edvaldo Nabuco, Gilmar Altamiro e Simone Basílio

EDIÇÃO E REVISÃO DE

TEXTO

Renata Ruiz, Renata Maués Mesquita e Therezinha Bomfim

ARTE USADA NA CAPA

Inspirada na obra de Arthur Bispo do Rosário (acervo do Museu Bispo do Rosário/ Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira)

DESIGN DA CAPA

Adriana Carvalho (Coordenação de Comunicação Institucional/Ensp/ Fiocruz) e Felipe Amarante

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

ELETRÔNICA

Flavia Manes e Renata Maués Mesquita

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Corbã Editora Artes Gráficas

Oficina Nacional de Indicação de
Políticas Públicas Culturais para Pessoas em
Sofrimento Mental e em Situações de Risco Social

Loucos pela **D**iversidade

da diversidade da loucura
à identidade da cultura

Relatório Final
15 a 17 de agosto de 2007

Sumário

Apresentação	12
1. Introdução	14
1.1. Objetivos	
1.2. Metodologia	
2. Programa da Oficina de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Pessoas em Sofrimento Mental e em Situações de Risco Social	19
2.1. Mesa de Abertura	20
Atividade Cultural	28
2.2. 1ª Mesa de Debates	
<i>A Diversidade e a Cultura nas Políticas Públicas</i>	29
Atividade Cultural	55
2.3. 2ª Mesa de Debates	
<i>Identidade e Produção de Sentidos:</i>	
<i>Estratégias de Solidariedade e Reciprocidade</i>	56
Atividade Cultural	75
2.4. Painel Temático	
<i>Patrimônio, Difusão e Fomento</i>	76
3. Indicação de Políticas Públicas Culturais para Pessoas em Sofrimento Mental e em Situações de Risco Social: <i>Diretrizes e Ações Aprovadas</i>	102
3.1. GT Patrimônio	103
3.2. GT Difusão	104
3.3. GT Fomento	105
4. Lista de Participantes	107

Apresentação

É com muita alegria e entusiasmo que apresentamos a presente publicação. Ela é resultado da política da diversidade cultural praticada com base nos objetivos e princípios da *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, no ano de 2005.

Esse livro é muito especial. Ele exhibe a riqueza no campo da criatividade e dos pensamentos voltados ao segmento que reúne as pessoas em sofrimento mental. Sabemos que, no mundo inteiro, o convívio com as diferenças torna-se cada vez mais necessário. Por isso, estamos radiantes com a edição dessa publicação. Nela estão registrados os debates, as idéias, as exposições, as intervenções e a riqueza dos painéis desenvolvidos na Oficina **Loucos pela Diversidade – da Diversidade da Loucura à Identidade da Cultura**, realizada com a finalidade de indicar políticas públicas culturais para pessoas em sofrimento mental e em situações de risco social. Um trabalho intenso e caloroso realizado no Rio de Janeiro, em 2007, pelo Ministério da Cultura, por meio da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, e pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Oswaldo Cruz. Uma oportunidade rara, prestigiada por autoridades, professores, alunos, pesquisadores, artistas, produtores, profissionais e usuários

envolvidos em projetos culturais na área da saúde mental e vários outros segmentos da sociedade.

Estamos trabalhando no sentido de construir políticas públicas culturais para segmentos esquecidos ou incompreendidos por nossa sociedade, criadas a partir de discussões, de debates, de trocas de idéias. Políticas públicas indicadas por pessoas que integram um grupo de trabalho, no qual estão presentes os primeiros interessados ou aqueles a serem contemplados com as ações. Nesse contexto é que se realizou a Oficina, cujos frutos já estão sendo colhidos. Convidamos todos a mergulharem nas águas da diversidade da loucura e da identidade da cultura, certos de que as reflexões aqui presentes contribuirão para os avanços direcionados ao atendimento das necessidades das pessoas em sofrimento mental.

PAULO AMARANTE E RICARDO LIMA
Coordenadores da Oficina

1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os processos e resultados da oficina **Loucos pela Diversidade - da diversidade da loucura à identidade da cultura**, promovida pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura e pelo Laps/Ensp/Fiocruz, realizada de 15 a 17 de agosto de 2007, na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na cidade do Rio de Janeiro.

No primeiro dia a Oficina foi aberta ao público em geral e contou com mais de 300 participantes. Nos demais dias foi restrita aos convidados, cerca de 50 participantes, todos eles envolvidos em projetos culturais na área da Saúde Mental.

A Oficina contou com a participação de várias autoridades, dentre elas o Ministro da Cultura Gilberto Gil, o Secretário Nacional da Identidade e da Diversidade Cultural Sérgio Mamberti, o Subsecretário Ricardo Lima, o Vice-Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Paulo Ernani Gadelha Vieira, o Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Antonio Ivo de Carvalho, dentre muitos outros dirigentes públicos, professores, pesquisadores, artistas, líderes e participantes de experiências e projetos culturais importantes para o campo da Saúde Mental. Como profissionais da área da Saúde, além daqueles diretamente envolvidos em projetos culturais, foram convidados os componentes do Grupo de Trabalho em Saúde Mental da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), por seu caráter abrangente e envolvimento desde o início da elaboração do projeto, por ocasião do VII Congresso Brasileiro da Abrasco, no Rio de Janeiro, em agosto de 2006.

A Oficina foi coordenada por Ricardo Lima (SID/MinC) e Paulo Amarante (Laps/Ensp/Fiocruz) com o apoio de Ana Maria Vilalba, Gláucia Lira e Karina Miranda (equipe técnica da SID/MinC); de Patricia Dornelles (colaboradora SID/MinC); de Ana Lúcia Pardo (MinC/RJ) e da equipe do Laps/Ensp/Fiocruz composta por: Beatriz Adura, Eduardo Torre, Edvaldo Nabuco,

Leandra Brasil, Lucrecia Corbella, Patricia Vieira Duarte e Renata Ruiz.

No aspecto metodológico, a Oficina contou com a participação do Grupo de Apoio à Participação Interativa composto por Clóvis de Souza, Henrique Dantas, Júlio Almeida e Mateus Fernandes.

1.1. OBJETIVOS

A Oficina teve como objetivo construir propostas de diretrizes e ações para subsidiar a elaboração de políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC) em relação aos sujeitos e grupos em sofrimento mental e em situações de risco social.

1.2. METODOLOGIA DA OFICINA

1.2.1. MESA DE DEBATES

As mesas “A Diversidade e a Cultura nas Políticas Públicas” e “Identidade e Produção de Sentidos: estratégias de solidariedade e reciprocidade” tiveram um coordenador e três e quatro palestrantes, respectivamente, denominados de “provocadores”. Para esta função foram convidados profissionais que desenvolvem experiências de produção de projetos artísticos e culturais na área. Esta atividade proporcionou relatos de experiências e propostas, bem como o debate com o público participante. O Grupo de Apoio à Participação Interativa fez o registro e a síntese das palestras e dos debates produzindo assim parte do material que subsidiou os Grupos de Trabalho na elaboração das propostas de diretrizes.

1.2.2. PAINEL TEMÁTICO

O painel teve como foco os temas PATRIMÔNIO, DIFUSÃO E FOMENTO e contou com um coordenador e um expositor/provocador para cada tema. Seguindo-se à fala dos expositores foi realizado

um amplo debate com os participantes. Como nas Mesas de Debate, o Painel contou com o registro e síntese proporcionados pela equipe de moderadores.

1.2.3. GRUPOS DE TRABALHO (GTs)

Os participantes foram estimulados a compor três GTs, de acordo com suas próprias escolhas. Cada GT abordou um dos eixos focais da Oficina (PATRIMÔNIO, DIFUSÃO E FOMENTO) e a interface destes eixos com os temas: a) Pontos de Cultura; b) Linhas de pesquisa prioritárias para apoio e financiamento; c) Editais e prêmios.

A discussão nos GTs foi uma continuidade das etapas anteriores, que se prestaram ao acúmulo de informações e reflexões por meio das Mesas de Debate e do Painel. Ou seja, os GTs tiveram a missão de organizar os subsídios das etapas anteriores e demais considerações de cada tema em propostas de diretrizes e indicar ações para cada diretriz.

Propostas de diretrizes foram consideradas as indicações gerais para um conjunto de metas e ações. Elas deveriam apontar prioridades e revelar princípios e valores que fundamentam as diversas políticas públicas.

Foram consideradas propostas de diretrizes “fortes” aquelas que, em palavras sucintas e de fácil compreensão, afirmam o essencial do que se quer conseguir no futuro. Elas abrem um campo de possibilidades, onde os projetos, os recursos disponíveis e os atores responsáveis por sua viabilidade encontram-se de comum acordo. Também são fortes quando capazes de convencer outras pessoas quanto a sua importância.

Para ajudar a cumprir esta etapa, cada grupo contou com o apoio de um facilitador devidamente preparado com recursos e técnicas para dar suporte ao trabalho coletivo. O facilitador não representava nenhuma instituição ou organização ligada à oficina, e estava imbuído de dois propósitos primordiais: zelar pela qualidade da participação e apoiar os grupos para que suas propostas se tornassem idéias fortes. Cada GT escolheu um relator para apresentar suas propostas na Plenária Final.

1.2.4. PLENÁRIA FINAL

A Plenária Final foi realizada com todos os participantes. Nela foram apresentadas as diretrizes e ações elaboradas nos GTs, constituindo assim um espaço de ampla reflexão conjunta, de enriquecimento das propostas e de identificação do grau de prioridade das mesmas.

As propostas dos três GTs foram apresentadas consecutivamente pelos respectivos relatores, compondo o painel de propostas para consideração da Plenária.

Em seguida foi feita uma nova leitura do Painel e, simultaneamente, a indicação da necessidade de “destaque” por parte dos participantes, ou seja, a necessidade de que fosse revista a diretriz ou ação, seja para aprofundamento da questão, argumentações pró ou contra ou mesmo para ajustes de redação.

Posteriormente, em desdobramento, ocorreu o debate dos destaques, primeiramente das diretrizes e, em seguida, das ações. Ficou estabelecida uma argumentação a favor e uma contra para cada destaque, seguido de votação da proposta. Na maior parte dos casos, a elaboração conjunta de uma nova redação pelos próprios debatedores possibilitou contemplar pontos de vista distintos.

Durante todo o processo de debate e revisão das propostas de diretrizes e ações, as alterações e complementos que surgiram foram sendo visualizados em tempo real em uma projeção e, ao ser finalizada sua redação, passaram a constar do painel impresso, de forma a permitir o acompanhamento integral pela plenária. Ao final dos debates os participantes indicaram o grau de prioridade das propostas de diretrizes e ações de cada eixo. A metodologia desenhada possibilitou a participação ampla e de qualidade, ao mesmo tempo garantiu que as propostas elaboradas fossem idéias-força que afirmavam consensos e catalisavam outras idéias. O objetivo foi propiciar um exercício coletivo de síntese, de identificação de pontos de convergência, divergência e priorização, simultaneamente registrando as especificidades que ilustram estas prioridades.

2. PROGRAMA DA OFICINA NACIONAL DE INDICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS PARA PESSOAS EM SOFRIMENTO MENTAL E EM SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

15 de Agosto

Mesa de Abertura (página 20)
Antonio Ivo de Carvalho, Paulo Gadelha, Sérgio Mamberti e Gilberto Gil

Atividade Cultural: Grupo Harmonia Enlouquece - RJ

1ª Mesa de Debates (página 29)
A Diversidade e a Cultura nas Políticas Públicas
Coordenação Paulo Amarante
Peter Pál Perbat, Cristina Lopes e Geo Britto

Atividade Cultural: Grupo de Teatro do Oprimido Pirei na Cenna/
Centro de Teatro do Oprimido (CTO) - RJ

2ª Mesa de Debates (página 56)
*Identidade e Produção de Sentidos:
Estratégias de Solidariedade e Reciprocidade*
Coordenação Patrícia Dornelles
Renato Di Renzo, Leopoldo Nunes, Noale Toja, Francisco Sayão

Atividade Cultural: Zé do Poço e Sarieiro (Zé de Matosinhos) - MG

16 de Agosto

Painel Temático (página 76)
Patrimônio, Difusão e Fomento
Coordenação Adair Rocha
Ricardo Lima, Pedro Gabriel Delgado, Patrícia Dornelles,
Fred Maia

Debate em Plenária, Grupos de Trabalho (GTs)

17 de Agosto

Plenária Final

2.1. MESA DE ABERTURA

■ Antonio Ivo de Carvalho (Diretor da Ensp/Fiocruz)

Bom dia a todos, Ministro Gilberto Gil, Secretário Nacional Sérgio Mamberti, vice-presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, os convidados da Oficina, professores da escola, alunos e alunas. Em primeiro lugar, eu queria dar boas-vindas a todos e dizer que ampliando e dando uma dimensão prática nunca encontrada na escola do homem, é uma honra para esta casa esse momento, em que estreitamos uma parceria com Ministério da Cultura e com a Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural única no mundo, para reafirmar que o acesso à cultura é parte indissociável para melhoria da qualidade de vida da população.

A Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, instituição pública na área de saúde no Brasil, já há décadas, trabalha com conceito de saúde que ultrapassou a idéia estreita, de simples ausência de doenças e que dependa simplesmente do consumo de serviços de produtos, medicamentos, diagnósticos colocados pelos modelos médicos hegemônicos. Trabalhamos, há muitos anos, já com a idéia de que a saúde, na verdade, para além de um direito humano fundamental, é também a construção de condições para autonomia individual, a possibilidade de que as pessoas e grupos, quaisquer que sejam as suas condições, possam viver a melhor vida possível. Então, trabalhamos há muito tempo com essa idéia de que saúde é, na verdade, um componente fundamental dessa dimensão de qualidade de vida.

Essa Escola tem também, Ministro, uma tradição consolidada de estudos de ensino nessa área, que considera a dimensão do sofrimento mental e da loucura como componentes dessa diversidade humana, que deve ser aceita e valorizada como um patrimônio da humanidade, e não como um defeito. O professor Paulo Amarante, para nomear um deles, lidera há muitos anos, linhas de estudos e formação de centenas, milhares de alunos, produzindo e trabalhando em diversas disciplinas, cursos e programas de pesquisa com essa temática de maneira ampla, por isso a dimensão da cultura, a dimensão da arte fazem parte também há muitos anos desse nosso programa de estudos na área da saúde mental. Essa casa,

com seus professores especialistas e alunos foi e vem sendo um esteio da luta antimanicomial no Brasil e no mundo, nessa expectativa de aplicar na vida prática e nas políticas institucionais, esse conceito mais amplo. Portanto, é uma honra esse momento que encarna de uma maneira muito profunda esse compromisso recíproco e de compartilhamento de idéias a respeito de cultura, saúde, de loucura e diversidade. É também, Ministro, uma honra especial recebê-lo aqui, um brasileiro artista que com suas composições, há décadas vêm emocionando e encantando o público por onde passa. Mais do que isso um artista que, como brasileiro e cidadão, exerce desde sempre a sua dimensão de cidadão político ligado à cultura, ao ativismo ambiental; tendo exercido em sua vida - em paralelo à vida artística - diversos cargos de responsabilidade pública. Na área da política partidária, foi fundador do Partido Verde, como vereador; como membro da comissão de defesa do meio-ambiente em Salvador, foi fundador do movimento Onda Azul; entre uma série de títulos, culminando agora com essa responsabilidade como Ministro da Saúde, ou melhor, da Cultura (risos).

(Intervenção do Ministro Gilberto Gil)

Saúde e Cultura é tudo a mesma coisa... Ministro da Saúde Espiritual! (aplausos).

(continuação Antonio Ivo)

Esse desempenho singular dentro da equipe do Presidente Lula marca com toda certeza uma nova compreensão prática do que são as políticas públicas na área da cultura. Lembra-mos e revitalizamos os anos negros da ditadura militar, quando Gilberto Gil e seu companheiro Caetano Veloso foram presos, expulsos do país, sem que com isso tenham deixado de exercer a militância artística. Conhecemos tantas composições feitas no exterior na época do exílio e de sua militância política, que vêm espalhando com seu exemplo tantas gerações desde aquela época.

Afinado ao seu tempo, Gilberto Gil é também um dos principais defensores da liberdade digital e da flexibilização dos direitos autorais. Eu acho que o Ministro nos encontra também num momento muito propício, quando temos o Ministro José Gomes Temporão recém empossado Ministro da Saúde, e que sendo oriundo dessa Casa onde foi estudante e professor, compartilha e tem levado também à sociedade brasileira

e às outras áreas governamentais amplas como aquelas que nos inspiram, a compreensão de que a Saúde não será construída pelo povo brasileiro apenas no interior dos serviços de saúde; ela precisará ser o fruto de um esforço institucional, de um esforço governamental e da sociedade, de maneira a alterar e a produzir mudanças sociais e culturais que permitam, finalmente, a população se apropriar de toda a sua potencialidade, se alimentar de sua diversidade e viver as possibilidades que a vida oferece.

Finalmente, Ministro, é essa dimensão mais profunda e de parceria e compromisso que queremos dar a este momento, a essa abertura de Oficina e ao convênio que recém assinamos, de maneira que possamos ampliar e acelerar a contribuição de ampliação do espaço de autonomia e autodeterminação, para que o nosso povo seja capaz, de cada vez mais, construir seu presente e também o seu futuro. Como diz uma famosa estrofe da nossa música popular brasileira, cada vez mais pertinente - a gente não quer só comida para ser feliz! Muito obrigado pela sua presença e uma boa oficina a todos. (aplausos)

■ Paulo Ernani Gadelha Vieira (Vice-Presidente de Desenvolvimento Institucional e Gestão do Trabalho da Fiocruz)

Senhor Ministro, Gilberto Gil, Sr. Secretário Nacional Sérgio Mamberti, companheiro Antônio Ivo, todos os presentes, eu estou aqui representando a presidência como vice-presidente, em nome do Paulo Buss que encontra-se em viagem ao exterior.

Eu queria iniciar dizendo que eu acho que esse lapso do Antonio Ivo, quando ele fala da questão da Saúde, talvez encante também ao nosso Ministro Gilberto Gil, não só pelo lado da saúde espiritual, mas, lembrando um momento em que estivemos em Brasília discutindo algumas idéias em cooperação com a Fiocruz. Ele nos dizia que, na verdade, o verdadeiro tropicalista baiano não era ele, mas era seu pai que era um médico da lavra dos tropicalistas sanitários da Bahia e de uma forte tradição que construiu uma visão no campo da Saúde Pública, associando a questão da nacionalidade à expressão da doença ligada às questões sociais e à realidade brasileira. Então, sua proximidade com

o campo da Saúde é muito mais vasta e, toda vez que nós temos possibilidade de buscar essa cooperação, nós encontramos um acolhimento, nós encontramos uma criatividade, nós encontramos um arejamento, que faz com que, a exemplo deste momento que estamos vivendo aqui, de uma hora para outra, saíamos das nossas referências mais ortodoxas e começamos a pensar nesse grande universo que compõe o quadro da Saúde.

E aí, incluindo esse aspecto fundamental da questão do sofrimento psíquico e incorporando a ele uma dimensão que cada vez mais está sendo refletida e presente, que é a questão do sofrimento produzido pelo risco social. Pra todos nós que acompanhamos hoje movimentos da sociedade brasileira, nós temos aqui também no nosso entorno situações impactantes do que representam riscos sociais; não só pela iniquidade, pela falta de oportunidade, de possibilidade de uma vida digna, mas também e agora muito fortemente demarcado pela violência, pela anomia, pelas formas de sofrimento que as populações são submetidas. O que eu queria dizer é que, numa reflexão dessa envergadura, a possibilidade de pensar seriamente nas políticas; e eu rendo aqui uma homenagem à Paulo Amarante em nome de uma "plêiade" de pessoas que eu tive a felicidade de acompanhar muitos anos atrás, quando Paulo Amarante à frente de um grupo muito pequeno de verdadeiros "brancalhões", que mantiveram acesa a chama da visão de uma forma de tratar a questão do sofrimento psíquico na Psiquiatria de uma forma mais libertária, da luta antimanicomial, que permitiu depois de muitas décadas, se associar ao patrimônio da Reforma Sanitária brasileira e conseguiu essa grande vitória que nós temos hoje aqui no Brasil.

Então, Ministro Gil, eu gostaria muito de agradecer, em nome do Paulo Buss, a sua presença. Nós temos várias linhas de cooperação em curso. Nós temos um Ponto de Cultura sendo trabalhado numa unidade nossa em Petrópolis; temos áreas na preservação do Patrimônio. Nós temos várias questões, em que a nossa associação com o Ministério da Cultura, e agora mais essa, na pessoa dessa figura maravilhosa também que é Sérgio Mamberti. Então, muito obrigado. Deixo o abraço do Paulo Buss que está certamente invejoso de não poder estar aqui presente, porque ele tem uma admiração e amizade muito especial com o Ministro Gil e esse tema é muito caro à sua trajetória. Então, em nome da Presidência, muito obrigado aos organizadores e ao Ministro Gil.

■ Sérgio Mamberti (Secretário Nacional da Identidade e da Diversidade Cultural)

Bom dia a todos e a todas, querido Ministro e companheiro Gilberto Gil, Dr. Antonio Ivo, diretor dessa Escola maravilhosa, representando a Fiocruz e a vocês todos aqui presentes que compartilham conosco desse momento muito especial em que o Ministro da Cultura e o Ministério da Saúde se unem pra criar novos rumos e direcionamentos nessa parceria que pode ser muito rica pra construção da cidadania cultural desse país.

É com grande satisfação que eu e toda a equipe da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, damos início hoje à realização desta Oficina de Consulta para a elaboração de políticas públicas para a saúde mental, que vem potencializar propostas de ações para mais este segmento da sociedade brasileira que nós, do Ministério da Cultura, identificamos como muito pouco reconhecido no âmbito das políticas culturais. Na verdade, uma das atribuições mais importantes desta Secretaria é justamente identificar estratégias de aproximação e promoção das expressões culturais que integram a diversidade cultural do nosso país. Acreditamos que a dimensão da saúde mental pode e deve ser incorporada aos objetivos do Programa Brasil Plural, bem como às demais ações do Ministério da Cultura, de maneira transversal. Podemos, portanto, colaborar dando visibilidade às diferentes ações culturais que constroem identidade e fomentam inclusão e autonomia a partir das linguagens das expressões artísticas. E vale a pena lembrar que chegamos até aqui graças a um longo processo, que envolveu, durante várias décadas, a luta e a dedicação de muitas pessoas, dentre médicos, pesquisadores, artistas, cuidadores, pacientes e familiares, inclusive no âmbito do movimento antimanicomial.

Graças a esse processo, a experiência estética da criação pode hoje ser utilizada como forma de expressão e de comunicação de portadores de sofrimento psíquico, pode ser utilizada para ampliar territórios e para proporcionar o enriquecimento da subjetividade.

Nos últimos tempos, a produção artística vem, assim, fortalecendo e valorizando a identidade e a diversidade, dentro do paradigma da inclusão, por meio de diferentes linguagens e abordagens, e contribuindo para a desconstrução de preconceitos, para a produção de sentidos, para a ampliação de territórios de circulação, conhecimento e vida.

Assim, a produção artística desse segmento que a cultura e a sociedade excluíram da cidadania cultural, vem sendo considerada um instrumento de mudança. Mudança que vai do sofrimento psíquico ao encorajamento criativo, do confinamento à emancipação, da exclusão ao aplauso. Sem deixar de lado o fato importante de que essa construção iniciada com a terapia ocupacional e a reabilitação psicossocial por meio do fazer artístico, inclui também a criação de uma nova cultura de olhar e de cuidar da loucura.

Por tudo isto, estamos convencidos de que este, além de ser um momento de reflexão e elaboração, ou seja, de uma oficina que vai dar muito trabalho aos participantes, é também um momento de celebração pelo caminho já percorrido e pelas novas conquistas que se anunciam.

Com este seminário, procuramos construir políticas públicas que levem em conta a utilização do processo criativo como um exercício subjetivo para o encorajamento e a construção de novas éticas e estéticas da existência. Estamos trabalhando para a conscientização de que somos eternamente diferentes, mas juntos poderemos contribuir para a construção de um país melhor, mais justo e mais solidário.

Agradeço à Escola Nacional de Saúde Pública e à Fundação Oswaldo Cruz pela importante parceria. Agradeço também a todos os artistas responsáveis pela programação cultural, e a todos os participantes desta Oficina, e desejo a todos um bom trabalho. Muito obrigado!

■ Gilberto Gil (Ministro da Cultura)

Muito obrigado a todos e muito bom dia. Deixe-me saudar ao Antonio Ivo, Paulo Gadelha, ao nosso querido Sérgio, nosso companheiro de trabalho do Ministério, e também mandar o meu abraço para os outros "Paulos". São muitos Paulos aqui, o Paulo Buss, o Paulo Amarante. É uma casa cheia de "São Paulos".

Conviver com as diferenças é uma necessidade vital e o mundo nunca precisou tanto aprender essa convivência. Um dos segmentos mais incompreendidos da nossa sociedade é o que agrega os portadores de sofrimento mental. Eu queria fazer uma observação lateral no sentido do sofrimento psíquico, lembrando a primeira frase das escrituras Védicas.

Lá está escrito 'tudo é sofrimento'. Tudo é sofrível, mesmo aquilo que seja considerado como bem-estar, felicidade e alegria, que consideramos positivos; lá nesse grande universo religioso, está dito que tudo é sofrimento, inclusive a integridade física e mental que também são sofrimentos. Nada escapa! Por isso é tão importante, para o Ministério da Cultura, esta oficina promovida em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. Acredito que os debates e reflexões que teremos aqui vão contribuir muito para a elaboração de políticas públicas de cultura para a área e para divulgar a produção cultural das pessoas envolvidas com esse processo. A associação entre as perturbações mentais – chamadas popularmente de 'loucura' – e a produção cultural, mais especificamente as expressões artísticas, faz parte da história da humanidade. É muito conhecida a expressão de que os artistas são loucos. Dizem que artistas e loucos são irmãos; que arte, delírio e inspiração provêm do mesmo impulso. Como dizia Salvador Dalí, 'a única diferença entre mim e o louco é que eu não sou louco'. Poderíamos também dizer que a única diferença é que eu sou louco e eles não.

Mas, infelizmente, a verdade é que essa história foi quase sempre marcada por conceitos e preconceitos que a sociedade teve e tem a respeito das pessoas portadoras de distúrbios mentais. Conceitos e preconceitos que determinaram as formas de tratamento que essas pessoas sofreram durante muito tempo. Sabe-se que no Mundo Antigo e parte da Idade Média, os chamados 'loucos' transitavam na vida pública cercados um certo temor, só que um temor com uma aura sagrada, onde havia um lugar para eles dentro do âmbito maior.

Mas como a sociedade tem a necessidade de manter padrões, tudo e todos que são diferentes e incompreensíveis assustam, dão medo, viram ameaça ao instituído. Isso acabou provocando o afastamento das pessoas diferentes e o seu isolamento como forma de proteção da família e da sociedade. Apesar desse medo provocado pela perturbação mental, diz o ditado popular que de artistas e loucos todos nós temos um pouco. Ou, como disse o genial ator e dramaturgo Antonin Artaud: "O ser tem estados inumeráveis e cada vez mais perigosos". Felizmente, depois dos estudos de Freud e das descobertas de Jung sobre o inconsciente coletivo e os arquétipos herdados por todos nós, chegou-se pouco a pouco a uma visão mais humana e inovadora da perturbação mental e das expressões da riqueza subjetiva de pessoas portadoras de distúrbios psíquicos. A desestigmatização da doença mental é, portanto,

um processo em curso, que deve muito a diversas pessoas que lutaram e lutam pela transformação do preconceito em uma diferença a ser respeitada e até celebrada, como lembrou o querido Sérgio Mamberti.

Pessoas como o psiquiatra italiano Franco Basaglia, que liderou um movimento mundial contra os manicômios públicos, e como a médica brasileira Nise da Silveira, que conseguiu demonstrar na prática o grande valor do contato afetivo e da expressão criativa para a recuperação das pessoas sofredoras de perturbação mental. Ela nos ensinou que aqueles que passam pelo grande sofrimento do rompimento com a realidade, do mergulho, sem proteção, nos abismos do inconsciente, podem, por meio da expressão artística, tentar o caminho de volta para a superfície.

Sem pretensão de formar artistas no sentido que lhes atribui a disciplina estética, a Terapia Ocupacional com as artes tornou-se importante para a reabilitação psicossocial e também para o tratamento, porque utiliza a perturbação como fonte de criação. Ou seja, utiliza a criatividade para a expressão de emoções, o que faz dessas criações formas reveladoras do interior da psique humana. São obras artísticas que, além da beleza, revelam ser preciosas fontes para o conhecimento do mundo dos sonhos, dos sonhos que vão além da vida de cada um de nós e abarcam aquilo que nos faz irmãos na eternidade do tempo e do espaço.

Aqui, a arte transcende, ou melhor, ignora a diferença entre as frágeis fronteiras da sanidade e da loucura. Nas composições desses artistas, cumprem-se as duas exigências da arte: destruir a comunicação comum e criar uma outra comunicação. Além disto, há também a dimensão da auto-estima. Ao serem reconhecidos publicamente como artistas, como criadores, essas pessoas são apanhadas pela rede da cultura e trazidas para dentro de sua órbita, ainda que excêntrica. São incluídos após terem vivido um período de suas vidas na exclusão. E incluir é exatamente o nosso papel, juntamente com o de incentivar a tolerância e o respeito à diferença.

Esse é o momento de saudar esse encontro, esse evento, essa possibilidade de inclusão de volta ao convívio pleno.

Agradeço a todos os participantes desta Oficina que, estou certo, dará uma grande contribuição para que possamos avançar no sentido de atender às necessidades e demandas dos portadores de sofrimento mental. Com esta colaboração, poderemos perceber ainda melhor a nossa diversidade e participar ainda mais nossas diferenças. Lembrando que, no contexto da

identidade da cultura, loucura e liberdade devem ter o mesmo significado. Muito obrigado!

Atividade Cultural: Grupo Harmonia Enlouquece - RJ

O Grupo Harmonia Enlouquece, formado por usuários e trabalhadores dos serviços de saúde mental, surge em 2001 como um desdobramento do projeto "Convivendo com a Música" do Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ). Coordenado pelo psicólogo e musicoterapeuta Sidnei Dantas como uma atividade aberta a todos (usuários, profissionais e familiares desta instituição), é voltado para troca de experiências afetivas e sonoro-musicais, tendo a música como elemento central.

Com composições próprias e dois CDs gravados, suas músicas tratam não apenas das experiências vividas por usuários e trabalhadores dos serviços de saúde mental, mas também de temas como amor, trabalho, cotidiano, cidadania, moradia, cultura, entre outros. O grupo apresentou a música *Sufoco da Vida*, de autoria de Hamilton de Jesus Assunção.

Formação: Ada Cristina Souza, André Luiz de Oliveira, Francisco Sayão, Franklin Guimarães, Geiza Caldas de Carvalho, Hamilton de Jesus Assunção, Juliana Cristina da Silva, Julio César dos Santos Andrade, Luiz Mário R. França, Marcelo Duarte Ferreira, Raquel Cruz, Sidnei Dantas, Telma Rangel.

2.2. 1ª MESA DE DEBATES (COORDENAÇÃO PAULO AMARANTE)

“A DIVERSIDADE E A CULTURA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS”

■ Peter Pál Pelbart (Filósofo, ator, Cia Teatral UEINZZ! - SP)

Eu gostaria de agradecer aos organizadores desse encontro por esse convite honroso. Parabenizar em particular ao professor Paulo Amarante e toda sua equipe, bem como a Ana Lúcia Pardo e ao Ministério da Cultura, em geral, pela corajosa iniciativa.

Somos a Cia Teatral UEINZZ! - SP, nascida há dez anos num Hospital-dia em São Paulo, quando um paciente propôs fazer teatro de verdade e não um “teatrinho de louco para louco”. Essa proposta vingou sobre a direção artística de Sérgio Penna e Renato Cohen e depois de um tempo deixamos inteiramente o Hospital-dia onde nascemos para construir uma companhia autônoma, espécie de “Nau dos Insensatos”, à deriva do circuito artístico.

Nós ensaiamos semanalmente. Tivemos mais de 150 apresentações ao todo, viajamos muito pelo Brasil e também pelo exterior. Tudo isso faz parte de nosso currículo glorioso, mas toda essa concretude não garante nada. Por vezes, passamos meses no marasmo de ensaios semanais insípidos e, às vezes, nos perguntamos se já nos apresentamos ou voltaremos a nos apresentar, alguns atores desaparecem, os patrocínios mingam, textos são esquecidos... A companhia, ela mesma aparece como uma virtualidade impalpável e, de repente, surge uma data, um teatro disponível, um mecenas ou um patrocinador, o vislumbre de uma temporada, um convite para o Cariri, ou para Paris, ou para Kassel - uma cidade na Alemanha. O figurinista recauchuta os trajes empoeirados, atores sumidos há meses reaparecem, às vezes, fugidos até de uma internação! Um campo de emanção é reativado, os solitários vão se enganchando, os dispersos se convocam mutuamente. Mas, mesmo quando tudo vinga, é o limite tênue que separa a construção do desmoronamento, e talvez essa seja a coisa mais radical desse tipo de projeto, mas também isso demanda um tipo de investimento e de contorno singular.

No nosso caso, trabalhamos todos de modo voluntário por quase dez anos, salvo por algum patrocínio, onde todos - atores, equipe, etc - são devidamente remunerados. Eu gostaria então de dizer a todos sobre isso, sobre esse ponto, essa linha tênue que se dá no limite entre a construção e o desmoronamento.

Eu queria primeiro relatar um fragmento da nossa apresentação num festival teatral em Curitiba, alguns anos atrás, em que faltavam poucos minutos para nossa trupe entrar em cena e cada ator se preparava para proferir, em grego, o embate apolíneo que dá início a esse espetáculo "sem pé nem cabeça" - conforme o comentário glorioso de um crítico da Folha de São Paulo.

Eu aguardo tenso, repasso na cabeça - eu também sou ator ali - as palavras que devemos usar uns contra os outros em tom intimidatório, em desenfreada correria. Eu passo os olhos em meio ao público e percebo nosso narrador recuado alguns metros. Ele parece desorientado, eu me aproximo e ele me conta que perdeu seu texto. Enfio a mão no bolso de sua calça e encontro um maço de folhas por inteiro. O ator olha os papéis que estendo a sua frente e parece não reconhecê-los; desfia os olhos e murmura que dessa vez não participa da apresentação. Essa é a noite da sua morte! Trocamos algumas palavras e minutos depois, aliviado, vejo-o de volta ao microfone. Mas sua voz, sempre forte e vibrante, soa agora fraca e pastosa.

Pois bem, damos início ao espetáculo e na cena seguinte dessa peça, intitulada Dédalos, eu faço o papel de Avis, rei do inferno e ele, narrador, vira o barqueiro Caronte que levará Orfeu até Eurídice, mas, entre uma remada e outra, bruscamente ele interrompe a cena. Faz uso de suas últimas reservas épicas, atravessa o palco na diagonal e dirige-se à saída do teatro, uma portinhola que dá para a rua. Ali eu o encontro sentado na mais cadavérica mobilidade, balbuciando a exigência de uma ambulância: Chegou a sua hora! Eu me ajoelho ao seu lado e ele diz: "Vou para o Charco". "Como assim? - pergunto eu. E ele diz: "Vou virar sapo". O príncipe que virou sapo. "O príncipe que virou sapo", respondo, pensando que em nossa primeira turnê artística ele viaja com sua namorada recente. É como uma lua-de-mel. Ele retruca, de modo inesperado: "Mensagem para o ACM". Sem titubear, eu digo: "Eu tô fora, não sou amigo do ACM. Melhor mandar o ACM para o Charco e ficarmos nós dois do lado de fora".

Depois a situação se alivia e, ao invés da ambulância, ele pede um cheeseburger do Mc Donald's. Conversamos sobre o resultado da loteria que apostamos juntos e o que faremos com os milhões que nos esperam, ouço os aplausos finais vindos de dentro do teatro. O público começa a retirar-se. O que eles vêem quando saem pela mesma portinhola que dá para a rua é Avis, rei do inferno, que é meu personagem, aos pés de Caronte, morto-vivo. Depois, recebemos uma reverência respeitosa de cada espectador que passa por nós, para quem, essa cena íntima parece fazer parte do espetáculo. Foi tudo por um triz. É por um triz que nos apresentamos, é por um triz que não nos apresentamos, é por um triz que não morremos, mas nada disso deve ser amputado. É um ingrediente que faz parte dessa estética e dessa ética - por um triz.

Passo agora para o meu segundo exemplo. É nosso primeiríssimo ensaio da Cia Teatral UEINZZ!, realizada ainda nas dependências do Hospital-dia, há dez anos atrás. Num exercício teatral sobre os diferentes modos de comunicação entre seres vivos, pergunta-se a cada pessoa do grupo que outras línguas fala cada um além do português. Um paciente que nunca fala, apenas emite um som anasalado semelhante a um mantra disforme, responde imediatamente com grande clareza e segurança: "Alemão". Surpresa geral! Ninguém sabia que ele falava alemão. "E que palavra você sabe em alemão?". "UEINZZ!", ele diz: "O que significa UEINZZ em alemão?" E ele responde: "UEINZZ!". E todos riem. Eis a língua que significa a si mesma. Que se enrola sobre si, língua esotérica, misteriosa. Às vezes, ela é acompanhada de uma excitação que desemboca num jogo inspirado no material coletado nos laboratórios. Os diretores trazem ao grupo sua proposta de roteiro: a trupe nômade, perdida no deserto sai em busca de uma torre luminosa e no caminho cruzam obstáculos, entidades, tempestades. Ao cruzar o oráculo em sua língua severina, ele, que é o oráculo, deve indicar o rumo que convém aos andarilhos. O ator para oráculo é prontamente designado: é este que fala alemão. Ao lhe perguntarem onde fica a Torre Babelina ele deve responder: "UEINZZ!". O paciente entra com rapidez no papel, tudo combina: o cabelo e o bigode bem preto o corpo maciço e pequeno de um Buda turco, seu jeito esquivo e esquivo, o olhar vago e escutador de quem está em constante conversação com o invisível. É verdade que ele é caprichoso quando lhe perguntam: "Grande oráculo de Dédalo

onde fica a Torre Babelina?”. Às vezes, ele responde com um silêncio e outras com um grunhido; outras ele diz: “Alemanha” e outras, “Bauru”. Até que perguntam mais especificamente: “Grande oráculo de Delfos, qual é a palavra mágica em alemão?” Aí ele responde o infalível UEINZZ! que todos esperam. De qualquer modo, o mais inaudível dos pacientes – o que faz xixi na calça e vomita no prato da diretora – caberá a ele a incumbência crucial de indicar ao povo nômade a saída das trevas e do caos. Depois de proferida sua palavra mágica deve proliferar pelos auto-falantes espalhados pelo teatro, girando em círculos concêntricos e amplificando-se em ecos vertiginosos: UEINZZZ, UEINZZZ, UEINZZZ. A voz que, em geral, nós desprezávamos porque não ouvíamos a ruptura assignificante – como diria Gattari – encontra aí um espaço aceito em ritual, uma eficácia mágico-poética. Quando a peça é batizada com esse som, temos dificuldade de imaginar como se escreve isso WAINZ ou WAINZZ ou UEINZ... O convite vai de um jeito, o folder de outro, o cartaz brinca com todas as possibilidades numa grande variação babélica. Nós somos a Companhia teatral UEINZZ: U-E-I-N-Z-Z.

Agora eu vou relatar um fragmento que extrapola o domínio teatral. Nós fomos convidados recentemente para o convívio de uma semana com os atores do Théâtre du Radeau, no subúrbio da França, num projeto de afetação recíproca. O diretor daquela trupe chama-se François Tanguy, um maluco genial que entrou para nossa companhia num grau de empatia, num corpo a corpo, numa comunicação xamânica, dificilmente imaginável, apesar da barreira absoluta da língua. Ele circulava com uma barra de madeira que termina num pente – objeto que nós usaríamos para coçar nossas costas, mas que lhe foi apresentado pelo François, que, por sua vez, o recebeu de algum cacique do Xingu e fez longas seções com esse instrumento com os nossos atores. Para os índios, esse instrumento serve para ir escarificando as costas do interlocutor durante uma conversa. Isso significa deixar no corpo do interlocutor alguma marca do encontro e o diretor usou esse mesmo princípio com nossos atores.

Enfim, tudo ali era surpreendente. Almoçávamos ouvindo em voz alta o “suicidar em sociedade”, ao lado de um antropólogo muito velho, amigo pessoal e editor de Artaud e, nessa atmosfera em que se cruzavam artistas vindo de várias partes, um de nossos atores perguntou ao François se havíamos sido convidados porque éramos anjos decaídos. Então, no último

dia antes da nossa apresentação, o François colocou sobre as costas desse ator uma imensa asa decaída, colaborando com a imagem do anjo decaído e, foi com essa asa que ele se apresentou. Foi aí que aconteceu o mais inusitado: esse ator havia proposto à Lorain - uma das atrizes da trupe francesa - um casamento. Ela era bem mais velha, talentosíssima e, quando ela compreendeu de forma performática o teor da proposta, acolheu-a imediatamente. Terminada então a apresentação o ator lembrou: "E o casamento?" E num clima feérico aconteceu um casamento festivo, com véu de noiva, o noivo trajado com uma suntuosa capa de príncipe russo, uma gigantesca máscara de veado rendada de transparente, todos os convivas vestiram perucas exóticas e assim deu-se o casamento do anjo caído e da atriz calejada. Algo do limite entre razão e desrazão, loucura e sanidade, fantasia e realidade foi aí deslocado e assumido coletivamente, ritualmente e performaticamente. A atriz que nunca tinha casado agradeceu a ele e insistiu que ele seria a única pessoa no mundo que poderia lhe ter proposto isso.

No último fragmento, já nesses últimos anos, recebemos a proposta de uma artista plástica franco-argentina, para fazer o que ela chamou de uma 'enquete sobre o nosso entorno'. Dessa vez não se tratava de fazer uma apresentação teatral, mas sair com um microfone e uma câmara na mão pela cidade de São Paulo, entrevistando pessoas comuns e lançando contra elas perguntas à queima-roupa. Por exemplo: um vendedor de amendoim é perguntado sobre qual a magia do seu lugar. Ele não entende a pergunta e o ator retoma: "Qual é o prazer desse lugar?" E o vendedor não entende. E o ator se exaspera e diz: "Caramba! Sua vida, qual é o sentido da sua existência?" E o outro, depois de um longo silêncio, como se "caísse uma ficha" diz: "Ah... o sofrimento".

Ou, num outro momento na Praça da Sé, um profeta de rua começa a discutir com o entrevistador - são nossos atores no meio a uma chuva torrencial - se Deus existe ou não. Diálogos "dostoievskianos", em meio a tempestades tropicais. No meio desses diálogos esquisitos, o louco deixa de ser louco para ser aquele que tem o direito de fazer a pergunta que todos calam, e, cada um dos entrevistados desinvestido de sua roupagem cotidiana, fazendo surgir no nosso entorno a inquietante normalidade que nos rodeia.

Esse projeto foi convidado a integrar a Documenta, a mais importante exposição de arte contemporânea do mundo, com várias horas de vídeo gravadas pela Alessandra Vieira e que

foram incorporadas na instalação, porém, à convite da exposição, grande parte do grupo foi convidada a continuar na cidade de Kassel, na Alemanha. Esta mesma experiência, numa comuna perto da cidade, nas portas da Volkswagen, a ex-central da Gestapo, em Kassel. Eu não tenho tempo de contar a dimensão sublime e hilária dessa “Nau dos Insensatos”, aportando no centro germânico internacional; isso tudo fica para outra vez. Apenas nos dá a dimensão da potência expansiva e conectiva de um dispositivo, afinal, tão minúsculo quanto esse. Apenas chegamos a São Paulo e a Miriam Schnaidermann nos convidou a participar de um filme dela e do Reinaldo Pinheiro sobre sobreviventes. Pois bem, talvez se trate justamente disso: da distância entre os viventes e os sobreviventes.

Permitam-me uma palavrinha a mais para tentar narrar isso tudo. Nessa relação entre práticas estéticas e vidas precárias, no contexto contemporâneo, eu diria assim: o que está em jogo nesse dispositivo teatral ou para-teatral é a subjetividade singular desses atores e nada mais. Isto é, o que está em cena, é uma certa maneira de perceber, de sentir, de vestir-se, de mover-se, de falar, de pensar e também a de representar sem representar, de associar desassociando, de viver e de morrer, de estar no palco e sentir-se em casa simultaneamente; nessa presença precária, a um só tempo plúmbea e impalpável, que leva tudo extremamente a sério e, ao mesmo tempo, “não está nem aí”, como definiu depois de sua apresentação musical, o compositor Lívio Tractemberg: “Eles não estão nem aí, eu quero levá-los para o meu show”. Ou, ir embora no meio do espetáculo com a mochila na mão porque sua participação já acabou, ora largando tudo porque chegou a sua hora e vai se morrer em breve; ora atravessar e interferir em todas as cenas como um líbero de futebol, ora conversar com seu ponto que deveria estar oculto, denunciando sua presença; ora virar sapo ou grunhir ou, como os nômades da muralha da China, falar com as gralhas, ou apenas dizer: “UEINZZZ!”.

Não consigo deixar de pensar que é essa vida em cena, vida por um triz, que faz uma das peculiaridades desse trabalho e que dá, às vezes, a impressão para alguns telespectadores que, são eles os mortos-vivos e que a vida verdadeira está do lado de lá do palco, num contexto marcado pelo controle da vida que alguns chamam de “biopoder”.

As modalidades de resistência vital proliferam de maneiras mais inusitadas. Uma delas consiste em pôr, literalmente, a

vida em cena. Não a vida nua e bruta, não a vida reduzida pelo poder ao estado de sobrevivência em meio ao linchamento terminal que presenciamos a cada dia. Não a vida besta, a vida bovina, os "cyber-zumbi", os "homo-otários" com que cruzamos a cada esquina e que nós mesmos somos diariamente; mas a vida em estado de variação, modos menores de viver que habitam nossos modos maiores e que no palco ou fora dele, ganham às vezes visibilidades cênicas ou performáticas, mesmo quando se está à beira da morte ou do colapso, da gagueira ou do grunhido, do delírio coletivo, da experiência limite.

No âmbito restrito, ao qual me refiro aqui, o teatro pode ser um dispositivo, entre outros, para a experimentação hesitante e sempre incerta, inconclusa e sem promessa de reversão do poder sobre a vida em potência da vida, do biopoder em biopotência, redesenhando inteiramente a geografia de nossa perversão, apropriação, clausura, silenciamento.

Se hoje o capital penetra a vida numa escala nunca vista que vampiriza sua força de criação, o avesso também é verdadeiro. A própria vida virou com isso um capital, pois se as maneiras de ver de sentir, de pensar, de perceber, de morar e de vestir-se tornam-se objetos de investimento do capital, elas passam a ser fonte de valor e podem elas mesmas tornarem-se um vetor de valorização.

Por exemplo, quando um grupo de presidiários grava a sua música, o que eles gravam e vendem não é só a sua música, nem só suas histórias de vida escabrosas, mas seu estilo, sua percepção, sua revolta, sua castidade, sua maneira de vestir, até mesmo sua maneira de morar na prisão, de gesticular, de protestar. Sua vida, seu único capital, sendo sua vida, seu estado extremo de pôr a vida em resistência. É que eles capitalizaram e assim se autovalorizaram e produziram valor. Nessa perspectiva, se é claro que o capital se apropria da subjetividade e das formas de vida numa escala nunca vista, a subjetividade é ela mesma um capital biopolítico e, cada vez mais, cada um dispõe virtualmente: loucos, detentos, índios, mas também todos e cada um e cada qual com a vida singular que lhe pertence, ou que lhe é dado inventar com conseqüências políticas a determinar.

Uma ultimíssima idéia: num livro recente, Maurício Lazaratto evocou a hipótese instigante de que o capitalismo contemporâneo, mais do que um modo de produção, é uma produção de mundos. Trocando em miúdos, a empresa

contemporânea diferentemente da fábrica fordista, não cria a mercadoria, mas, antes de criar a mercadoria, cria o mundo no qual a mercadoria existe, faz sentido, pode ser cobiçada e pode ser consumida. Através da pesquisa do marketing, da comunicação, a empresa propõe um mundo virtual que o consumidor deve atualizar na medida que se dispõe a pertencer a esse mundo, aderindo aos desejos, crenças e inteligências que o compõem, ou seja, na medida em que essa forma de vida que lhe é proposta e a sensibilidade que o corresponde o ganham, por exemplo, esposando uma maneira de se vestir, de comer, de comunicar, de falar no telefone, etc. Portanto, como diz Lazaratto, a guerra econômica é também uma guerra estética; é um combate entre formas de vida, entre maneiras de viver e de sentir. Claro que os mundos, as formas de vida, as maneiras de sentir e as subjetividades que o capitalismo produz e multiplica são banais, são formatadas, são normalizadas e, por isso, são elas majoritárias e nos obrigam ao sistema da múltipla escolha, entre possíveis previamente estabelecidos.

Resta saber em que medida, diante disso, todos e qualquer um, por mais anônimo que seja ou por mais louco ou por mais índio ou por mais preso, é também virtualmente criador de mundo na medida em que toma posse de sua maneira singular de ser, de sentir, de desejar, de ter, de habitar, de falar, de afetar. Por conseguinte, nessa guerra estética, onde coexistem, agonisticamente, múltiplos mundos no interior de um mesmo mundo estourado, o universo paralelo da loucura deixa de ser apenas uma dimensão solipsista, desqualificada, para incorporar-se à polifonia sensível e afetiva de um mundo plural fazendo valer sua sonoridade no seio do que recentemente um músico paulista batizou por "neurópolis".

É nesse horizonte que, a meu ver, é possível situar a experiência do teatro. Há décadas atrás, Foucault ficou seduzido pelos olhos infames, pelas suas vidas insignificantes sem glória, que por um jogo do acaso eram iluminadas por um átimo, pelo holofote do poder com o qual se defrontaram e cujas palavras pareciam atravessadas por uma intensidade sólida. Talvez já não encontremos mais essas existências fulgurantes, embora essenciais, esses poemas-vida, partículas dotadas de uma energia tanto maior quanto menores e mais difíceis de serem detectadas.

Diluídos entre os múltiplos mecanismos de poder anônimo, as palavras talvez não gozem mais daquela fulguração teatral e daquela vibração que Foucault olhava nos arquivos e a

banalidade que toma o proseio do nosso contemporâneo. Mas, no seio disso, a partir de uma autosubjetivação tateante, emissões de singularidades diversas, parecem afirmar o desejo de outra coisa. Como diz Deleuze “estamos em busca de uma vitalidade”. Mesmo a Psicanálise tem a necessidade de dirigir-se a uma vitalidade do doente que a doença talvez tenha perdido, mas também a psicanálise perdeu. É nesse diapasão que na “esquizocenia” - termo cunhado por um dos nossos diretores, Sérgio Penna, para designar a prática - a loucura pode tornar-se força biopolítica, pode tornar-se biopotência. Mas o alcance dessa afirmação extrapola e muito a loucura ou o teatro e permitiria pensar a construção de dispositivos multifacéticos ao mesmo tempo, políticos, estéticos, clínicos na reinvenção das coordenadas de enunciação da vida. Nas condições subjetivas e afetivas de hoje, um dispositivo minúsculo como o que apresentei, poderia ressoar com as urgências maiúsculas do presente.

■ Cristina Lopes (Psicóloga, atriz e cantora, Projeto Cidadãos Cantantes/Grupo Coral Cênico Teatro e Dança - SP)

Agradeço o convite para fazer esta palestra aqui. Vou falar do Projeto “Cidadãos Cantantes” que ocorre em São Paulo desde 1992 como política pública e reúne três modalidades que estão acontecendo: o Coral Cênico, teatro e dança. São oficinas que reúnem pessoas muito diferentes e que não estão focadas numa única identidade. E aí tem um pensamento do regente acerca desse Projeto, que quando ele chegou no grupo em 1996 como voluntário, e é até hoje, sentiu que era um desafio e que ele tinha que se adequar a trabalhar com um grupo tão diferente. Mas no cotidiano, após muitos anos dessa experiência, ele percebeu o quanto é semelhante a tantos outros grupos que ele rege e acompanha.

Então, o “Cidadãos Cantantes” nasce em 1992 como um projeto intersecretarial, da Saúde e da Cultura, e vai acontecer no Centro Cultural São Paulo. Para quem não conhece São Paulo, este é um espaço público; eu diria o mais importante espaço público de cultura da cidade e esse foi um propósito nosso. Esse grupo agrega, desde o seu nascimento, pessoas muito diversas. Não é um trabalho voltado exclusivamente para o sofrimento de sofredores mentais. Ele busca aglutinar

38

pessoas que tenham o gosto pela arte. Então, é dessa maneira que elas acabam sendo signatárias, pelo gosto da música, do teatro e da dança. Ocorre em um espaço público e enquanto política pública, não se paga para entrar; é aberto, enfim, já nos anúncios. Então, é nesse momento de encontro das diferenças, que estava ocorrendo para nós um trabalho muito interessante. Eu vou falar um pouco dele mais à luz do que seria o nosso boom nesse projeto, que não é um projeto exclusivo, pois ele está dentro de uma política maior.

O Coral Cênico acaba sendo o carro chefe desse Projeto, como um núcleo mais permanente de pessoas que habitam os ensaios semanais. O grupo ensaia e nestes ensaios é que se dá uma produção interessante, que é uma produção de subjetividade. Uma produção onde as pessoas podem, de alguma maneira, reescrever histórias. Desde a escolha de um repertório até a produção de um projeto cênico em cima daquele repertório musical e que fale, de alguma maneira, de um lugar de vida daquele território paulistano ou de suas origens. Muitos desses repertórios vão construir as temporadas anuais e estas temporadas vão dando, então, o tom daquele momento.

É um grupo que busca, desde o seu nascedouro, uma necessidade de autonomia, de autosustentabilidade. Acho que é um pouco o grande desafio desta oficina: pensar proposições que possam apontar para esta necessidade de produção cultural autônoma. E, mesmo assim, ainda tem muita necessidade porque mesmo sendo um projeto híbrido - entre a Saúde e a Cultura fundamentalmente - os gerentes da Saúde olham e falam: "Não, esse trabalho é muito "Cultura" para estar dentro da Saúde. O que vocês fazem é Cultura. Não devia estar aqui". E a Cultura olha e diz: "Isso é Saúde, é Saúde Mental, é "Saúde Inclusiva", não deveria estar num espaço de Cultura". Como é que isso se manifesta: a gente está ali, dentro do Centro Cultural São Paulo e se há qualquer programação importante, considerada mais importante, se sobrepõe na agenda, na ocupação das salas, enfim, você está sempre como um locatário que deve, não pagou o aluguel. Então, você é alguém, um estrangeiro dentro de um espaço que, na verdade, deveria ser um espaço de todos. Eu acredito que essa dificuldade de enxergar a potência do trabalho reside mesmo nessa contramão que o trabalho "cultura e saúde", quando se associam, provoca.

A gente trabalha nessa perspectiva da mistura. É a mistura de metas, de perspectivas, de instrumentos, e é a mistura

de gente. Não dá pra dizer que é um grupo de saúde mental, porque não é exclusivamente portador de sofrimento mental. Mas se a gente for olhar o alcance do que provoca este trabalho, a gente poderia dizer, sem dúvida, que ele tem um alcance na qualidade vida. Podemos nos autodenominar como um grupo de saúde mental? Não nos definimos assim. Por intenção, não queremos nos definir assim. As pessoas se aproximam para uma produção cultural; a gente trabalha na perspectiva de que as pessoas se reúnem em torno da proposição, na perspectiva da tarefa, com uma proposta de Pichon Riviére, quando ele pensa no grupo operativo, das pessoas se reunirem em torno da tarefa para poderem produzir algo, e não em torno de identidade nosológica. Então, o grupo não se enxerga e não se apresenta como um grupo ou de idosos ou de portadores de HIV positivo ou de sofrimentos mentais. Esta é uma perspectiva pensada, uma perspectiva que foi construída nessa dimensão. Já vivemos um processo que foi diferente. Ele nasce no campo da Luta Antimanicomial, como algo perturbador, pra de alguma forma questionar as formas de tratamento e, onde a Musicoterapia, a Terapia Ocupacional pensada na perspectiva da Laborterapia ou o Psicodrama, que tem o seu valor, mas que vem muito associado à perspectiva de atendimento, da terapêutica, como algo que está no enquadre da sua proposição. Então, as pessoas que se aproximam de algo que seja Arteterapia, Musicoterapia, já vêm como uma destinação, de quem é que vai chegar e pra quê está destinado aquele propósito.

Nós não trabalhamos nesse propósito, mas isso não significa que há alguma crítica a esse tipo de formulação. Nossa opção é abordar de outra maneira, ou seja, temos um compromisso com a tarefa cultural como um fim. Para nós, nesse projeto, a arte não é meio, ela é um fim. E, portanto, trabalhamos nesta perspectiva da qualidade, do envolvimento, das pessoas se sentirem e, porque são atores, dançarinos. Isso não significa que vai tirar um DRT. Apesar de que no Centro Cultural São Paulo, para usar a sala de dança, eles vêm e perguntam: "Cadê a carteirinha? Vocês estão habilitados?". Não, não é para isso que trabalhamos, essa meta. São sim, pessoas amantes da dança, da arte, da música, e isso pode estar ao acesso de todos, por que não? Não necessariamente ter uma inscrição nos respectivos conselhos destes segmentos. Também não é que não precise, mas não tem este a priori

para você acessar o palco, acessar uma sala de dança, para poder mexer em um piano. Não sei se está dando para acompanhar, mas, enfim, esta perspectiva desfoca aquilo que a gente encontra de mais comum e a gente quis fugir disto.

Todo o trabalho do Projeto "Cidadãos Cantantes" está muito fundado num projeto maior da política pública de São Paulo, num projeto que eu ajudei a idealizar desde 1989, no governo da Luiza Erundina, que são os Centros de Convivência e Cooperativa. No seu ideário - que não é necessariamente o que é a sua aplicação cotidiana - ele postula para a sua existência: primeiro funcionar, acontecer em um "espaço público por excelência". O que eu chamo de "espaço público por excelência"? Espaços onde as pessoas possam acessar, entrar, transitar, independentemente de uma carteirinha ou de uma hora marcada porque está dentro de um posto de saúde ou que está dentro de uma escola ou porque está dentro de um hospital, enfim, lugares que já têm uma vocação pré-destinada e que as pessoas, quando olham, já sabem se vão para um Posto de Saúde, vão para tratar de doenças. É assim que as pessoas lidam: ou eu vou para uma vacina, ou vou para uma consulta, como se precisassem dizer quando chegam na porta, para que estão entrando. Não entram, simplesmente. Este é um dado muito sutil. Não dá para acontecer um Centro de Convivência Cooperativa numa Unidade Básica de Saúde. Não dá para ser em um hospital e não dá para ser em uma escola. Esse lugar tem que ser um lugar onde as pessoas possam entrar sem dizer para que estão entrando, e esses lugares prioritários escolhidos foram os parques do município.

Todos os 20 Centros de Convivência da cidade de São Paulo estão em parques? Não. Em todos os que estão em parque, as pessoas têm um trânsito absolutamente aberto? Não. Esse ideário não se garante só nesse território aparentemente aberto, mas é um dado importante. É um facilitador onde uma equipe mais comprometida se dá essa chance de se abrir, sem banca, sem porta, sem cartão e ocorrem associações extremamente interessantes. Então, esse é um dos aspectos: "espaços públicos por excelência".

O outro aspecto do grupo a ser montado é: ter a oferta cultural como uma oferta que aglutine os interessados. Então é uma perspectiva pichoniana; é do grupo, que se organiza entorno daquilo que eles chamam "tarefa" na questão cultural. Num sentido bem amplo, nas oficinas nos CECCOs é dessa forma

que as coisas se apresentam. Elas podem ser desde uma oficina de marchetaria, a uma oficina de dança, a uma oficina de yoga, etc. É amplo este sentido cultural, como uma tendência cultural com as diversas manifestações culturais possíveis. Então, a partir do momento que você oferece algo a ser feito, a ser criado, você não define a priori quem é que vai participar e, não definindo a priori, o grupo não é identificado por uma nosologia ou por uma condição de vulnerabilidade social, econômica, enfim, e isso também faz a diferença.

Segundo aspecto: "o grupo se faz heterogêneo", ou seja, forma-se um grupo heterogêneo. Aí eu me perguntava o que é que diferencia um grupo dessa natureza? Uma oficina de expressão corporal - o que diferencia esta oficina de expressão corporal de um Centro de Convivência de uma oficina cultural de um SESC?

Em São Paulo, o SESC é grande, é bravo, é importante para a Cultura. Não sei aqui no Rio como é que é... mas, vamos imaginar um lugar bacana, que oferece uma oficina de expressão corporal, o que é que o diferencia? Quando eu dirigi o CECCO Ibirapuera, durante seis anos, demos muita consultoria ao SESC Vila Mariana porque eles queriam estar prontos para a inclusão. Qual era a perspectiva? Como é que a gente faz inclusão? Por que vocês fazem inclusão? Inclusão é coisa da moda, eu não gosto deste termo; a gente trabalha com "potencialização". Inclusão já é outra praia para a gente discutir. Esse binômio inclusão-exclusão, não dá para a gente discutir aqui, mas, de qualquer maneira, é fundamental promover espaços que potencializem o outro na sua criação e na sua ação.

E foi assim que a gente foi conversar com o SESC. O SESC achou que não poderia, não estava na idéia fazer o que a gente fazia nos Centros de Convivência o que a gente buscava fazer nos "Cidadãos Cantantes". Mas parar para pensar que incluir não é simplesmente abrir qualquer espaço e falar, quem quiser pode entrar; tem uma outra perspectiva de compromisso. O que diferencia o Centro de Convivência de qualquer outro espaço que oferece uma atividade "x" artística e cultural é que existe uma equipe. Existe uma equipe multidisciplinar que faz parte desta oficina. Eu, por exemplo, estou no Projeto "Cidadãos Cantantes" e, apesar de eu estar na tarefa de coordenação, eu canto e cantar me dá muito prazer. Eu sou membro daquele coral, eu sou coralista. Tenho outras atribuições? Tenho. Mas a minha atribuição fica ali de

plantão, esperando algo acontecer para eu poder me dar uma função. Essa função, ela se mistura no fazer artístico e esse é um aspecto importante dessa proposição. Esses profissionais, e são profissionais da Saúde e esse casamento é muito interessante, acho que isso também fica como aspecto para a oficina. É um lugar importante que este profissional de saúde ocupa e é um lugar que apesar dele não ter um enquadre da psicoterapia, da arteterapia, da musicoterapia, ele tem um alcance terapêutico inevitável.

Hoje, no Projeto "Cidadãos Cantantes", eu mesma, acompanhando umas oficinas de Centros de Convivência, vejo que apesar das pessoas irem para a oficina de yoga, três vezes por semana, com depressão, elas não vão três vezes por semana para diminuir a depressão. Agora, a depressão altera, coquetel de HIV passa a fazer um efeito que não fazia no sujeito. Semelhante ao colega dele que toma o mesmo coquetel, está em situação parecida, mas que tem um efeito distinto. A única diferença na vida desses caras, é que um está na oficina de produção cultural e o outro não. Então é para a gente pensar: que fenômeno é esse?

Desta forma, chegamos a alguns itens do que a gente observou. Por exemplo: nos "Cidadãos Cantantes" temos: mudança no círculo de amigos, mudança de hábito alimentar e sedentário, aquisição de trabalho e moradia, retorno à escola e ao lar, diminuição da incidência de internação psiquiátrica, potencialização dos efeitos de coquetéis de anti HIV e psicotrópicos, redução ou supressão do uso de medicamentos, participação e acesso aos recursos culturais, educacionais e de saúde da cidade. Isso é só para dar um dado de população beneficiada, ou seja, 58% das pessoas que estão em "vulnerabilidade de saúde" - que é um termo da Saúde Pública que a gente passou a trazer para o nosso vocabulário e que compreende esta vulnerabilidade não só o sofrimento mental, portadores de HIV, deficiente, enfim - 32% da população, hoje, dos "Cidadãos Cantantes" é de população em geral; 10% de pessoas em vulnerabilidade social, vítimas de violência, pessoas desempregadas. Só para vocês entenderem o que eu chamo a vulnerabilidade em saúde, ela está dividida em: 32% de sofrimento mental, 23% de portadores de HIV positivo, 11% de pessoas com dependência química e 11% de pessoas com deficiência. A gente não fica fazendo este tipo de levantamento, foi mais para poder dar uma dimensão, porque eu acho que a oficina vai ter que se ocupar de pensar em algumas questões que a gente acabou trazendo.

Mas, voltando aquilo que diferencia, a equipe técnica tem uma tarefa, embora não tem aquela tarefa que a universidade nos prepara, ela também não deixa de ser uma tarefa conhecida. A gente consegue definir como uma tarefa de mediação e que, além de mediar, é uma tarefa de manejo grupal e quando você mistura muita gente diferente, você provoca conflito, provoca aquilo que a gente quer provocar: encontros. Mas encontros que, às vezes, são tumultuados, que são vivos; encontros que não são maneiros, não são encontros sutis: encontros disfarçados, encontros escrachados, importantes e, para isso, você não cria uma arena e fala, "Vire-sel". Existe uma responsabilidade e esse manejo grupal, para tornar o grupo operativo, como diria Pichon, requer profissionais, no qual a Saúde tem um papel nisso.

Aí vai uma crítica ao Ministério da Saúde. Eu não vou poder ficar nos outros dias, não vou poder falar isso para o Pedro Gabriel, mas vou deixar aqui a minha questão. O Ministério da Saúde, através da Coordenação de Saúde Mental, construiu uma proposição de Centros de Convivência para o Brasil baseado em alguma experiência que eu não sei de onde vem. Não vem de São Paulo e não vem de muitos lugares que eu conheço e que pensa esses Centros de Convivência, como um lugar assim: um universitário para gerir administrativamente e vários profissionais das artes, oficinairos, exclusivamente para portadores de sofrimento mental. Eu acho isso lamentável, lamentável.

Primeiro, acho que a gente tem que fugir dos guetos. A gente tem que buscar diversidade no encontro das diferenças e isso não é negar a importância de segmentos, mas é valorizar o quanto que é potente nos encontrarmos da maneira que a gente vive. Aqui esta mistura se dá, na nossa casa, na nossa comunidade. Então, é tornar esse encontro potente e criativo. Que a Arte, que a Cultura estejam lá para todos. Para que a criação se torne algo em ebulição, que isso seja extremamente saudável, deve alterar o status, alterar a identidade e a condição. As pessoas, quando se vêem na sua produção, nessa produção criativa, altera o seu jeito de se olhar, a sua forma de se ver no mundo e isso é potente, é empoderador, isso dá poder às pessoas. Dá a chance de troca, de opinião, de ação, isso é cidadania. Não preciso necessariamente me apresentar na minha dor, no meu estigma para eu ser valorizado. A partir do momento em que eu crio espaço de Cultura exclusivamente para um segmento, eu acho que a gente perde muito. Por outro lado, quando a gente retira

dos profissionais de saúde um papel de manejo grupal dessa possibilidade de encontro, a gente retira também aquilo que nos diferencia de qualquer outra oficina de arte que tem por aí, que nos responsabiliza com esses efeitos da criação.

O René Caiés esteve em São Paulo e foi conhecer o Projeto Cidadãos Cantantes e disse que não tinha nada parecido na Europa com aquilo que ele estava vendo. E não foi a produção cultural em si que o capturou, porque ele cantou conosco, fez roda de ciranda... Não foi esta perspectiva que o capturou para ele ter ficado mexido, emocionado, mas foram os nossos eixos de sustentação do Projeto. E ele captou sem a gente precisar falar. Ele disse: "Vocês estão em um espaço público; no melhor espaço aqui da cidade. Vocês estão num palco de teatro. Vocês não estão dentro de um espaço de Saúde. Vocês estão em um grupo misturado, que tem profissionais misturados, e que também têm funções muito claras." E ele disse na concepção que ele tem de grupo, do quanto a nossa tarefa como profissionais técnicos - que no nosso caso eram psis - ele chamou de "guardiões dos efeitos da criação". E aí entendi que esse cara foi muito sensível à nossa concepção porque ele nos co-responsabiliza naquilo que é efeito de criação no outro. Eu não sou responsável pela criação do outro, eu não sou responsável por provocar no outro uma determinada criação, ela vai se dar e, enquanto política pública, é necessário que hajam as melhores condições possíveis para que isso se dê. É necessário o melhor palco, a melhor tela, o melhor pincel, a melhor tinta, para que possam sair as melhores obras, não serve qualquer negócio! A melhor obra não é a melhor obra do que o Conselho Regional de Psicologia faz, que eu também tenho as minhas críticas. Participei da primeira versão do prêmio Arthur Bispo do Rosário e disse que não ia participar mais, porque eu não gostaria de estar premiando a obra louca, a obra do deficiente, a obra do aidético. Não corresponde a este momento de contemporaneidade, a gente precisa produzir obra não-adjetivada.

Se o cara tem a sua história, que bom que essa história não tenha sido um impeditivo, que bom que essa história possa trazer esta variação de subjetividades e perspectivas, como o Peter apontou. Eu acho que não é negar esta condição, mas essa condição não pode adjetivar a minha criação. Ela não pode vir à frente do eu-sujeito que estou criando. Nessa medida, fica então a proposição de que a gente possa, junto ao Ministério da Cultura, imaginar que dispositivos como os

Centros de Convivência possam ser Pontos de Cultura e que, estes Pontos de Cultura possam ter editais específicos para fazer uma seleção daquilo que há de melhor para responder a esta perspectiva de criação. E, como uma última proposição que está aí, eu depois deixo para vocês darem uma olhada é que se crie um Fundo Nacional para a Cultura e a Diversidade, nessa perspectiva da inclusão ou da potencialização, nos moldes do que há no município de São Paulo - e que eu não sei se tem em todos os municípios - que é o Fumcad (Fundo Municipal da Criança e do Adolescente) que o ECA conquistou. Esse fundo é de renúncia fiscal, é um patrocínio que não vai do gosto, do fundo, da vontade, é um patrocínio que vem lá compromissado, renúncia fiscal do empresário, e que dê fôlego para que estes trabalhos ocorram, e ocorram com qualidade e com perspectiva de mudanças de vida das pessoas. Obrigada.

■ Geo Britto (Ator, Projeto Teatro do Oprimido na Saúde Mental - RJ/SP)

Boa tarde. Eu gostaria primeiro de parabenizar pelo evento pois acho fundamental estar realizando atividades como essa, estar convidando as pessoas dos movimentos sociais, do movimento artístico, para discutir políticas públicas. Eu acho que é uma construção democrática e é um exemplo que deve ser seguido em várias áreas. O Ministério da Cultura e o Ministério da Saúde estão se juntando, o que hoje, é muito difícil a gente ver. A gente vê cada um fazendo atividades isoladamente e acho que este é um desafio para todo governo e para toda a sociedade.

O caso da gestão dentro do Ministério da Saúde, nós tivemos vários avanços democráticos. Eu acho, por exemplo, que os CAPS têm todo potencial para se tornarem Pontos de Cultura dentro da Saúde. Da mesma forma que eu vejo os CAPS como Ponto de Cultura, os CAPS da saúde espiritual, como disse o nosso ministro. Então eu acho que se a gente trabalhar juntos, desenvolver, radicalizar esta idéia, eu acho que nós teremos um longo caminho a seguir.

Queria agradecer ao Paulo, à Patrícia Dornelles, a todas as pessoas que ajudaram a organizar esse seminário, agradecer em nome de todos.

Meu nome é Geo Britto, eu sou do Centro do Teatro do Oprimido. O Teatro do Oprimido é uma técnica de muita energia que foi sistematizada, o Augusto Boal diz mesmo que ele queria descobrir esta técnica. Ele sistematizou algo que na verdade já existia na sociedade que é esse movimento teatral e que nós acreditamos que o ser torna-se humano quando descobre o teatro. O que é isso? Nós acreditamos que todo mundo faz teatro, até mesmo os atores. Todos nós somos capazes, todos nós fazemos teatro. Eu estou fazendo teatro agora nesse momento. Quando eu vim para cá, eu escolhi a blusa que eu ia usar, o Paulo escolheu o terno dele para estar aqui no Rio; vocês, quando vieram, se vocês fossem para a praia vocês iriam com outra roupa. O que eu estou falando aqui, quer dizer, todo esse movimento, tudo isso, sou eu que estou dizendo, não tem ninguém aqui, a princípio, falando por mim. Fala isso, fala aquilo, pode até acontecer, mas nós estamos realizando o quê? Uma linguagem do teatro que os atores usam em cena e nós muitas vezes não nos damos conta disso. Então, a idéia do Teatro do Oprimido é colocar para as pessoas que todos nós temos esta linguagem. Isso não quer dizer, necessariamente, que nós vamos nos tornar atores profissionais ou não. Mostra o prazer, a potência que o teatro é.

Da mesma forma que todo mundo pode jogar bola, não necessariamente ser um Ronaldinho da vida, mas descobrir o prazer de jogar bola e outras atividades como pintar, cantar e outras mais. O que nós do Teatro do Oprimido queremos é uma coisa que é muito simples: nós queremos mudar o mundo! Só isso que nós queremos. Mas nós não queremos somente isso, nós queremos fazer isso com muita humildade. Nós temos bons projetos e estamos mudando o mundo dentro dos CAPS, dentro dos Pontos de Cultura, das prisões, nas comunidades aqui do Rio de Janeiro, o mundo inteiro.

Hoje, o Teatro do Oprimido tem uma metodologia no mundo inteiro, existe em 70 países. Agora, nós tivemos recentemente na Índia, no Festival de Teatro do Oprimido, a abertura do festival. Foi uma caminhada com doze mil componentes que fazem teatro, de nove países. Nós criamos uma federação de Teatro do Oprimido que congrega um milhão de pessoas. Em junho do ano passado, nós tivemos o Festival de Teatro do Oprimido, na Palestina. Na Palestina tem um Centro de Teatro do Oprimido, tem um grupo de Teatro do Oprimido que trabalha com vários países árabes. Eles utilizam o Teatro do Oprimido na Jordânia, no Egito, em toda aquela região

ali. Inclusive, o livro do Boal está traduzido em mais de 25 línguas. O tradutor do livro árabe, quando ele viu o livro pronto, falou assim: "Cuidado com esse livro que ele é muito perigoso!". A Palestina, inclusive, tem um trabalho de saúde mental. A Palestina tem dois hospitais psiquiátricos. Tem um na Faixa de Gaza, vocês devem imaginar como deve funcionar e outro na Galiléia. Esse é um lugar onde eles fazem um trabalho, tem um grupo de Teatro do Oprimido lá. Eles dão o curso junto com os clientes e profissionais e têm um sucesso muito grande, fazem várias apresentações, etc. Infelizmente, nesse festival eles não puderam se apresentar porque os funcionários estavam em greve e o Governo de Israel não deixava que eles passassem. Não sei se vocês acompanharam há vários meses. Então, tinha uma questão política que é sempre muito delicada e tinha outro grupo na França que eles não utilizavam o hospital psiquiátrico. Existem alguns hospitais psiquiátricos na França, em que para a pessoa se tornar enfermeiro é matéria obrigatória que ela faça Teatro do Oprimido para poder utilizar isso no seu trabalho cotidiano.

Acredito que o teatro é esta capacidade de você se observar, do ser humano ao se observar. Você, ao ver um gato - acredito que ninguém nunca viu um gato na frente do espelho indo se arrumar para encontrar a gatinha. Nós, seres humanos, gostamos de nos olhar no espelho, de nos arrumar e prever o futuro, não prever, construir o futuro. No caso do teatro, a gente tem esta capacidade de observar no presente o que aconteceu no passado, para construir o futuro. Shakespeare dizia que o teatro é o espelho da humanidade. A gente acredita que é mais do que isso. O Teatro do Oprimido, a gente acredita que ele é o espelho da humanidade. Nós temos que penetrar e mudar aquilo com que a gente não concorda, mudar para melhor. E vocês terão a oportunidade de ver isso não só pelas minhas palavras, mas à tarde, às 14h, com o "Pirei na Cenna", que é o grupo com o qual a gente trabalha há mais de dez anos e eles vão se apresentar aqui.

Dentro do teatro, o Teatro do Oprimido trabalha muito com a área de saúde mental há muitos anos. O Boal sempre teve uma boa relação com essa área da saúde mental. Na verdade, o Teatro do Oprimido são várias técnicas que são criadas a partir daquilo que acontece. Então o problema não é você pegar a pessoa. A partir do problema que você está vivendo, você sente necessidade de criar uma nova técnica. Então,

uma das técnicas que têm lá, que tem relação com a área da psicoterapia e saúde mental, é o teatro do desejo que é uma das técnicas que o Boal criou quando chegou na Europa. Depois que ele foi preso, torturado e exilado, ele foi para a Europa desenvolver este trabalho e lá, ele começou a ouvir questões que não eram tão concretas, não era como o “teatro-fórum”, que vocês vão ver hoje à tarde. A partir daí ele foi criando uma nova técnica, a partir daí o Teatro do Oprimido vai se desenvolvendo, é algo vivo, está sempre em movimento. Eu, particularmente, tenho uma experiência muito forte e que eu acho que é muito importante para mim, com a Casa das Palmeiras. Está aqui o Walter Mello, que é um companheiro de longas datas. Eu pude trabalhar na Casa das Palmeiras e tive o prazer de ter contato com a Dra. Nise da Silveira e conversar com ela. A gente fazia as oficinas na Casa das Palmeiras e tem inclusive várias histórias que ela relata. Teve um dia que a gente tava fazendo uma oficina dentro da Casa das Palmeiras, fazendo exercícios teatrais, que são diversos. Um dos exercícios chama-se “fotografar a imagem” e é muito simples. A pessoa vai na frente, tem um grupo e as pessoas fazem imagens diversas e o grupo fecha os olhos. As pessoas do grupo fazem o abrir e fechar os olhos como se fosse uma fotografia. Então ele abre e fecha os olhos e reproduz a imagem que o outro fez. Estava todo mundo fazendo e tinha um cliente especial, um bailarino pós-moderno, enfim, uma pessoa muito especial, a gente tava fazendo o abrir e fechar e alguém falava “Abre, fecha” e ele falava assim: “Abre, fecha, abre, fecha” e fazia o contrário. Tava todo mundo fazendo, quando eu cheguei mais próximo dele e falei: “Abre, fecha, abre, fecha. Sr. Jamil, eu estou falando para abrir e fechar e o senhor está fazendo o contrário”. E ele falou assim: “Você pensa que abrir o olho é fácil? Tem gente que passa a vida inteira e nunca abre o olho”.

Então, dentro desse princípio, a gente tem várias experiências legais que poderiam ser lembradas que, como eu coloquei, têm diversas histórias. Desde o momento em que um dia a sede deles precisou de ajuda, e a gente chegou com um grupo de ensaio e perguntou para eles o que eles queriam de nós que a gente tava usando. Então, a Claudia Simone, que é diretora do grupo, falou: “Remédio, tomar remédio nenhum”, e alguém falou: “Esse remédio que vocês estão tomando e que me deixa mais feliz, me deixa mais alegre. Então, eu queria tomar este remédio”. Aí, a gente perguntou: “Mas que remédio? E responderam: “A gotinha do oprimido.

Eu queria esse remédio para a gente". Então, eu acho que essa coisa foi uma coisa muito interessante, foi uma descoberta, um momento pedagógico para o grupo e para as próprias pessoas do trabalho.

No "Teatro do Oprimido" nós temos um trabalho grande que é dentro da saúde mental. Trabalhamos em cerca de 60 CAPS e CECCOS, na cidade, no Estado de São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro em que nós fazemos um trabalho de capacitação. Então, esses profissionais vêm até a gente. No caso do Rio de Janeiro, a nossa sede é na rua Mem de Sá, número 31, ou nós vamos até São Paulo. Que profissionais são esses? Não têm uma especialidade. Nós chamamos estas pessoas e eles vêm trabalhar conosco porque é uma coisa que acontece com a gente, como a Cristina falou: Ah! Mas vocês são teatro ou ... Vocês fazem teatro ou vocês fazem política? Vocês fazem saúde ou ... Nós somos, nós não nos especializamos. Nós temos este dever aí, diário, cotidiano. Nós não nos tachamos. As pessoas costumam dizer: "Ah! Isso é teatro, teatro político, esse é teatro dos anos 60, do Bronx, de psiquiátrico" Nós costumamos dizer que nós fazemos teatro como política. Da mesma forma que o professor faz a sua ação pedagógica como política, um médico faz a sua ação de saúde como política, nossa ação é com teatro, nossa intervenção na sociedade é com o teatro. É dessa forma que a gente trabalha.

Então, estes profissionais vêm até nós, nós fazemos uma capacitação com eles e depois eles retornam para as suas unidades de saúde: os CAPS, os CECCOS, nas diversas áreas e multiplicam isso que aprenderam com a gente. O que a gente aprendeu com eles e o que eles aprenderam com a gente. É sempre uma troca, nós aprendemos sobre a saúde mental e ensinamos teatro. Então, é esse diálogo permanente que acontece com os profissionais, que levam as técnicas do Teatro do Oprimido dentro das unidades de saúde e trabalham com os outros profissionais de saúde, com os usuários, com a família. A idéia é o máximo de integração, então eles começam identificando quem tem o desejo de fazer o Teatro do Oprimido, o Teatro do Oprimido não precisa ser obrigatório, senão não seria Teatro do Oprimido. Quando a gente começa a fazer essa sedução ao teatro, ao mundo do teatro, que as pessoas pensam que é um mundo dos escolhidos que só certas pessoas podem fazer, a gente começa a quebrar esta resistência e criar, inclusive, performances, cenas, espetáculos teatrais e que são inicialmente, apresentados

dentro das unidades de saúde mental, e, posteriormente são apresentados fora. Este é o nosso objetivo, quebrar esta lógica, essa barreira que tem que ser só para a saúde mental. A gente começa a se apresentar em escolas, nas praças, nas ruas... nos apresentamos onde nós somos convidados. Então, enquanto pensam que fazemos teatro para os atores, nós pensamos que podemos fazer teatro em qualquer lugar, até no teatro; porque, geralmente, quando a gente ouve a palavra "teatro", a gente pensa logo na idéia da arquitetura. Para nós não. Para nós, em qualquer espaço onde você está apresentando uma iniciativa de base, automaticamente, você cria qualquer espaço técnico, onde as pessoas estão projetando suas imagens, suas vivências, suas emoções, você está construindo teatro.

No trabalho do Teatro do Oprimido dentro dos CAPS, dos CECCOS, quando a gente trabalha com os usuários, muitas vezes a pessoa quer encaixar o delírio na realidade. A gente não. A gente quer trabalhar a realidade com o delírio. Então, muitas das vezes, o usuário traz uma cena delirante, mas o que é delírio? Que definição é essa de delírio? Se entrar uma pessoa aqui, agora gritando, então, seria delírio? Não vim aqui para analisar o que é esse delírio. Então, a gente pega estas histórias que as pessoas trazem e, com todo o respeito, com todo o desejo, a gente constrói cenas com essas peças, mostra para as pessoas e faz esse diálogo. Ao nos apresentarmos nas escolas, por exemplo, os alunos ficam - "Ah! São os loucos! O que será que vai acontecer? Eles vão me atacar, eles vão me agredir..." Então, a partir do momento em que a gente apresenta o teatro, eles percebem que são seres humanos como eu, como o outro, como todos nós; eles começam a entender uma lógica diferenciada da saúde mental e começam a quebrar estas barreiras, todas essas subjetividades definidas que existem. Então, esse é um desafio que a gente tem: como a gente pode potencializar esse trabalho da Cultura, nevrágicamente, dentro da saúde mental.

Agora uma outra coisa que é super interessante da gente observar também é, não somente os usuários, mas a resistência dos próprios profissionais. É muito interessante porque a gente vai fazer a oficina do Teatro do Oprimido, e, com todo o respeito, eu não sou psi, mas há uma resistência muito grande dos próprios psis em vivenciar as experiências. Eu proponho um exercício, eu proponho uma técnica teatral, não tem que racionalizar muito. "O que eu vou fazer?" Não! Vai lá e faz, vivencia! Não, eles 'tão' sempre querendo falar...

A palavra é fundamental. A palavra foi uma das maiores invenções da humanidade e, muitas vezes, as pessoas se prendem muito às palavras e se esquecem do som, das imagens, das emoções, das experiências, da sensibilidade e se enclausuram nisso como uma forma de segurança. Eu estou segurando isso, eu tenho isso, todas as pessoas têm isso. Nesse trabalho, nós quebramos essa resistência. É muito engraçado como esses profissionais voltam aos seus CAPS e eles começam a trabalhar logo depois. A gente faz o acompanhamento nos CAPS, visitas, treinamento, os profissionais voltam com um discurso assim: "Puxa, a gente começou a fazer os exercícios e os usuários começaram a rir o tempo todo, começavam a falar ao mesmo tempo". Aí eu perguntava para eles: "Vocês quando fizeram esses exercícios, o que aconteceu com vocês?" "Ah! A gente riu o tempo todo". "Ah! A gente falava o tempo todo, a gente não se concentrava". Na verdade, o que eles estavam falando era exatamente aquilo que eles faziam antes, só que eles não se observavam. Só viram isso depois, a partir do momento que a gente colocava o que ele vivenciava em cena é que eles percebiam isso. Então, eu acho que esse é um elemento muito interessante, de estar sendo observado.

O nosso trabalho, quando a gente tá fazendo esse trabalho, o mais importante é que a gente capacita o trabalhador para ele fazer isso. Para que o trabalhador está aprendendo isso? Justamente para que este profissional possa fazer política pública, porque o Projeto, a priori, já está bom. Geralmente, o curso dura seis meses, só que eles continuam nos CAPS, continuam nos CECCOS porque esses profissionais abraçaram isso, continuam isso como forma de trabalho, como ferramenta de trabalho. Da mesma forma que a gente trabalha nas prisões, a gente trabalha com os funcionários, agentes penitenciários, psicólogos, a equipe dos presídios ou, nas escolas. A gente trabalha com os professores, lideranças comunitárias, no sentido daquilo ficar no próprio espaço, no próprio território porque o cliente pode passar por ali, o usuário pode passar, mas independente de quem for passar, o Teatro do Oprimido está ali. Vai estar sendo usado, seja pela assembleia do CAPS, seja para uma festa que vai acontecer, seja no momento em que o CAPS vai levar uma mostra, um cenário para participar... Então, o Teatro do Oprimido não passou a ser somente mais uma oficina (com todo o valor que têm as oficinas nos CAPS), mas ele passou a ser uma ferramenta, uma metodologia, um instrumento

de análise, de estudo e de pesquisa do que é o CAPS, do que ele pode vir a ser amanhã. Então, o próprio trabalho entre os profissionais, entre os funcionários, entre os usuários, entre os familiares, isto é, como é que eles podem estar discutindo junto uma forma de radicalizar a possibilidade democrática que essa política tem. Então, acho que isso é super importante nesse sentido. É uma ferramenta usada como leitura psi, mas é uma a mais que não quer substituir as outras, porque eu acho que todas elas são fundamentais, todas elas são importantes. E o que a gente quer é ser uma a mais. A arte, em si, não contém a verdade da realidade, ela tem uma verdadeira realidade. Tem uma realidade que ela contempla, que muitas vezes é impossível chegar, ela contempla outros grupos. Então, a gente tem que vivenciar, contemplar, chegar com outros grupos. A gente quer multiplicar isso, a gente quer diversificar essas possibilidades.

Dentro desse princípio, eu acho que esse cenário que eu tenho aqui é muito importante. Eu quero até fazer algumas sugestões para que a gente possa usufruir de várias ferramentas que nós já temos hoje, de vários espaços na sociedade, que são os editais. Eu acho que os editais são uma forma muito democrática, muito mais democrática do que existia há alguns anos atrás, que era discutir, democratizar essa idéia dos fundos de cultura. A Patrícia pode dizer melhor, eu sei que tem em Porto Alegre. Os fundos de cultura não seguem a lógica da romaria, senão, eles privatizam a Cultura também. Imagine se uma fábrica de macarrão vai querer financiar uma peça só de negros, que fale sobre a fome. Imagina? Na verdade, ela vai direcionar o patrocínio. Se você cria fundos de cultura, que são formados por pessoas da sociedade, por representantes do governo de diversas áreas, que seriam fundos que vão discutir estes projetos. Através de cadastros digitais são outras formas, e eu acho isso mais democrático.

Existe uma outra questão, um outro momento muito fundamental também que vai direcionar as políticas públicas que é a pesquisa. Eu acho que muitas vezes a gente quer fazer uma política pública, mas não sabe como começar. Então, eu acho que um dado fundamental é fazer um levantamento das milhares iniciativas culturais que existem. Tem um problema no Brasil que ele é grande e isso é bom e é ruim ao mesmo tempo pois dificulta muito iniciativas como essas. Mas, pesquisar, que outras iniciativas têm? Tem o Teatro do Oprimido, tem a Cia Teatral UEINZZI, tem o Coral

Cênico Teatro e Dança, tem o Harmonia Enlouquece, tem milhares, milhões! Então, acho que a gente deve fazer um levantamento destas iniciativas, não só para saber quem são elas, mas para aprender com elas, como é que estão fazendo. Nós estamos fazendo coisas como essas em condições super difíceis e que define muito o que é o Estado, que acha que sabe tudo e não sabe nada. Ele só quer punir e vigiar e toda esta lógica. Então, nós temos muito que aprender com estes movimentos, com essa democracia dos movimentos culturais que existem na área da cultura, da loucura, da saúde mental e outros diversos. Dentro dos próprios CAPS, nós temos várias iniciativas dentro da cultura. Nós temos o próprio CAPS Alameda, aqui no Litoral que é um Ponto de Cultura e que já está casando essa iniciativa e este é um ponto fundamental. Nós temos o CAPS Clarice Lispector, que fala de rodas de samba. Então, eu acho que é uma grande oportunidade a gente radicalizar estas experiências, que o CAPS não fique só; mas com a própria comunidade, com outras iniciativas culturais que existem. Têm os fóruns culturais - não só do ponto de vista da arte - cultural é tudo. Desde a senhora que faz o crochê dela, grupos que jogam truco ali, como é que a gente pode trocar? Como é que a gente pode costurar essas iniciativas, no sentido de os CAPS, os CECCOS, não serem espaços só do Estado, só do SUS, só dos funcionários, mas de todos, da população como um todo.

Eu acho que o grande desafio é quando chegar nesse espaço, olhar como um espaço cultural e perguntar: o que vocês são? Vocês são Cultura? Vocês são política? Vocês são teatro? O quê é isso? Um CAPS ou um Ponto de Cultura? Isso é um Ponto de Cultura ou é um CECCO? É um espaço. Um espaço onde as pessoas vivenciam, trocam, aprendem, ensinam e teatralizam a sua subjetividade ou a emoção do dia-a-dia ou a emoção do cotidiano. Eu acho que esse é o grande desafio que a gente tem. E dentro desta questão que a Cristina falou, tem um desafio muito grande também que é a questão da legislação. A gente tem artistas e assembléias maravilhosas e acho que a gente tem que continuar tendo cada vez mais e mais, mas muitas das vezes tem a legislação. A legislação é quem amarra.

Nós tivemos recentemente num encontro sobre os Pontos de Cultura, uma coisa muito interessante. O pessoal do Ponto de Cultura e o pessoal do Ministério da Cultura e, ah! Tem que fazer isso. Isso pode? Pode. Então o esforço que essa iniciativa do Ministério da Cultura, e o pessoal falou isso

claramente: "Se a gente fosse esperar uma legislação atual para fazer o Ponto de Cultura, a gente não ia fazer porque a legislação é "anti-Ponto de Cultura!" Então eles pedem para fazer uma formação para as pessoas, e lá na legislação está escrito assim: tem que ser assim, pá, pá, pá. Então, tem que ser assim, somente assim. Então, não tem diferença. Nós vamos fazer uma formação lá na aldeia indígena ou se vai fazer com o pessoal do Maracatu, lá em Pernambuco, tem que ser da mesma forma.

A gente tem que discutir é como trazer as pessoas para cá para esse campo, do direito, da legislação, enfim, ver como a gente cria uma legislação nova. Às vezes, a gente não tem necessidade disso, a legislação tem os direitos autorais, então, como a gente radicaliza para incluir estes direitos autorais? Ou a questão da mentalidade, que muitas das vezes o pessoal do Ministério da Cultura falava; a gente levava projeto lá para a área jurídica, que é o grande bicho-papão e eles falavam que isso não pode, isso não pode. Ah! não pode. Tá bom, não pode, é mais fácil falar isso. Então, como é que pode? Porque é simples, o burocrático diz "não pode". Pronto, vai lá na gaveta, pega e guarda. Tá, mas como é que a gente pode? Eu acho que nesse ponto a gente tem um papel muito importante, de estar propondo alternativas para isso, para os eventos culturais, para a sociedade como um todo. Eu acho que esse é um grande desafio que a gente tem.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que este é um momento muito especial, que muita gente não reconhecia, e hoje a gente tá construindo uma política de Estado. O Estado é um dos maiores violadores dos direitos humanos. Este Estado que está aí é, e sempre será de alguma maneira. A gente tem que estar sempre democratizando. O que nós temos que radicalizar estas ações junto com o Estado porque o Estado é o manicômio, é a escola que expulsa o aluno, é a polícia que entra. Então, o que nós temos que buscar é a democracia que ele me dá, não a burocracia estatal. Essa democracia que vai garantir estas.

Atividade Cultural: Grupo de Teatro do Oprimido Pirei na Cenna/CTO - RJ

Criado em 1997, o Grupo de Teatro do Oprimido Pirei na Cenna é formado por usuários, familiares e simpatizantes da Luta Antimanicomial e coordenado pela psicopedagoga Claudia Simone dos Santos de Oliveira. Utilizando a metodologia do Teatro do Oprimido, o grupo realiza atividades voltadas para prevenção, assistência e direitos humanos relacionados às DST/AIDS no campo da saúde mental, focando também temas como o estigma e o preconceito vividos por segmentos marginalizados da sociedade através da linguagem transformadora do teatro.

O grupo apresentou o espetáculo *É melhor prevenir do que remedio dar*, produção de teatro-fórum, que apresenta as dificuldades do exercício da sexualidade de usuários da saúde mental na reintegração social e chama atenção da sociedade para a discussão da prevenção das DST/AIDS.

Elenco: Alessandro Conceição, Eliana Guimarães Venâncio Fernandes, Eloana Gentil, Enéas Lúcio, Lucia Santana, Mônica Medaglia Regina Andrade, Renata Mattos, Sérgio Lima, Wandersom Pacheco.

Diretora Artística e Curinga: Claudia Simone dos Santos.

Supervisão CTO-RIO: Flavio Sactum e Geo Britto.

Curinga Comunitário: Alessandro Conceição.

Cenografia: Cachalote Mattos e Zito Bedat.

Produção Executiva: Susi Braitto.

Parceiros: UNESCO; Ministério da Saúde/Programa Nacional DST/AIDS; Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Profissional do Hospital Psiquiátrico Jurujuba/Niterói (CEAP/HPJ/Niterói-RJ) e Instituto Franco Basaglia (IFB).

2.3. 2ª MESA DE DEBATES (COORDENAÇÃO PATRÍCIA DORNELLES)

"IDENTIDADE E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: ESTRATÉGIAS DE SOLIDARIEDADE E RECIPROCIDADE"

■ Patrícia Dornelles (Coordenadora do Programa Cultura Viva na Região Sul e Colaboradora da SID/MinC)

Boa tarde a todos. Continuando as nossas atividades, nesse momento vou convidar os nossos parceiros pra ajudar a gente a pensar as políticas que a gente vai indicar para o Ministério da Cultura e nos ajudar a refletir na mesa organizada aqui com o nome de "Identidade e Produção de Sentidos: estratégias de solidariedade e reciprocidade".

Para compor a mesa eu vou chamar o Leopoldo Nunes, cineasta, diretor hoje da Agência Nacional de Cinema, foi realizador do "Profeta das Cores", "Profeta das Águas". Eu queria chamar o Renato Di Renzo, da Rádio TAMTAM que inspirou muita gente lá nos anos 90, lançou outros projetos de arte e cultura na saúde mental; a Noale Toja, da TV Pinel e o Francisco Sayão, do Harmonia Enlouquece e que também é diretor do Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro.

Como a gente tá com o tempo um pouco apertado, fizemos uma combinação anterior aqui com os nossos palestrantes e debatedores e vamos tentar diminuir um pouquinho o tempo. A gente vai ver se eles conseguem falar em 15 minutos e aí, o pessoal que quiser também ir elaborando, pode ir fazendo as perguntas em papel para facilitar depois quando a gente iniciar o debate. Vamos começar pelo Renato.

■ Renato Di Renzo (Artista e Produtor, Projeto TAMTAM)

Alô, boa tarde e obrigado pelo convite. Eu estava comentando na hora do almoço que encontros como esses deveriam acontecer mais vezes. Assim, a gente fica conhecendo o pessoal da Saúde Mental, as pessoas que estão chegando, os trabalhos que vêm acontecendo e etc.

Falar da Rádio TAMTAM ou do Projeto TAMTAM em 10 minutos ou 15 minutos é um grande exercício porque é um trabalho pioneiro. É um trabalho de praticamente 20 anos, a partir da intervenção da Casa de Saúde Anchieta, em Santos, em 1989, e até foi possível realizar uma série de trabalhos, uma série de oficinas. Eu não falo de uma oficina especificamente de teatro ou de artes plásticas, mas eu falo de uma transformação, eu falo de uma ruptura, de um trabalho muito grande com a saúde mental, de um modo geral, e da cidade como um todo. Mas eu quero, de repente, fragmentar algumas coisas. Lembrar algumas coisas que foram fundamentais e importantes dentro dessa estrutura de um hospital psiquiátrico, ainda com onze alas psiquiátricas: masculina, feminina, essa coisa toda. Quando esse projeto fecha, tranca todos os prontuários e começa do zero, com cada paciente que ali estava, acho que isso é uma coisa importante, fundamental. Enquanto todo mundo corria nos prontuários para saber exatamente o histórico, etc, o Projeto TAMTAM vai ao contrário disso e resgata A hora e a vez de Augusto Matraga, de Guimarães Rosa, quando fala que “todo mundo pode mudar a sua história”; e que, na verdade, você não precisa ser aquilo que te rotularam. Na peça, Augusto Matraga diz que quer voltar para a cidade e ser uma pessoa diferente e o padre fala assim para ele: “Quem foi não é mais”. E isso funciona um pouco como fio condutor dessa equipe.

Um outro momento importante foi que o TAMTAM, na verdade... uma vez a Ana Pitta perguntou “Por que você acha que funciona?” Eu falei para ela o seguinte: “Porque é uma pessoa que não é do meio e com uma equipe marginalizada e trabalhando como loucos.” Porque a equipe do TAMTAM era de nove psicólogos que foram afastados do serviço público naquele momento porque foi avaliado que não tinham o perfil para acompanhar a Reforma Psiquiátrica e, como eu não tinha equipe, então, foram exatamente essas nove psicólogas que eu levei para uma cozinha do hospital, fiz a proposta e foi aceita. Então, quando me perguntavam, eu falava assim: “É porque são loucos”; uma equipe totalmente desfigurada e um cara que também não é da área e um educador, etc. E aí a gente acabava na verdade zerando tudo e conseguindo olhar com um outro olhar e construir. Essas psicólogas, hoje, são... eu fico, às vezes, emocionado, mas elas hoje são as chefes dos serviços de saúde mental de Santos, aquelas que foram colocadas para fora.

Começamos uma série de produções e o fio condutor também era o desejo, construir desejos. E eu lembro no primeiro dia em que eu entrei no hospital, quando fui fazer um trabalho - que na verdade foi proposto pelos próprios usuários - eu pedi uma visita e eles me acompanharam mostrando traços desse hospital e tal e uma figura que estava lá me perguntou: "O que você veio fazer nesse hospital?" E eu falei: "Vim fazer teatro". E ninguém sabia o que era teatro, o que é isso? E uma televisão que estava pendurada no pátio do hospital me salvou quando eu falei que era novela. E aí, esse rapaz ficou uma criança na minha frente e falou que queria fazer o papel de um Papa e logo apareceu um outro paciente, um negro, querendo ser pirata e eu falei, pronto, já temos um enredo. Dá pra fazer uma peça, teremos dois personagens e tal e a história é de um pirata que invadiu o Vaticano, roubou o Vaticano e fugiu na sua Caravela. Aí, o bobo aqui, achando que eles iam procurar a polícia, que o Papa ia encontrar a polícia... muito pelo contrário, eles dividiram toda a grana, o Papa ficou com a grana, o pirata ficou com a grana e o Vaticano ficou na lona. Aí, eu falei: "Isso é uma história!", e eles me cumprimentaram e eu ensinei a fazer reverência. Eles aplaudiram e eu marquei um encontro naquela parede do hospital, às 8h da manhã na segunda-feira.

Aí que eu entendi que o hospital estava louco porque quando eu cheguei, com hora marcada, naquele horário, o hospital estava louco. Enfermeiros, psicólogos, psiquiatras, estavam todos perguntando porque tinha tanta gente encostada numa parede desde as sete da manhã. Então, eu falei: "É porque eu marquei um encontro" e todos riram da minha cara e, de fato, quando eu entrei, foi que a gente começou a trabalhar. E nós trabalhos de forma muito simples, por exemplo: acompanhar aquela manifestação das pessoas que estavam no pátio. Aquele que acompanhava para cá e para lá, a gente também andava junto e, quando ele percebia, começava a encenar esse andar, quase que numa brincadeira de que "tudo que o seu rei mandar". Ele então era capturado por essa turma para desenvolver o trabalho. Em poucas semanas nós tiramos o sino do hospital, iam ao refeitório buscar o lanche da equipe como um todo e não mais o seu particularizado; em poucas semanas queriam cortar a unha porque iam tocar o outro para fazer a cena e precisavam da unha estar legal para não arranhar o companheiro e etc. Eu me lembro de Romeu e Julieta nesse pátio, quando um dos pacientes quis fazer o papel do cavalo do Romeu. Um

personagem bastante interessante naquele momento, porque o Romeu era um rapaz que estava no hospício por amnésia, então ele funciona como um ponto do Romeu. Cada vez que o Romeu tinha que se dirigir à Julieta, o cavalo ia soprando o que ele deveria fazer e tal. Um outro momento importante do espetáculo é a hora que o Romeu precisa fazer a fuga, precisa fugir, então era um Romeu deitado numa cama, num divã, e o cavalo andando em círculos passando receita de diazepam, akineton e tal - esse era um dos exercícios. Logo nós nos mudamos para frente do hospital e alguém falou de entrar e não entrar. Nós fomos buscar árvores e plantas, tiramos a recepção do hospital desse local e colocamos para trás e então, fizemos um jardim com quadros, com desenhos feitos por eles e tal. O pessoal da cidade entrava para ver essa exposição ou para marcar uma consulta e também, nesse local não era mais... o primeiro atendimento era feito pela sala de teatro e não mais pela enfermagem e coisa e tal. Então ia para uma sala de teatro, onde estava sempre acontecendo uma dinâmica e, aí sim, depois dessa dinâmica ele resolvia marcar a sua hora e tal.

Então, foram momentos bastante significativos assim, como mudar o famoso verde e branco do hospital para um hospital pintado com as cores de Mondrian e de outros artistas. À noite, eu tirava essas pessoas do hospital e levava para uma sala próxima ao hospital, que era uma ala universitária e, com isso, eu tinha uma responsabilidade grande. O meu bolso ficava enorme de remédios, porque eu tinha que assinar a responsabilidade de todos, aquela coisa toda, e apresentava alguém para eles, esse alguém era um livro. Então, uma hora era uma coleção de Picasso, outra de Toulouse-Lautrec, alguma coisa assim. Até que um belo dia, um dos pacientes falou assim: "Aonde esse cara está internado?" Era Picasso. E eu respondi: "Não, mas ele não está internado, ele é um artista". E ele disse: "Não é possível, porque quando eu piro, eu vejo a cidade desse jeito!". Era a fase cubista do Picasso. E aí, meu amigo Roberto Saran me chamou de louco quando eu resolvi levar isso para uma rádio comercial e ficamos exatamente oito, nove anos em cartaz numa rádio comercial da cidade, com um programa líder de audiência. Bom, mas eu quero falar uma coisa depois disso, porque isso foi tudo parte de um projeto político e partidário e quando mudou o governo, tudo isso veio. Foi uma loucura, fragmentar toda a equipe. E nós transformamos o projeto TAMTAM numa ONG. Hoje ele é uma ONG e com isso, sim, a gente conseguiu

caminhar com o projeto. Só que, também quando ele volta, ele volta de uma outra forma e essa, talvez, é a que eu quero hoje falar.

Então, não é mais um NAPS, não é mais um CAPS, não é mais um Centro de Convivência, mas sim, a cidade de Santos. Então, nós fazemos trabalhos nas palafitas, nos cortiços, etc. O que a gente fez na verdade foi construir uma equipe, uma formação de equipe, e essa equipe vai aos bairros ou vai aos locais mais periféricos da cidade, onde desenvolve esse trabalho com arte. Então, por exemplo, dia 30, nós estaremos fazendo o lançamento do "Refavela". Gilberto Gil vai estar em Santos, com um trabalho feito em cima das palafitas de Santos, com pessoas que vieram de várias partes do Brasil, principalmente do Nordeste. Pessoas que, por relato, pensavam que iam acabar a vida atrás de um fogão e hoje são artistas. Por outro lado, alguém falou do DRT (registro profissional de ator - Delegacia Regional do Trabalho). Eu quero deixar bem claro que fui presidente do sindicato, vice-presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão de São Paulo (SATED-SP) e já está aprovado o DRT para todos os artistas. Temos muitos teatros, muitos artistas, muitos espetáculos e muita platéia. Não existe artista louco, não existe isso! Então, o Estado de São Paulo já está dando DRT para quem trabalha com teatro, para quem trabalha com o corpo. Então, em Santos, nós temos um grupo inteiro com síndrome de down com DRT.

Bom, esses são avanços que a gente têm feito e que têm provocado, é evidente. Mas eu quero deixar bem claro o seguinte: hoje eu trabalho numa secretaria de cultura e eu vou agora pelo outro lado da história. Não tem verba, é o pior lugar do mundo, é a barganha dos políticos, a Secretaria de Cultura. É onde você faz a sua aliança, quem vai coligar com você vai ficar com a secretaria de Cultura. Quando falta verba em algum lugar, de onde se arranca: é da secretaria de Cultura e os secretários de Cultura não sabem o que é Cultura. Cultura é uma apresentação sertaneja em cima de um palanque na praia que vai trazer voto no próximo mandato, vai reeleger. Então, nós estamos falando aqui de uma educação, de um trabalho junto a quem está à frente disso nessas cidades. Nós fizemos um encontro agora, inclusive o Fred Maia esteve lá. Nesse final de semana; nós reunimos 60 diretores de Cultura na cidade de Santos e eu escutei coisas que eu quase caí da cadeira. Tem lugares que é a primeira dama, que é a diretora de Cultura, é do fundo social que pertence à Cultura.

Teve gente que falou que a arte é o fim. Não, lá foi falado justamente ao contrário. Se alguém falar que Cultura é o fim, ele mata; porque é um meio, a cultura é responsável por tirar gente da rua. A cultura é responsável por tirar gente do hospício, pelo amor de Deus! A arte foi "pra cucuia", gente. Não pode! É uma coisa fundamental, não dá pra medir essa força. E arte é arte, e artista é artista. Não dá para brincar que é "meio artista", porque "meia arte" é traição. É uma sacanagem com a arte e com a pessoa que tá desenvolvendo. Não dá para tirar, de novo, o menino da favela, colocar para fazer Pixote e devolver para morrer na favela. É muito sério. Que arte é essa? Então, é muito sério!

Eu escutei um senhor dizer, eu acho que o Fred Maia também escutou, que o trabalho de cultura na cidade é quase que rezar uma missa por dia e fazer depoimentos emocionados de crianças falando assim: "Antes eu cheirava, agora eu não cheiro porque eu tenho uma banda". E alguém perguntou: "Você tem um instrumento?" E ele respondeu: "Não, não tenho". Então, é muito delicado... Eu começo a desconfiar desses loucos.

Eu tenho verificado muito na minha região, porque ainda faço trabalhos ligados aos NAPS, aos CAPS, etc Eu estou muito ligado ao Guarujá, que tem um grande amigo nosso, o Fábio Mesquita, hoje, como secretário de Saúde que é uma pessoa extremamente envolvida. Eu tomo um susto quando eu vou lá visitar e vejo que o hospital-dia ou o CAPS, na verdade, é um hospício. Tem a sala do dentista, para atender somente os usuários daquele local; quem dá aula são os pacientes que estão melhores, então, são as laborterapias que tinham nos hospitais. É exatamente a mesma estrutura que tinha nos hospitais, é exatamente a mesma estrutura, não muda absolutamente nada, e isso, com um discurso "Estamos avançando". É o momento de perguntar como é que estão os NAPS, como é que estão os CAPS? Como é que estão essas coisas, como é que eles estão funcionando? Onde se formam os profissionais? As universidades estão somente reproduzindo o que já foi visto, não existe trabalho de investigação, não existe projetos de pesquisa e são em cima das coisas que já estão aí.

Hoje eu só dou aula em faculdade para terceira idade porque o pessoal da terceira idade é mais light. É um pessoal que ainda tá querendo propor coisas com 70, 80 anos. Então, são essas coisas que eu gostaria de trazer para as oficinas: como formar esses secretários ou esses chefes?

O meu departamento na Cultura, de pesquisa e formação cultural, não tem um tostão, eu só recebo projeto e vou arquivando. O do lado, é o departamento de eventos ... todos, todos! É da Nossa Senhora de Iemanjá, de São Pedro de não sei o que lá; é a quermesse na praia, é o Chitãozinho e Xororó. É para todos esses tem, à rodo, tá certo! E são caros, os projetos para a formação de absolutamente nada...

Então, eu acho, por exemplo, que hoje nós temos um projeto - o "Café Teatro Rolidai" - que é muito parecido com um bar, mas não é um bar. É um local de concentração, de cerimônia, que abre para a população toda sexta e sábado e, durante a semana, mantém vários cursos para a população, de um modo geral. E ganhamos agora, fizemos uma parceria essa semana. Estou tentando com a prefeitura um lugar na área do mercado, que fica em frente aos cortiços, da prostituição de Santos, onde a gente começou também a desenvolver esse trabalho. Nós temos trabalhos no dique - que são as palafitas; nas favelas, temos os trabalhos nos cortiços, nas escolas de samba da cidade, etc. Então, essa é a idéia do movimento Rolidai: poder estar em todos os lugares, trabalhando a nossa qualidade de vida, a nossa felicidade mental.

Eu trouxe um DVD. São onze filmes pequenininhos e eu selecionei um só para ver um pouco dessa intervenção formada na cidade. Alguém pode perguntar sobre a equipe. A equipe são todos os profissionais de várias áreas e que também nas suas horas vagas, são atores e atrizes. Então, ali vocês vão encontrar psicólogos, professores de filosofia, história, médico, advogados e tal, que vêm se somando nessa discussão da nossa qualidade de vida. Não tem profissional tal, mas sim, tanto a cidade é muito bem vinda ao projeto, quanto para o momento que você está do lado de lá ou do lado de cá. O importante é saber em que momento que dói, mas a loucura é fundamental.

■ Leopoldo Nunes (Cineasta, Agência Nacional de Cinema - Ancine)

Eu fiquei bastante emocionado. Eu me envolvi com a Luta Antimanicomial nos anos 90 e depois me afastei, por contingências da vida, já no início do ano 2000. Eu queria agradecer à Escola Nacional de Saúde Pública; ao Paulo

Amarante; aos organizadores do evento; à Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural do MinC, pelo convite; à Patrícia, velha amiga de muitos tempos; e ao Luizinho também, que encontrei aqui. Luizinho, que era do Juqueri e está em Ribeirão Preto, e Di Renzo que, enfim, foi um trabalho de referência para nós todos aí nos anos 90.

Eu queria falar um pouco da minha breve experiência com o Movimento, sobre a minha participação através do cinema e, agora, talvez, podendo contribuir um pouco com as políticas públicas que estão sendo elaboradas nesse momento e que devem ser formuladas por nós e pelas pessoas que militam e se dedicam a esse Movimento. Alguns se dedicam à vida toda a esse projeto que o Ministério da Saúde e o da Cultura estão procurando formular, de forma mais abrangente, mais ampla, resgatando todo o acúmulo que se tem dessa experiência, para buscar um pouco de efetividade.

Minha experiência começou quando eu estava filmando em São José do Rio Preto, nos anos 80. Eu ficava hospedado num hotel e tinha um painel grande e um muralista que pintava esse painel. Era um mural grande e eu sempre gostei muito de artes plásticas. Era uma pintura que chamava muito a atenção. Consegui me encontrar algumas vezes com aquele pintor no final da tarde e era uma pintura muito bonita, muito impressionante... ele assinava "o Profeta das Cores". E aí, começamos a conviver e ele me contou um pouco a história dele. Havia saído do manicômio judiciário Franco da Rocha, onde tinha sido preso, internado em 1962, tendo saído em 1984. Então, ele ficou 22 anos no manicômio judiciário; mas, na verdade, ele era muito mais um despossuído do que um doente. De qualquer forma, era um menino que passou por diversas instituições e internações desde criança, sucessivas internações. Depois, a mãe tirou-o do internato com sete ou oito anos, mas não se adaptou bem com ele em casa. Ele ganhou a rua e depois, também teve sucessivas passagens por instituições e foi para a Casa de Detenção por mais ou menos 17 anos. Ele ficou detido três anos e no julgamento dele, resolveram colocá-lo num manicômio judiciário. E aí, lá foi ele - como vocês sabem melhor do que eu - eles praticamente copiam o laudo, ano a ano, naquela fábrica de fazer louco e então ele saiu depois de 79.

Teve um outro caso - que eu vou contar em seguida, que é o meu outro filme - que por conta de um escândalo envolvendo um preso político que cumpria pena no manicômio judiciário, o juiz mandou rever todos os processos e foram libertados

quase todos os internos em 79. Ele saiu nessa leva, era um inocente que ficou ali 22 anos dentro do manicômio judiciário e saiu, ganhou a rua e se encontrou através da arte, espontaneamente. Aí, ele se tornou um catador de papelão e catava latas num local. Um pintor letrista; pegava os restos de tinta, começou a parar ali e gostou da pintura. Tinha uns artistas que também trabalhavam ali naquela oficina. Ele, então, pintou o carrinho dele, começou a pintar tábuas, depois começou a pintar muros e depois começou a vender, porque a pintura dele era muito bonita. A partir daí, (mais ou menos nesse período é que eu encontro com ele) eu fiquei praticamente sete anos convivendo com ele, até terminar o filme. Então, tínhamos uma convivência bastante intensa nesse período. Depois, o filme ganhou o prêmio de melhor documentário no Festival de Brasília e foi quando fui convidado pelo pessoal da Luta Antimanicomial. O Nacile Daud Jr., o Pedro Gabriel e gente do Brasil todo. A Patrícia é dessa época, o Fred Maia... e aí, depois, logo fui conhecer a experiência de Santos; a que o Di Renzo acaba de relatar e que foi uma experiência central, de referência para nós todos - a da abertura do Hospital Anchieta, dos NAPS. Depois, também em São Vicente. Em seguida - eu já tinha iniciado um outro trabalho, que era com o Aparecido Galdino Jacinto, que é o segundo filme que eu fiz. Por acaso, eu me deparei... não é que eu não goste do nome "profeta" e nem são nomes inventados, o pintor que eu conheci assinava "Profeta das Cores"; o Aparecido Galdino era conhecido como o "Profeta das Águas". Mas essa é uma outra história que eu vou contar para terminar e arredondar a minha apresentação aqui. Este foi um outro caso, uma outra história. Ele tinha lá uma região de fronteira agrícola, que é minha região, na nascente do rio Paraná, em Santa Fé do Sul, a 700 km do litoral, na fronteira com São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas. Passando a fronteira agrícola, aquela região de camponeses pobres, ali, sem qualquer presença do Estado. Um fenômeno muito parecido com o de Canudos, onde lideranças religiosas assumiram um papel de tribunal daquela população e um catolicismo sincrético (também chamado na sociologia de "catolicismo rural") que incorpora uma série de coisas também, o dom da cura. Ali ele reuniu o grupo dele, criou o exército da força divina. Por acaso, tem um discurso dele da época (que é um discurso muito atual ainda hoje), em que ele dizia que, tanto os homens, quanto os peixes, tinham direito de subir e descer o rio. Então, ele começou a pregar contra a construção da hidrelétrica do país,

na época do governo Médici. Essa hidrelétrica, para se ter uma idéia, na época, ela representaria 45% da energia produzida no Brasil. Hoje, praticamente 30 e poucos anos depois, ela representa menos de 10% do potencial energético do país. Então, era um rio extremamente caudaloso, forte e que foi assassinado ali - chamado Complexo de Urubupungá. Depois, fizeram a Usina de Jupia; depois a Usina no rio Tietê, ali também. Depois fizeram Itaipu, mais embaixo, e acabamos com a vida de uma das vertentes mais belas que a gente tinha aí de rio, do Centro Oeste para o sul.

Então, com esse grupo, ele começou a pregar contra a reconstrução da hidrelétrica. Também pregava a favor da posse da terra para quem trabalha na terra, essa coisa toda, e acabou sendo brutalmente reprimido. Tem um delegado famoso, um assassino chamado Sérgio Paranhos Fleury, que foi pessoalmente buscá-lo lá. Inclusive, lá no interior, todos eles foram brutalmente torturados. Ele então foi levado para São Paulo e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Percorreu todos os presídios políticos da época; foi julgado nos tribunais militares e na justiça comum e ficou dois anos preso. Cumpriu pena, inclusive com os presos políticos, e depois de dois anos, não sabiam o que fazer com ele. Ele não pertencia e nenhum grupo armado, nenhum grupo político; não representava, de fato, nenhum perigo para a Lei de Segurança Nacional e aí, jogaram ele num manicômio judiciário. Só que ele era, de fato, um preso político enquadrado em Lei de Segurança Nacional e foi cumprir pena num manicômio judiciário. E aí, depois, ele virou símbolo de um grande movimento pela libertação dele, principalmente, de jornalistas, na época, muito engajados. Muita gente se engajou na luta, inclusive, no teatro, tinha o Varlei. A Marly, que na época fez um espetáculo chamado "O Profeta das Águas" e encenava também teatro de rua, nesse período. E aí, por conta do episódio do Galdino (que ganhou uma dimensão política muito grande), Dom Paulo Evaristo Arns, a Comissão de Justiça e Paz, todo mundo se engajou e ele foi libertado 15 dias antes da Anistia. Então, por força desse caso é que foram revistos os outros casos no manicômio e foram libertadas aí quase 1.000 pessoas.

Nesse período, quando eu estava já militando na Luta Antimanicomial, comecei a trabalhar com Nelson Hoineff, aqui no Documento Especial. Fiz também um documentário chamado "Os muros da loucura", quando foi assassinado o João Acácio, o Bandido da Luz Vermelha. Ele saiu da prisão e

foi para o litoral de Santa Catarina, onde foi assassinado. Por conta do caso do João Acácio, fiz também esse documentário que circulou bastante na época do Movimento e teve uma audiência boa na televisão, em que eu pegava vários casos, basicamente aqui no Rio de Janeiro e em São Paulo. Então, essa foi minha contribuição, com o meu trabalho, nesse período.

"O Profeta das Águas", eu comecei antes, em 86. Eu já o acompanhava porque ele era da minha cidade, onde comecei a fazer cinema um pouco antes disso. Então, comecei a registrar essa história, documentá-la, localizar as pessoas e consegui terminar esse trabalho em 2005. Aí, fui para o Ministério da Cultura, com o Ministro Gilberto Gil, em 2003; com o Ricardo Lima aqui também, na primeira hora de 2003. E aí, eu não podia - por incompatibilidade de interesses - concluir, lançar a minha obra já sendo um gestor público. Foi muito oportuno também porque eu registrei o meu filme no Creative Commons. Portanto, ele é um filme de licença livre e tenho feito apresentações a partir de convites, inclusive, de festivais. Ganhei alguns prêmios em festival, mas sem fazer qualquer produção do filme e, principalmente, para ele poder servir aí um pouco para reflexão sobre essa questão, sobre essa luta.

Bom, eu me sinto muito orgulhoso de ter podido contribuir um pouco, participar de alguma forma estar participando e sei o quanto é duro para todo mundo que milita nesta questão. Tive com o Pedro Gabriel em Brasília e sei que é uma luta sem fim. Compreendo perfeitamente o que representa a dimensão cultural nesse novo projeto de abrir os hospitais, de poder reconhecer as pessoas, as diferenças. Também com o Ministério da Cultura, a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, coordenada pelo Mamberti, pelo Ricardo Lima, por outras pessoas e áreas do Ministério e do próprio Ministro, a gente poder reconhecer na diversidade como nosso maior valor cultural. Eu tenho muita esperança agora, nesse início dessa nova fase do governo, com o "PAC" da Cultura e com essa interface com a Saúde. E toda a contribuição que o Fred Maia deve também, que é um velho guerreiro, militante dessa causa. Eu espero estar à disposição, na medida hoje das minhas pernas, para contribuir no que for necessário.

Eu queria parabenizar a todos, eu fiquei muito emocionado e é isso. Obrigado e é uma honra estar nesta luta hoje com vocês. Obrigado.

■ Noale Toja (Produtora de Vídeo, TV Pinel - RJ)

Eu gostaria de agradecer pelo convite para participar nesse momento, que a gente pensa ser importante para discussão da saúde mental e de uma nova proposta para a questão da loucura. A TV Pinel tem 11 anos de existência. Nós iniciamos o nosso projeto a convite do Instituto Philippe Pinel, que na época era do Ministério da Saúde e agora foi municipalizado. Quando começamos o projeto, nós éramos de uma ONG, o CECIP e para nós, o primeiro desafio - como éramos da área de educação e comunicação popular - era que nenhum de nós tinha nenhum conhecimento na área da saúde mental. Só conhecíamos da loucura aquilo que a sociedade já produz há tantos e tantos anos; então, para nós, o primeiro desafio foi encarar a loucura, despidos de todos os preconceitos que já carregávamos de tantos anos.

A TV Pinel nos possibilitou, de cara, poder trabalhar ou poder exercitar essa possibilidade de lidar com a diversidade; tanto a diversidade do outro - no caso o usuário do serviço de saúde mental - quanto a nossa própria diversidade. Quando a gente pensa no diferente, diferente, é de quem e para quem? A loucura é diferente! Nós - ditos normais - podemos ser diferentes também para o outro. Essa possibilidade, esse encontro que a TV Pinel propicia faz com que a gente perceba quem somos nós mesmos nessa relação, que é o mais difícil nisso tudo. A gente ter que nos rever enquanto seres humanos, perceber as nossas fragilidades, percebermos as nossas impotências, as nossas limitações para poder ver o outro com todas as suas potencialidades e não potencialidades. Poder conjugar isso dentro de uma outra produção, a produção do respeito, da valorização, de encarar a loucura como algo possível dentro da sociedade. A partir do momento em que começamos a construir o projeto TV Pinel, junto com os usuários do serviço de saúde mental, com os profissionais do serviço, no caso, do Pinel e em seguida articulando com outros serviços próximos a instituição, a gente percebeu que tinha ali um instrumento que podia dar um caminho de expressão para a loucura dentro da sociedade.

Já que a TV Pinel é um veículo de comunicação, é uma TV, não deixa de ser; a gente está produzindo vídeo, a gente está produzindo imagem e este é um instrumento que está além da instituição Pinel, já que ela tomou uma repercussão

nacional e internacional de mostrar que a loucura pode ser vista de outros lugares, de outras formas - não só nossa, que estamos de fora da instituição, como da pessoa que passa pelo sofrimento psiquiátrico.

Um outro viés importante da TV Pínel é a possibilidade de estar agregando ou articulando as diferentes linguagens. A TV Pínel, na sua produção, no seu programa, está trabalhando com a literatura, está trabalhando com a arte cênica, com a música, e está possibilitando que outros projetos, dentro da área da saúde mental, outros projetos artísticos, culturais, também possam ter visibilidade naqueles espaços, também possam ter registros naquele lugar. A TV Pínel inaugura um momento em que ela documenta essas outras oportunidades ou outras alternativas de tratamento, dentro de uma instituição psiquiátrica. E, pensando principalmente não como uma atividade terapêutica, ela extrapola esse olhar terapêutico para ser um espaço de produção de subjetividade; para ser um espaço de produção de conhecimento e de diálogo com a própria sociedade.

No momento em que a gente faz o nosso encontro dentro da instituição, reunindo diversos atores para trabalhar os programas e, depois disso, mostrar esse programa em exibição em praça pública; mesmo nas entrevistas em praça pública, a gente cria um elo de comunicação com a sociedade, mostrando que aquela pessoa que está ali, é uma pessoa que passa por um sofrimento psíquico, mas que está, naquele momento, atuando como uma pessoa, sujeito das suas próprias atitudes e não mais uma pessoa passiva, que tem que ficar enclausurada, que não é dona de seus direitos e dos seus deveres.

Só uma passagem bem rápida para ilustrar um pouco essa minha fala. Nós tivemos um "Povo-fala", na Cinelândia, em que a gente fez uma apresentação teatral para poder criar uma mobilização nas pessoas que estavam na praça. Este teatro era um teatro invisível; ninguém dizia que aquilo era um teatro, mas era uma pessoa. Nós tínhamos um usuário com uma camisa-de-força transitando pela praça e as pessoas ficavam meio sem entender o que aquela pessoa estava fazendo ali. Aí, ao indagar as pessoas, elas diziam: "Ah, ele está fazendo um manifesto, está falando contra o governo. Ah! ele está assim porque... coitado, está com aquele sofrimento, infeliz". E, em seguida, aparece uma enfermeira e começa a medicar o paciente e as pessoas ficam

assim sem entender nada porque a enfermeira dá injeção, abre a boca e enfia um monte de medicamento. As pessoas ficam assim: "O que está acontecendo?". E a gente faz um debate sobre a forma de tratamento do paciente. E algumas pessoas dizem: "Não, é isso mesmo. A pessoa tem que ser tratada dessa forma" e outras pessoas já acham que não; que "a gente tem que lembrar a forma de lidar com os outros" e que "o outro é um ser humano" e que "qualquer pessoa está sujeita a passar uma situação como aquela". E uma das pessoas pergunta assim: "Ele é um ator ou um paciente?". A gente disse assim: "Você quer perguntar para ele? Vai lá e pergunta para ele!". "Você é um ator ou um paciente?". "Eu sou um ator e sou um paciente". E o menino diz: "Ah! Brincadeira, né?"

Então essa pergunta marca até a dificuldades do outro entender que as pessoas, na sua diversidade, podem passar por vários caminhos, por vários tempos e espaços. Elas estão ali imprimindo uma produção que está se construindo o tempo inteiro, nesse diálogo e nessa relação com o outro. E, naquele momento, ela era paciente e era ator e sujeito daquela ação. Poder ali deflagrar, ou poder dizer, ou poder, ali, trocar com as pessoas, as formas que para ela são necessárias estar sendo discutidas na sociedade, que é a questão do tratamento psiquiátrico.

A gente vê que a TV Pinel é um importante instrumento nesse sentido; um instrumento de diálogo, de encontro, de expressão, de mostrar outros olhares. A gente tinha um lema que era "a nova imagem da loucura" e hoje a gente já não acha que é mais isso, é mostrar outros olhares sobre a loucura. Não é o meu olhar, não é o do paciente, não é o do médico, mas são olhares, de todos nós e como a gente pode dialogar com esses olhares, mas, sobretudo, pensar que o projeto TV Pinel deve extrapolar a instituição Pinel.

Hoje, a gente está até iniciando um projeto que vai se estender aos CAPS, a alguns CAPS da cidade do Rio de Janeiro. Mas a gente acha que a TV Pinel, enquanto um projeto de intervenção cultural, assim como outros projetos que têm no Rio de Janeiro e no Brasil todo - não só ligados à televisão, como ao teatro, à música, às artes plásticas - esses projetos devem ser encarados como projetos que devem ser incluídos em políticas públicas, que vão encaminhar uma mudança no tratamento e que vão efetivar a questão da Reforma Psiquiátrica. Eu acho que é isto.

■ Francisco Sayão (Psiquiatra, Grupo Harmonia Enlouquece - RJ)

Boa tarde! Eu escrevi uma carta como se estivesse falando com vocês e vou ler a carta porque não decorei a carta toda. Ela começa assim:

Eu fiquei feliz e um pouco apreensivo com a importância e a responsabilidade do convite assinado por Antônio Ivo e Sérgio Mamberti, e, contente com o chamado de Paulo Amarante, que tem sido um parceiro do Harmonia Enlouquece. E referindo-se a Paulo Amarante: "Aliás, eu estou esperando uma 'canja' sua qualquer dia no Harmonia. O Paulo toca vários instrumentos, podia deixar de ser tão 'duro' e estar com a gente." (risos). Gostaria de dizer que, falar nesse espaço aqui da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca é um incentivo para buscar mais e novas idéias e informações, já que aqui é um prédio em que a atividade intelectual se faz de forma constante, há alguns anos. E, bom... lendo essa carta convite, eu vi que eu ia falar sobre as minhas experiências em atividades artísticas que vêm contribuindo para a diversidade cultural do país e apresentar propostas para a elaboração de uma política pública na área de Saúde Mental. Eu vou tentar me apresentar. Eu sou médico, me formei em 1980 e, logo cedo, assim no final do quinto, sexto ano, eu já tive o meu primeiro contato com a psiquiatria. Trabalhei como auxiliar psiquiátrico; ia na casa das pessoas em crise tentando evitar a sua internação. Também trabalhei no serviço... chamavam "serviço de remoção", mas, na verdade, nós íamos na casa das pessoas tentar evitar a crise, ou orientando ou internando e, paralelo a isso, fazia um estágio na emergência do hospital Pinel no sexto ano.

Me formei e fiquei 26 anos trabalhando na emergência do Hospital Pinel. Trabalhei também em três grandes manicômios e sempre fiquei incomodado com a falta ou com a pouca atividade oferecida às pessoas internadas há 15 anos atrás - isso em 92, 93.

Com o surgimento dos serviços ou setores que se propõem oferecer atenção psicossocial, eu encontrei um terreno fértil para atuar graças ao convite de colegas que também estavam incomodados com essa situação. Quem me convidou foi a Elaine Savi, que está sentada ali do lado da Lizete Vaz - é um prazer estar vendo vocês aqui. E, desde que eu comecei até hoje, eu fiz muitas parcerias, amizades, principalmente

relações de confiança. Vi muitas crises e pude viver e compreendê-las.

Embora eu conseguisse perceber e anotar os sinais psicopatológicos e classificar aqueles estados que eu estava observando, o que estava na verdade diante de mim era uma pessoa enfrentando uma situação de intenso conflito e sofrimento psíquico e que, graças a uma vontade mútua, sempre havia uma possibilidade de estabelecer um contato pessoal - o que podia ser frustrante ou frutífero - exatamente igual a qualquer contato humano nas suas diferentes situações sociais.

Um dos fantasmas que rondam a doença mental é o fantasma da incapacidade que foi disseminado e banalizado e atribuído de forma errada no momento de estados psicóticos vivenciados por nós, homens. Muitas vezes, ao sabermos que a pessoa é esquizofrênica ou deprimida, isso passa a ser a identidade daquela pessoa. E essa identidade é imposta pelas instituições incorporada pelos profissionais de saúde, pela família, pela sociedade em geral e, durante anos, essa prática assim se deu. Eu acho que a gente não deve aceitar a denominação de incapacidade ou da pessoa ser reconhecida pelo seu diagnóstico. Eu acredito que cabe a nós profissionais de saúde mental a responsabilidade e o desafio de romper com esses preconceitos. E, devido a nossa anatomia ser igual, não existe ninguém diferente aqui; todo mundo é igual, todo mundo é igual enquanto anatomia. As nossas necessidades vitais também são as mesmas; então, vendo dessa maneira, a saúde mental é um pedaço bem menor do que ela representa, na prática.

Uma das coisas que nos diferencia é o grande esforço de superação que algumas pessoas devem imprimir para viver com autonomia e autoconhecimento, e essa é uma razão para que a criação de um ambiente favorável seja de fundamental importância. Eu tive a sorte da arte estar no meu caminho profissional. A sua manifestação foi há 15 anos atrás, num grande hospício onde estava internado, há anos, um talentoso ex-paciente da Dra. Nise da Silveira, que eu tive a oportunidade de trabalhar por um ano e meio junto com o Dr. Osmar Trevisan, discípulo de Dra. Nise, na assistência desse paciente. E eu, assistindo às atividades de desenho e conversa, vi que as mesmas estavam organizando o paciente e ele então, estava configurando também uma identidade auto aceitável por ele, que devolveu sentido e equilíbrio suficiente para sustentar a sua alta e saída daquele local. Foi assim que a gente conseguiu tirar ele de lá. Pouco tempo depois a Dra. Elaine me fez o convite.

Eu conheci dois outros pacientes que eram excelentes artistas plásticos e fiquei já amigo dos dois. Chegamos a organizar 14 exposições em conjunto. A mais importante foi no Museu de Belas Artes, registrada pela TV Pínel. Aqui tá cheio de colega: Renato Di Renzo também, a gente teve junto em Santos, no Festival Funarte, que eu vou mencionar mais na frente.

Bom, um desses dois artistas conseguiu dar um passo de maior coragem e de saúde ao se desligar da instituição que sempre ameaçou sua liberdade, pois ele sempre se sentia vigiado. A crença dele era de que a instituição o vigiava e conseguiu ganhar autonomia de um cidadão pleno. Ele continua se tratando hoje, porém, ele fez por opção, ele sabe quem é, e construiu uma identidade mais completa e verdadeira através do seu talento e da sua criatividade.

No mesmo período, a arte culinária, chamada de arte, acontecia numa das cozinhas do hospital, seguindo a idéia de buscar coisas comuns. Todo mundo come, então vamos para cozinha. A cozinha é um lugar que é fácil de aglutinar e aconchegar. As pessoas, quem já não ficou tomando um cafezinho, jogando conversa fora.

O resultado é que, além das vantagens gerais, eu aprendi a fazer coisas boas ensinadas pelos clientes que são os "pseudo-incapacitados". E isso se deu dentro do hospital onde a doença é estudada e falada 24h por dia. Você vê que a pessoa sai daquela posição de passividade e porque é doente mental, está dentro de uma instituição, é muito passivo, e passa a ser ativo na sua receita, nas coisas simples que ele estava ali a oferecer.

O grupo Harmonia Enlouquece, ao qual eu pertencço, foi formado em 2001 e tem sido revolucionário na vida de todos os participantes e também no conceito de incapacidade revelado pela doença mental. Mesmo nós sabendo que muitas doenças não causam prejuízo à memória ou à inteligência, nós subjugamos seus portadores. Mesmo nas patologias que comprometem esses itens, memória e inteligência, está presente a criatividade, que passa ser o elemento de superação do indivíduo. E quando eu falo que o grupo Harmonia Enlouquece é revolucionário no conceito de doença mental é porque a nossa estrela guia não é um profissional de saúde e sim um portador de transtorno, que conseguiu ter exorcizado a sua condição de passividade e incapacidade que a doença lhe impunha, por se acreditar capaz devido à união e a soma de todo mundo.

E assim, todos estão recebendo de presente essa oportunidade de participar de algo maravilhoso e desprovido de escala hierárquica e trata-se de um somatório de intenções que vão muito além do grupo em si. A nossa estréia foi dia 07 de abril de 2001, no Dia Mundial da Saúde, naquele ano estávamos homenageando a saúde mental e a nossa primeira apresentação em público foi no evento chamado "Cuidar sim, excluir não". De, lá para cá, mantivemos unidos devido aos convites, ticando em serviços de saúde mental, conferências, nos programas de saúde, em empresas, como: Furnas, Petrobrás, Embrapa, além de faculdades, tocar na rua, aonde convidam a gente vai.

Em 2005, nós fomos convidados pela Funarte, (e daí eu conheci o Renato Di Renzo), para participar do projeto "Arte sem barreiras". Nós tivemos a oportunidade de conhecer trabalhos de vários outros grupos que se propunham a mostrar a possibilidade de superação dos mais diversos problemas ou deficiências; não apenas doença mental, mas várias dificuldades, que ali, estavam sendo encaradas de frente. Na ocasião, o Harmonia Enlouquece recebeu um prêmio-incentivo que nos possibilitou gravar nosso 2º disco, que foi esse aqui, que hoje, o ministro recebeu. Foi fruto dessa conquista, nós produzimos o disco com o nosso trabalho, muito bom isso...

Esse tipo de projeto, como foi o da Funarte; acho que pode ser... (já que tenho que dar uma idéia aqui) acho que pode ser uma opção de programação periódica, que busque incentivar a formação de novos trabalhos e a sua continuidade. Em 2005, o ano em que a Dra. Nise faria 100 anos, uma dupla produtora - a Lana Braga e Regina Ribeiro - imaginou um evento no qual a Casa das Palmeiras, instituição idealizada e fundada em 1956 pela Dra. Nise, fosse contemplada com a renda de shows no decorrer do ano. Seis shows iam ser feitos e assim, estava sendo lançado o Projeto "Loucos por Música", que se mantém até hoje e se expandiu, acontecendo agora um, em 2007, também na Cidade de Salvador.

Nós, o grupo Harmonia Enlouquece, abrimos todos os eventos de 2005, todos de 2006 e os dois primeiros de 2007, aqui no Rio e em Salvador. E o projeto agora está lançando dois novos grupos semelhantes a nós. Hoje vai ter o "Trem TAMTAM", tocando no Viva Rio, às oito e meia no projeto "Loucos por música", e também João Bosco, Chico César, muitos artistas que têm sido benevolentes com essa idéia.

Bom, os shows já tiveram sua renda beneficiando primeiro, a Casa das Palmeiras. Em 2006, o Teatro do Oprimido foi contemplado com esta renda. Esse ano, a editora da minha amiga Ariadne, a "Encantarte" está sendo beneficiada lá no Nise da Silveira. A associação Sosintra, uma associação de familiares e pacientes, também está tendo um benefício com esse evento e o Hospital Irmã Dulce, em Salvador, está recebendo a renda do projeto quando ele é executado lá.

O crescimento dessa iniciativa demonstra a aceitação e a compreensão de que este é um caminho que pode ser seguido, sem medo de seus efeitos colaterais - isso é brincadeira de médico. Tudo isso só é possível com trabalho, com continuidade e credibilidade e acho que um advém do outro, pois eu não conheço outra maneira de se ter credibilidade a não ser trabalhar e continuar trabalhando, com a vontade de acertar sempre.

Parece que eu terminei, mas não terminei não. Eu juntei o pessoal do grupo, quando eu disse que tinha que trazer propostas para cá e juntei lá, Hamilton, João, Luiz, Mário, a galera toda e disse assim: "Gente, eu vou ter que ir lá. É uma oportunidade de passar o chapéu e dizer do que a gente precisa". E lá, surgiram algumas outras idéias. Além dessas do festival e do que eu falei aqui, eles imaginaram o seguinte: que esses espaços que já existem para Cultura, que alguns fossem disponibilizados em determinados dias, para que a gente pudesse estar recebendo grupos diferentes; enfim, uma vez por mês, não sei como viabilizar isso... Que os espaços que já existem sejam freqüentados por esses grupos que têm a necessidade de convivência. Esta foi uma idéia que foi tirada em grupo.

Queriam também um computador com internet separado da direção, não querem nada com a direção. Querem uma internet para eles mesmos e um computador que fosse capaz de gravar, para a gente poder melhorar o nosso trabalho, gravar, escutar. E para não ficar pedindo muita coisa, pediram também para manter a manutenção dos instrumentos. E uma idéia seria a gente circular com o nosso trabalho por outros serviços. Olhando o Vandrê aqui também, eu estou começando a pensar em como é que a gente faz isso. Ele também tem um grupo, o grupo que eu acho que é o mais antigo aqui do Rio, os "Cancioneiros do IPUB". Eu acho que é isso, a gente tem que sair mostrando o que a gente faz, sonhando com o que a gente faz. Mais uma vez, muito obrigado pelo convite.

Atividade Cultural: Zé do Poço e Sarieiro (Zé de Matosinhos) - MG

José Jacinto Neto, conhecido como "Zé do Poço" é artista performático popular, radialista, cantor e compositor de Ribeirão das Neves (MG). Com vários CDs e DVDs gravados, suas canções tratam de experiências, vivências e cultura, abordando frequentemente o tema da psiquiatria e suas instituições. Fez uma intervenção no filme *O Quadrado de Joana*, de Tiago Mata Machado (Brasil, 2007) exibido na Mostra de Tiradentes, em Minas Gerais.

Acompanhado do Sarieiro, Zé de Matosinhos, violonista, um de seus diversos parceiros de dupla caipira, apresentou a música de sua autoria *Tem alguma coisa querendo sair de dentro de mim*.

2.4. PAINEL TEMÁTICO (COORDENAÇÃO ADAIR ROCHA)

“PATRIMÔNIO, DIFUSÃO E FOMENTO”

■ Adair Rocha (Representante do MinC no RJ)

Bom dia a todas e a todos. Vamos iniciar este painel. Queria, antes de tudo, me desculpar pelo atraso em chegar aqui. E vamos começar imediatamente então: eu queria chamar o Pedro Gabriel para esta mesa, agora que todos estamos acompanhando, de 'Patrimônio, Difusão e Fomento'. Eu sou Adair Rocha, do Ministério da Cultura. Sou também professor da PUC e da UERJ e, há alguns anos, tenho percorrido um pouco este nosso caminho. O Walter, que está ali, e o Ricardo Lima, que vai fazer parte da mesa no lugar do Sérgio Mamberti, a Patrícia e Fred, que são do Ministério da Cultura e que vocês já devem ter conhecido também e o Pedro Gabriel Delgado, que não precisa de apresentações.

■ Pedro Gabriel Delgado (Coordenador de Saúde Mental /MS)

Bom dia a todos e todas. Queria primeiro agradecer aqui o convite do Paulo Amarante e dos organizadores dessa Oficina; o pessoal do Ministério da Cultura; o pessoal aqui da Fiocruz. Gostaria de cumprimentar o Adair e todos os colegas que estão aqui do MinC; e dizer também a satisfação de estar aqui com vocês. É uma satisfação também reencontrar pessoas que, felizmente, eu não vejo tão pouco assim, porque que a gente acaba se encontrando. Recentemente, vários colegas aqui estiveram no encontro da Abrasco, e a gente sempre tem a oportunidade de se encontrar por aí, caracterizando mesmo que há uma circulação importante neste campo da Saúde Mental. Estou vendo ali o Junior, com quem eu estive na inauguração da 2ª Mostra Memória da

Loucura na semana passada. Então, primeiro é falar isso - da satisfação. Em segundo lugar, eu queria fazer um elogio à abordagem que esta Oficina vem dando na perspectiva, que me parece uma perspectiva dupla, da questão da cultura como diversidade - que é a perspectiva da linha de trabalho do Ministério da Cultura e que eu já soube que foi muito boa a presença do Ministro Gil aqui, na abertura da Oficina.

A outra característica é de ser uma oficina para formular linhas de uma política pública. Então, ela funciona um pouco como os antigos grupos operativos com os quais nós trabalhávamos nos anos 70, pois ela tem o objetivo de produzir, de fato, propostas, encaminhamentos e soluções para algumas idéias que são formuladas e que não conseguem se materializar em atividades concretas.

O que eu pensei em falar para vocês primeiro foi sobre o modo como eu penso essa questão da Cultura, do ponto de vista da política pública no campo da Saúde Mental. Por isso, essa menção à "diversidade", como um conceito absolutamente crucial para se pensar a questão da cultura. Eu acho que, durante muito tempo, se discutiu a cultura emparedada entre duas formulações: uma formulação antropológica, ampla demais, onde cultura era absolutamente tudo aquilo que se produzisse para transformar a natureza, tudo aquilo que representasse as manifestações produzidas pelo homem em qualquer circunstância. E, nesse sentido, era um conceito um pouco vago demais, com uma amplidão em que cultura era tudo, todas as manifestações eram culturais - e, de fato, são.

A segunda baliza, era a baliza da cultura a partir de um paradigma estético. A cultura como aquilo que é produção de bens simbólicos estéticos e que significava uma restrição também, porque, de certa maneira, você tinha um lado extremamente amplo do conceito de cultura, e de outro, uma visão da cultura como produção de bens simbólicos para fruição estética; cultura como arte, cultura como produção de um trabalho estético.

Acho que, para o caso da política pública, nós temos que pensar que devemos incorporar à cultura, o dinamismo de um processo permanente de criação da vida, de criação da vida cotidiana, e nesse sentido, não exclusivamente, produção de bens simbólicos definidos como artísticos ou estéticos. Do ponto de vista da Saúde Mental, nós temos pensado que existem três componentes fundamentais, que são nutrientes muito importantes para que a reforma da atenção em saúde

mental consiga construir um dinamismo que a sustente para o futuro.

Acho que nós estamos conseguindo mudar a forma de fazer o cuidado em saúde mental no Brasil. Acho que (é claro que sempre se pode ver de uma forma positiva, uma forma otimista ou de uma forma pessimista), mas eu acho que, objetivamente, existem evidências de que o cuidado em saúde mental no Brasil se modificou; de que a concepção sobre a questão da loucura está em processo muito acelerado de modificação no imaginário; que existem ações, que são ações de combate ao estigma contra o louco e que estão presentes em diversas atividades - seja na cultura, seja no processo de atendimento no campo da Saúde Mental. Também acho que nós já podemos dizer (e acho que isso é útil para a análise do processo de mudança da assistência em saúde mental no Brasil) que uma etapa importante foi cumprida.

Eu estive aqui há pouco tempo atrás para os 25 anos do Curso de Especialização, que é um curso aqui da Fiocruz, do Ministério da Saúde na Fiocruz, e que é um trabalho extraordinário do Paulo Amarante. É um trabalho de resistência também, de manter anualmente um curso. Vejo aqui ex-alunos do Curso que se tornaram gestores públicos, se tornaram coordenadores de serviços etc. Mas eu estou fazendo referência a este Curso porque esses 25 anos que ele faz, de alguma maneira, existe uma história contada por este Curso de Especialização em Saúde Mental. Foram 20 anos em que se produziu uma mudança no cenário da assistência em Saúde Mental no Brasil. Acho que essa mudança é imperfeita? É. É insatisfatória? Certamente. Mas ontem, - só para sustentar o meu argumento de que o cenário é um outro cenário e, nesse outro cenário, a questão das ações do campo da Cultura vão desempenhar um papel crucial - ontem, tivemos uma reunião normal do Conselho Nacional de Saúde com uma Comissão de Saúde Mental. Estiveram lá, tanto os representantes dos hospitais psiquiátricos - os representantes do campo conservador - vamos dizer assim. Conservador no sentido de que querem conservar um modelo anterior - como estiveram também representantes do movimento social, usuários e familiares. Houve um embate tenso (como sempre ocorre nessas horas), mas, esse embate já é de uma qualidade diferente. Na verdade, ele se baliza agora por uma mudança que se produziu no plano da política, no plano da assistência e no plano da cultura, que faz com

que esses dois grupos mais extremos – para pegar os dois extremos desse arco, desse espectro aí e que são os proprietários de hospitais psiquiátricos e os usuários que lutam por uma sociedade sem manicômios – já debatam de uma outra forma. Quando eu digo de uma outra forma, não é com menos ênfase ou calor e paixão, absolutamente. Isso está mantido, felizmente. Mas a partir de dados diversos, a partir de um cenário diverso.

Por exemplo, a defesa do hospital psiquiátrico é uma defesa que se faz de outra forma. É uma defesa que aponta no sentido de desacelerar um pouco essa obstrução; no sentido de construir um mecanismo de transição que seja, talvez, mais seguro. Mas não é mais, absolutamente, não é mais uma defesa do antigo, não é mais uma defesa daquela psiquiatria centrada em estabelecimentos fechados, especializados, estritamente médicos e biológicos e tal. Esse cenário também se reflete no campo da Política, pelo fato de que, passados esses 25 anos, (e não precisamos nem chegar a 25 anos), houve uma mudança radical nos últimos 10 anos naquilo que a política pública destina ao financiamento do campo da Saúde Mental. Esse, eu acho que, digamos, é um indicador bruto, um indicador de estrutura que é muito importante de mencionar. Há apenas 10 anos atrás, o Brasil tinha quase 100 mil leitos psiquiátricos. Há apenas 10 anos atrás, 93% dos recursos do SUS, criado em 1990, que destinavam-se à Saúde Mental, pagavam a AIH's, pagavam a internação psiquiátrica e 7% pagavam o resto. Nós conseguimos, em dezembro de 2006, pela primeira vez, inverter essa curva de tal maneira, que 48% ficaram com os hospitais; 52% com o extra-hospitalar, num quadro de aumento regular dos recursos e não de diminuição – como o FBH costuma dizer, que houve diminuição. Não, não houve diminuição, houve aumento. Só que saiu do hospital e foi pro extra-hospitalar. Então, no sentido do campo do financiamento, nós não podemos dizer mais que nós estamos diante de uma realidade hospitalocêntrica. Por outro lado, o acesso ao tratamento em Saúde Mental não está garantido. Nós temos uma grande lacuna no atendimento em Saúde Mental, mas há uma crescente incorporação de pessoas aos dispositivos de atendimento, de tal maneira que nós podemos... há a estimativa de que o Ministério da Saúde tem para a rede que foi criada: de 1.123 CAPS – com os CAPS cadastrados ontem, 1.123 CAPS – 800 e poucos ambulatorios, 575 residências terapêuticas, 2.300 leitos em

hospital geral e - muito pouco para a realidade brasileira - apenas 60 centros de convivência e cultura. Apenas 60, um número baixíssimo, irrisório diante da potencialidade que o centro de convivência tem na composição da rede. Mas, ainda assim, uma rede diversificada desse tipo. Cerca de 380 iniciativas de geração de renda feitas com usuários de serviços de saúde mental, ou seja, com usuários, de uma forma geral, dos CAPS, dos serviços extra-hospitalares. Então, com essa rede diversificada, nós temos aproximadamente 1.200.000 pessoas em processo de acompanhamento no Sistema Público de Saúde, de Saúde Mental. Quantas pessoas no Brasil precisam de acompanhamento regular em saúde mental? Bom, pegando esses dados aí, de epidemiologia etc, pelo menos 6 milhões precisariam de atendimento regular (em que a pessoa estivesse vinculada a um tratamento e que poderia ser intensivo ou não, mas que estivesse vinculado a um tratamento em algum serviço). Além desses 6 milhões, nos últimos 12 meses anteriores (obviamente, é uma aproximação, uma estimativa), 15 milhões de pessoas procuraram o atendimento em Saúde Mental, de uma forma ou de outra, ou para si mesmos ou para alguém da sua família. Então, nós temos ainda uma distância muito grande entre a necessidade do atendimento para esses 5 milhões que têm transtornos graves; mas já atendemos 1 milhão e alguma coisa. E aqueles também que precisam de outras formas de atenção mais eventuais, e que nós, que somos da classe média, que temos acesso ao atendimento também fora da rede pública, que temos os meios de buscar, eventualmente, nós buscamos o cuidado, a atenção, uma consulta; uma psicoterapia, análise etc. Então: o cenário que eu queria compor para vocês - para depois voltar à questão da cultura e diversidade - para o meu argumento, é que esse é um cenário diferente do cenário inicial da luta da sociedade sem manicômios.

A questão dos manicômios - nós temos 39 mil leitos. Esses leitos estão se reduzindo a mais de 2 mil ao ano. Onde não tem rede extra-hospitalar, os leitos diminuem mais lentamente, e é bom que seja assim. Mas, na minha avaliação, (a menos que haja uma reviravolta do ponto de vista da política do Ministério da Saúde - não havendo uma reviravolta e que não está no cenário), a redução dos leitos é um processo, e a mudança do modelo é um processo em construção que enfrenta algumas ameaças importantes. É preciso colocar, dessas ameaças importantes, algumas

características, (Eu estou só falando do cenário, depois já vou voltar ao meu ponto) e que nós temos que levar em conta, como militantes do campo da Reforma Psiquiátrica. Uma delas é: o país, sendo um país com grandes iniquidades e muito desigual, a solução institucional, a solução da instituição total, não se fez apenas com os loucos. A institucionalização se fez, de várias outras formas, de pessoas com baixo poder contratual na sociedade excludente em que vivemos. Assim, nós estamos enfrentando problemas de expansão dos asilos de idosos, de expansão dos estabelecimentos de crianças meio problemáticas (e eu não estou falando ainda das que estão em conflito com a lei), de expansão das instituições de medidas socioeducativas e de expansão também de uma outra forma de institucionalização, que é uma institucionalização pelo avesso, a da população de rua. É uma institucionalização pelo avesso, ser colocado numa instituição que é lugar nenhum, mas sobre a qual incide a mão dura da repressão, porque para essas pessoas... Por exemplo, só no Município de São Paulo, são 10 mil pessoas; a política pública é a mão dura da repressão. É trocar o abandono da rua pelo abandono, por exemplo, de uma instituição de desabrigados, de mendigos, desabrigados; esses abrigos terríveis que tem por aí. Então, esse é um ponto. Nós temos que começar a buscar agora os lugares onde o manicômio se enfiou. Esse é um desafio da Reforma agora. O manicômio formal, ele está em processo de redução. Se a política não virar, esse processo vai se completar. Vai se completar em quanto tempo? Não sei. Não vai se completar de um ano para o outro. Isso não é possível, nem é desejável, porque se for representar também um colapso no atendimento, pode representar também uma ameaça para o próprio processo de substituição do modelo hospitalocêntrico. Mas nós temos que buscar os outros lugares onde as instituições totais se escondem e se tornam também como se fossem danos manicomiais. Isso, por um lado. Por outro lado, outra ameaça importante: a questão da violência associada à questão de consumo de substâncias psicoativas e o modo como a política pública lida com essa questão. Nós conseguimos, no Brasil, há dois anos, aprovar uma mudança na lei de drogas. Foi uma mudança quase imperceptível, de tão modesta, de tão cautelosa, de tão cuidadosa. Mas, enfim, quem trabalha na política pública está acostumado a pensar o seguinte: foi uma pequena mudança, mas aponta uma direção, aponta uma direção de mudança.

Hoje, por exemplo, os manicômios judiciais que não estão crescendo, estão mantendo a sua mesma dimensão. Estão mudando completamente o perfil dos seus habitantes, dos seus reclusos porque o manicômio judicial é um equipamento que pertence ao sistema penal. Não, não são mais os esquizofrênicos que cometeram delitos terríveis. São cada vez menos pessoas com transtornos mentais, de fato, e cada vez mais pessoas por conta de delitos de drogas que acabam mudando também o perfil interno desses estabelecimentos; tornando esses estabelecimentos a coisa mais espinhosa que tem no campo da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Primeiro, eles não são da área da Saúde, eles são da área da Justiça. E as intervenções ali são sempre limitadas por uma relação com os aparatos repressivos, com a instituição repressiva do Estado porque fazem parte do sistema penal.

Bom, então, terminando, só para dizer esse cenário. Quer dizer, o fato de a gente dizer que nós chegamos a um momento que não existe mais - como quando se iniciou o curso de especialização, há 25 anos, na Colônia Juliano Moreira - não estamos mais num cenário manicomial no sentido do manicômio clássico, mas isso não significa que a sociedade não esteja produzindo como resposta à redução dos manicômios, no mundo inteiro, respostas totalitárias para a questão da exclusão, da diferença, da diversidade etc.

Se vocês pensarem, a maravilhosa Europa é um continente onde instituições de abrigo de menores estão em expansão. Os Estados Unidos são o país que tem, de longe, o maior número de pessoas no sistema penal. Então, o fato de nós termos conseguido êxito - e eu considero um êxito significativo na mudança do modelo assistencial psiquiátrico no Brasil - não significa que nós tenhamos vencido o manicômio enquanto metáfora da instituição total como um todo. E, portanto, nós temos que, aí sim, assumir também uma dimensão, que eu acho que é uma dimensão da qual não devemos, não podemos, eticamente, nos furtar - de intervir também nessas situações de crise social produzidas por esse mal-estar da modernidade, como a violência, menores em conflito com a lei, sistema nacional de medidas socioeducativas etc.

O ano passado foi um ano em que o Governo teve que duramente enfrentar o debate da maioridade penal. E enfrentou. Foi uma das coisas que... e o Governo nem sempre tem posições claras das coisas. Bom, nós fizemos parte desse Governo, podemos falar. Até porque o Governo também é

uma coisa que faz parte da política e do público. Mas, no caso do debate da maioria penal, o Governo do Presidente Lula teve uma posição muito clara e muito firme, e que foi contra todo o ponto de vista da sociedade naquele momento. Depois, de fatos muito traumáticos que ocorreram especialmente aqui no Rio de Janeiro, em que aquele menino foi barbaramente trucidado aqui nas ruas do Rio de Janeiro. Isso gerou um movimento social, uma comoção social legítima e um movimento social quase invencível, com a resposta. Sempre que há resposta da institucionalização, é uma resposta... que a gente pode dizer - utilizando como metáfora o manicômio - uma resposta do manicômio, que é: 'Vamos aumentar o tempo de institucionalização, vamos passar a colocar na cadeia crianças de 16 anos'. No debate na Câmara haviam propostas de fazer com que a maioria penal não tivesse um limite. Uma das propostas, que chegou a ser bastante discutida, era de que não tivesse limite nenhum. Ela dependia da gravidade do delito e também de uma... Sempre, sempre, isso. Toda vez a história da Psiquiatria se associa com a história da Justiça. Desde que houvesse também uma avaliação feita por especialistas do campo da Psiquiatria e da Psicologia etc. Então, esse debate está colocado. Quer dizer, é um debate sobre a maneira como a sociedade vai responder a essas profundas crises da iniquidade, as profundas crises da construção de uma civilização, da construção de um espaço de convívio de uma sociedade em que, a convivência, a harmonia e a inclusão social sejam as linhas de força.

Outra coisa que eu queria mencionar antes de voltar à questão da Cultura. Nesse novo cenário - porque eu estou insistindo que nós temos um novo cenário na assistência psiquiátrica no Brasil - os desafios são outros. É claro que é importante seguir dizendo que tem que acabar com os manicômios. É importante seguir dizendo que existem violências ainda em hospitais psiquiátricos. Violências, às vezes, trágicas, com morte. Mas hoje, o nosso desafio é provar que o sistema extra-hospitalar dá conta da complexidade dessa clínica da loucura. Hoje, o desafio, de fato, é provar, para nós mesmos e para a sociedade, para os pacientes e para os familiares, que esse sistema extra-hospitalar dá conta do desafio de tratar em liberdade. E, nesse sentido, o nosso desafio é fazer com que esse sistema funcione bem. É fazer uma discussão profunda e... a militância hoje está na sustentação desses dispositivos. Na sustentação, como? Entrando nos dispositivos,

participando, fazendo com que a cultura também entre nesses dispositivos, como: redes de CAPS, Centros de Convivência, Residências Terapêuticas; para que possa, na verdade, transformar cada vez mais esses serviços em serviços abertos à comunidade, atravessados pelas forças sociais, pela cultura, pela vida cotidiana.

Nós temos um grande desafio em relação a isso, porque se essa rede que implantamos - que é uma rede imensa, na qual trabalham mais de 30 mil profissionais, na qual são atendidos quase 1 milhão de pessoas - como eu disse, se isso fracassar, a resposta institucional é muito forte e já tem aparecido. Nós temos um contexto agora, que é o contexto do chamado "Pacto Pela Saúde". O "Pacto Pela Saúde" é uma discussão muito ampla de modernização do SUS que faz parte, digamos, de uma agenda de modernização do SUS, em que há uma descentralização muito profunda dos recursos financeiros e das decisões técnicas da política. Ontem, o Município de Porto Alegre viveu uma situação de quase rebelião das forças manicomial, que apontavam no sentido de que assim não é possível, faltam leitos, aconteceram fatos graves e não temos leitos e tal. Principalmente, porque o município de Porto Alegre também não tem uma boa rede extra-hospitalar. Onde somos frágeis é onde não existe uma boa rede extra-hospitalar. Você não tem o demonstrativo, e aí tem que dizer: 'Realmente, tem um problema de atendimento, atendimento dos casos graves'. Mas esse exemplo é um pouco para dizer o seguinte: o nosso desafio é demonstrar que o sistema extra-hospitalar é efetivo e que é capaz de dar conta dos casos graves; porque, se não, com a descentralização do SUS, com o pacto de gestão, essas decisões vão se deslocar para o nível municipal.

Por enquanto, eu sou o coordenador de Saúde Mental, eu sou uma espécie de guardião da Lei 10.216. Sinceramente, eu tenho cumprido, com todo o esforço e com algum resultado eficaz o meu desígnio de não deixar abrirem novos manicômios no Brasil e não abriu nenhum, desde a lei, um único leito. Mas, quando tudo isso se descentralizar, essas pressões colocadas no nível local, principalmente com a ajuda de argumentos técnicos, sensatos, racionais... Por exemplo, eu tenho ouvido sempre, agora, quase todo dia eu escuto uma coisa: 'A reforma foi longe demais'. E vocês aqui... Eu sei, porque eu conheço aqui o Paulo Amarante, a crítica do Paulo Amarante... Eu sei que a idéia de vocês é que a Reforma andou muito pouco, não é verdade? Andou muito menos de que devia. Foi longe demais. Isto é, esse argumento de que

os pacientes estão por aí; estão desassistidos etc. Então, esse é o cenário dos próximos tempos, é a nossa agenda: garantir isso no plano local.

A proposta de uma descentralização está colocada, e eu acho que ela é desejável num país federativo. Nós achamos mesmo que deve ser dada toda força ao Município na política pública de Saúde etc.; mas tem um componente aí que fragiliza. Enquanto a gente pode garantir pelo nível federal, não se abrem novos leitos. Quando se passar para a decisão local, pode haver interpretações diferentes da Lei 10.216. Interpretações, toda lei é interpretação. A lei está no plano do simbólico, é sempre interpretação. Então, não quer dizer exatamente que tem que... mas aí aparecem sempre indicadores. Vocês, que são do campo da Saúde Mental... sempre indicadores: 'Não, o Brasil está abaixo da cobertura de leitos que a OMS determina'. Coisa nenhuma! A OMS, há 5 anos não faz mais indicadores de leito psiquiátrico porque ela diz o seguinte: "Você tem que discutir é a cobertura assistencial" e não faz referência a leitos psiquiátricos por mil habitantes. Mas, como ela usava esses indicadores, se lança mão dos indicadores anteriores. Terminando; eu quero falar agora dos três desafios que eu tinha mencionado e que eu acho que, nesse momento de consolidação da Reforma, com todos os riscos, compõem as três agendas cruciais, que são as agendas para fora do Sistema de Saúde. São agendas intersetoriais, são agendas que fazem a ligação com o cotidiano e com a vida social. Uma delas é a dos direitos humanos. Os direitos humanos... e aí, até o Paulo Amarante tem participado de um esforço, que é um esforço incompleto, mas, estamos indo, né? Estamos caminhando aí para construir, de fato, um dispositivo que seja do Estado e da sociedade civil. Que seja um dispositivo que funcione como um poderoso observatório sobre a questão dos direitos humanos. Não só no plano do interior das instituições fechadas, mas principalmente, no plano das instituições abertas, do dia-a-dia, da questão do estigma; que pudesse funcionar como uma usina promotora de direitos das pessoas que têm sofrimento psíquico. Esse é um viés que eu acho que tem diretamente a ver com a cultura: a questão dos direitos humanos.

O segundo é o da geração de renda, porque o capitalismo não gosta muito da inclusão social de pessoas. Não é que não gosta - ele não pode! É quase como se eu estivesse antropomorfizando o Capitalismo. Pobre Capitalismo! Ele não pode incluir essas pessoas. Então, nós temos que, de fato,

fazer um diálogo com o mercado de trabalho, com o mundo do trabalho. Que seja um diálogo de outro tipo, estratégico, e que seja um diálogo quase diabólico no sentido de que "está bom, eu não estou buscando", como os americanos acham que vão conseguir. E até têm experiências que a gente deveria imitar em alguns casos, como a das 'cotas' - no sentido do mercado formal. As cotas, eu acho que devem existir. Eu sou a favor de todas as cotas que estão aí no cenário das políticas públicas. Já que eu mencionei a palavra 'cotas', eu sou a favor de todas as que estão no cenário das políticas públicas porque, num país de iniquidades, você tem que produzir a inclusão, estrategicamente, com decisões que sejam decisões compartilhadas pela sociedade como um todo. Como, por exemplo, construir alternativas de geração de renda dentro da perspectiva da Economia Solidária e aí, nesse momento, o Estado tem que entrar. É para isso que existe o Estado: para produzir equidades. A função do Estado é produzir equidades, não é outra coisa.

Por exemplo, a questão da cultura: nesse Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que está sendo construído; o papel da cultura é crucial na estratégia de mudar o cenário de conflagração que nós vivemos em, pelo menos, 45 municípios brasileiros conflagrados pela violência. A cultura entra como uma ferramenta crucial da política pública, mais importante do que a repressão. A cultura, na linha da diversidade cultural, da produção de energia cultural gerada localmente, e na produção, da construção da solidariedade, que se dá por essa oposição das diferenças e das semelhanças, da diversidade, enfim. É a construção de uma cultura nova, uma cultura do dia-a-dia, uma cultura da relação entre as pessoas. Então, em relação à geração de renda, o Governo vai fazer agora um grande edital - e já tinha feito outros -, que são propostas de investir recursos que não são de grande monta - se você pensar o orçamento da Saúde, o orçamento da Previdência Social, o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social para essas ações de geração de renda. E, aí, o terceiro. Eu falei de direitos humanos, da geração de renda e o terceiro é a cultura. Quer dizer, a cultura se articula com os direitos humanos e se articula também com geração de renda. Não sei se isso que eu vou falar aqui é uma heresia mas, pelo menos, metade das iniciativas de geração de renda que estão catalogadas aí - e esse catálogo é um catálogo aberto e vivo - são iniciativas que a gente poderia chamar

culturais; assim, no sentido de produção de cultura, de produção de bens simbólicos culturais.

Como vocês discutiram aqui, eu vi pelo programa, veio o Harmonia Enlouquece etc. Então, mais da metade, ou, pelo menos metade, são iniciativas desse tipo. Então, eu penso assim: já é uma coisa que estamos discutindo desde o ano passado - seja no MinC, seja na área da Secretaria de Diversidade Cultural, seja na política de Pontos de Cultura. Eu acho que a gente tem que fazer uma conta de chegar num ponto de chegada e fazer uma proposta para produzirmos um instrumento de política pública que garanta, democraticamente, com um chamamento que seja democrático, com um edital ou algo assim, com financiamento de iniciativas culturais nesse campo da área da Saúde Mental. E aí o Ministério da Saúde - eu queria trazer essa mensagem para vocês - não fará isso sem o Ministério da Cultura, mas o Ministério da Saúde poderá contribuir. Isso foi, inclusive, colocado como um pequeno item no orçamento da área de Saúde Mental. Mas nós precisamos fazer isso com o Ministério da Cultura, porque não tem sentido: ele é intersetorial. Do mesmo modo que as iniciativas de geração de renda, quem pilota é a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do professor Paul Singer, entendeu? E aí, quem tem que pilotar essas iniciativas da Saúde Mental e Cultura, tem que ser o Ministério da Cultura, com o Ministério da Saúde apoiando. Mas a linha da política é de quem entende dela, é de quem conhece, é de quem tem essa função, dentro da intersetorialidade, de ser o condutor. Então, é isso. Esse é o cenário que eu queria colocar para vocês. Me coloco à disposição aqui para debater tudo isso. Obrigado.

■ Adair Rocha (Representante do MinC no RJ)

Bom, é claro que os minutos a mais foram fundamentais porque, como estão Saúde e Cultura aqui nessa mesa, e com a contribuição das outras pessoas da Cultura, como eu já tinha dito aqui... o cenário traçado por Pedro Gabriel não teria ninguém, assim, com tanta atribuição para poder fazer isso, dar essa contribuição. Ele trouxe o desafio completo, colocado. E aí, certamente, o Ministério da Cultura só está aqui porque tem essa trajetória, tem essa memória e essa

história que a Saúde Mental já construiu e já conquistou. E aí, é preciso para que as políticas públicas sejam, de fato, de aprofundamento da democracia, elas têm que estar vindo de frente e é isso que está acontecendo aqui agora. É esse desafio que eu vou passar aqui para o Ricardo Lima; apenas comentando que o que está em jogo hoje, do Pacto Social - que certamente vai ser por onde todo mundo vai entrar - de fato, já é o reconhecimento da importância da política pública de Cultura, não só como política corporativa de um Ministério, mas como política de Governo e política de Estado - política pública de Estado. Independentemente de que governo venha, as consolidações vão estar colocadas e algumas coisas já apontadas aqui pelo Pedro. A palavra está com o Ricardo Lima, que é da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do MinC.

■ Ricardo Lima (Subsecretário Adjunto, SID/MinC)

Nós vamos fazer uma apresentação do Ministério, das possibilidades que existem nesses eixos que a Oficina se propõe a trabalhar nas áreas de Difusão, de Patrimônio e de Fomento, e do que eu penso que a fala do Pedro - que eu considerei muito importante -, nos coloca.

Antes de tudo, quero falar a respeito das palavras proferidas pelo Pedro. Há, nelas, elementos fundamentais, muito mais importantes - se é que se pode dizer assim - muito mais sérios do que a gente pensa. Quando o Pedro faz a colocação da Reforma, dos avanços que a Reforma traz e da possibilidade de ter um retrocesso, isso é uma coisa muito impactante. Um retrocesso por vários motivos: pela municipalização - pode ser um motivo de retrocesso - mas, principalmente, por parte da reação da sociedade. Você tem uma conquista, você avança e, de repente, você está à mercê do retrocesso. Tudo por falta de entendimento, por falta de cultura da sociedade, que ainda não assimilou essa política.

É verdade que a sociedade não assimila essa política, e existe um pedaço dela, inclusive, que reage a essa política. É papel do Governo garantir que essa política se mantenha. É papel do Governo como um todo; é papel do Estado - como diz o Pedro - e o Estado somos nós. No caso, aqui na mesa, Ministérios da Saúde e da Cultura. Que papel a Cultura pode

ter dentro desse processo? O Fred Maia fala muito nisso, o Pedro fala na rede que a Saúde tem hoje, nas possibilidades que a gente tem de atuar junto com a Saúde dentro dessa rede. Possibilitar que a relação com a cultura traga um sangue novo, um ar novo para essas redes, e que as mesmas tragam para a Cultura a possibilidade de trabalhar com a diversidade, que, para mim, é o ponto fundamental do Ministério. Essa é a grande diferença desse Ministério para o Ministério passado ou para os Ministérios anteriores: colocar no centro da sua discussão a questão da diversidade, da aceitação das diferenças, da criação de políticas públicas. Eu considero revolucionário a gente estar sentado aqui. E aí é o papel que vocês, principalmente, têm de ajudar o Ministério. Nós temos o background, nós temos a bagagem da Cultura e vocês têm toda a bagagem da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial, que é algo riquíssimo.

O Leopoldo Nunes, que se emocionou ontem, dizia para mim: "São pessoas. É um pedaço lutador da sociedade, que lida com a miséria humana, que luta. Que tem uma imensa potencialidade de intervenção na sociedade. Porque são poucos, não são muitos, os que fizeram um processo revolucionário dentro da Saúde Mental, e que têm uma garra muito grande. Esse é um componente muito importante". Então, essa Oficina é mais para vocês, junto conosco, mas principalmente para vocês colocarem como pode se dar essa relação entre a Saúde Mental, no caso, e a Cultura. E o Governo tem que tratar de fazer isso e juntar os outros elementos: os Direitos Humanos, por exemplo.

A Cultura está tratando direto com os Direitos Humanos em vários segmentos: no indígena, no da saúde, no da sexualidade, no segmento cigano. Há a questão afro-brasileira, que é uma questão de Direitos Humanos também. Então, essas questões que o Pedro coloca têm que estar no centro da nossa atenção e nesse processo de construção de políticas.

Agora eu vou falar um pouco sobre o Ministério. Hoje, o centro da atividade do MinC, o centro da política desenvolvida relaciona-se com a questão da diversidade. E essa é a grande mudança: lidar com a diversidade brasileira, chamar aqueles que se inserem nos segmentos e criar políticas para aqueles que eram excluídos dentro dessa diversidade. Esse, para mim, é o grande centro do Ministério. A outra questão central do MinC é a democratização das suas políticas, do seu processo de construção de políticas. Essa Oficina é um

exemplo disso, pois constrói a relação com a sociedade civil, constrói as políticas junto com a sociedade civil, nos mais variados campos da área da Cultura, e sempre buscando os mais excluídos. A terceira questão é democratizar o orçamento, que também é central. O que a gente chama de democratizar o orçamento? Passar a funcionar por meio de editais. Sendo nossa política, o financiamento público, o fomento público funciona através de editais para as mais variadas áreas. Então, para mim, isso é o centro do Ministério: a diversidade, a relação com a sociedade civil, a democratização - e dentro da democratização - a democratização do orçamento, que são os editais.

O MinC tem uma política de fomento, conta com a Lei Rouanet, que dispõe dos mecanismos do Mecenato e do Fundo Nacional de Cultura. Essa era a única política de fomento do Ministério, à qual começamos a acrescentar novos elementos: discussão com a sociedade civil, levantamento dos excluídos, criação de políticas para todos eles, para setores que antes não faziam parte do Fundo Nacional de Cultura. Fomento e garantia da preservação do patrimônio desses setores e a difusão do que esses setores produzem. Para isso, fizemos uma mudança no Ministério. Hoje existem seis secretarias: A Secretaria de Articulação Institucional, que trata da articulação interna e externa do Ministério, levando-se em conta o relacionamento com outros órgãos; a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, que lida com a diversidade e a identidade, que tem a característica da transversalidade; a Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura, que trata do fomento, da Lei Rouanet, principalmente; a Secretaria de Políticas Culturais; a Secretaria do Audiovisual; e a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, que trabalha com o Cultura Viva e com os Pontos de Cultura, um dos programas centrais no Ministério. Hoje existem 600 Pontos de Cultura, e no Pacto Social, dentro da política do PAC, a idéia é de que, até o final do mandato, tenham 20 mil e aí também entra a parceria direta com o Ministério da Saúde.

Nessa rede que o Ministério da Saúde tem, podemos injetar elementos culturais. Isso já está no Pacto Social, está lá escrito, não é, Fred?. (Quem vai falar depois sobre isso explicará melhor. O Fred depois vai explicar o nosso Pacto Social). Isso é concreto, isso é uma revolução. Mas, além disso, existe a vontade política do Ministério, que já está dentro do orçamento para esse ano e para o ano que vem, a relação com o Ministério da Saúde. Mas, o PAC estabelece a relação em escala, que é

para tentar atingir esse 1 milhão, que a gente atinge, juntos. Temos que ver com os Direitos Humanos como é que vamos fazer isso; qual vai ser o papel dos Direitos Humanos e da Economia Solidária também.

Nós convidamos o pessoal da Economia Solidária, o Cláudio Nascimento, e ele não pôde vir. É uma pena porque ele teria um papel importante aqui. Estamos preocupados com essa questão; ela está no centro das nossas atenções.

Discutimos isso na preparação da Oficina, não é, Paulo? E a questão da Economia Solidária foi colocada como algo importante nessa discussão. Mas essa Oficina aqui vai deflagrar uma série de outros processos. Inclusive, obriga os Ministérios a ter um grupo de trabalho interministerial ou algo parecido. Nós temos fundações vinculadas no Ministério. Temos, por exemplo, a Fundação Nacional de Arte (Funarte), com sede aqui no Rio de Janeiro, que lida com as artes e trabalha também com os excluídos. O Projeto 'Arte Sem Barreiras', da Fundação, é um projeto que está vindo para a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, e a nossa intenção é desenvolvê-lo, a partir de agora, junto com o Ministério da Saúde, junto com a Fiocruz. Essa já é uma proposta concreta. O 'Arte Sem Barreiras' tem orçamento e a idéia é que possamos executá-lo juntos.

Outra proposta concreta veio do Juca Ferreira, secretário executivo do MinC, quando, ontem, eu liguei para ele a fim de falar da Oficina e ele, muito empolgado, dizia: "Vamos fazer imediatamente um edital. Nós temos que fazer imediatamente um edital de fomento. Esse ano ainda, Agora. Já!". O Juca tem sensibilidade para essa área, muita sensibilidade. É um terreno que a gente precisa atuar de forma efetiva.

Existe a Fundação Palmares, que trabalha com a questão afro-brasileira e também coloca, dentro da sua política, necessidades de inclusão, como as relacionadas aos quilombolas, por exemplo. A política da Palmares é totalmente de inclusão. Temos a Casa de Ruy Barbosa, que é uma área de produção mais teórica, mais acadêmica, que tem uma relação com a Academia, e que tem ajudado muito o Ministério no seu processo de elaboração. Há a Biblioteca Nacional, que lida com a questão do livro; a área do livro está dentro da Biblioteca Nacional, que tem uma ligação direta com a Educação. Existe o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que cuida do patrimônio e da preservação. Para nós, para essa Oficina, é fundamental

entender o papel do Iphan, que é uma área cujo patrimônio na área da Saúde Mental está “atirado às traças”. O que existe é muita vontade individual, não há uma política de preservação de patrimônio, do que é produzido por essa área. Dentro dos editais do Iphan, essa área pode entrar, a Saúde Mental pode entrar. Mas a Saúde Mental não sabe que pode entrar. Quem lida com a Saúde Mental sabe muito pouco que pode através do Iphan, ter linhas de financiamento, ter fomento. É um terreno novo para o Ministério.

Então, eu penso que uma das coisas que temos de fazer é começar construir editais específicos em todas as áreas do Ministério. É necessário haver editais específicos para a área da Saúde, para a área de Patrimônio. Ai, é importante o papel de vocês nisso, para nos ajudarem a construir isso. Entendemos de patrimônio e entendemos de como construir um edital, mas quem entende de saúde mental - onde é que está, como é que se faz - são vocês. Então, na questão racial, é importante você ter editais dentro da Palmares. Na Funarte, especificar por área e fazer editais por área, que é assim que o Ministério funciona.

Esse é o quadro do Ministério, e a gente trabalha com a Lei Rouanet, que apresenta duas maneiras de financiamento. Uma é o financiamento do Mecenato, que é via renúncia fiscal; e a outra é o fomento direto, que é o Fundo Nacional de Cultura - que são os editais com recursos do Fundo. É investimento direto do Ministério. Para os dois modos - Mecenato e Fundo - existe um processo burocrático de você ter acesso, um processo limitador, como dizia o Geo Britto, ontem. Um processo limitador porque é um processo burocrático muito cruel às vezes, principalmente para esses setores mais excluídos: os índios, o pessoal das culturas populares, que não tem capacitação para acessar a cidadania. É preciso democratizar. Como disse ontem, é necessário mudar, criar novas maneiras e capacitar a população a ter acesso. A renúncia fiscal tem todo um processo de seleção que, no frígir dos ovos, o Ministério aprova um ônus em valor de renúncia e o solicitante procura uma adesão na iniciativa privada ou nas empresas estatais, de renúncia fiscal. No investimento direto, o proponente propõe, o Ministério seleciona e libera o orçamento direto - 80% do orçamento, nesses casos. E agora nós estamos criando uma nova modalidade, que facilita muito mais a relação, principalmente com esses setores excluídos, que é o Prêmio, que não tem praticamente nenhum processo burocrático.

Ontem, por exemplo, em São Paulo, entregamos o catálogo do I Prêmio Culturas Indígenas, por meio do qual premiamos 82 projetos de aldeias indígenas de todo o Brasil. Um processo muito rico de seleção, de mapeamento, sem burocracia, um trabalho patrocinado pela Petrobrás. O segundo prêmio será logo lançado. Nós vamos premiar 100 projetos, dando 24 mil reais para cada iniciativa. Agora eu gostaria que a Patrícia falasse sobre os Pontos de Cultura e o Fred sobre o PAC. Eu vou pedir só um minutinho. Nós vamos precisar de um pouco mais de tempo porque é fundamental que as pessoas saibam o que são os Pontos, como eles funcionam e como é que funciona o PAC. Muito obrigado!

■ Patrícia Dornelles (Coordenadora do Programa Cultura Viva na Região Sul e Colaboradora da SID/MinC)

Bom, então é isso, né? Eu sou a Patrícia. Então, para quem não me conhece, eu trabalho na Regional Sul. Venho assessorando a SID nesse processo aí da Saúde Mental porque eu sou do Movimento. O 'Programa Cultura Viva', o lançamento dessa idéia, surgiu nessa gestão dessa Secretária, que é a Secretária de Programas e Projetos Culturais e a gente, que trabalha no Ministério, conhece o projeto dos Pontos de Cultura, acha que tem tudo a ver. O Fred Maia vai falar do PAC também. A gente que é do Movimento acredita nas redes. Inclusive, o próprio Pedro já teve contato com o Célio, né? No ano passado já vieram conversando sobre isso. O Geo tem uma articulação também importante em relação a esse debate que já vem também acontecendo dentro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Então, o que é o 'Cultura Viva'? O 'Cultura Viva' é um programa que tem várias ações. E quais são essas ações? São os Pontos de Cultura, e dentro dessa proposta dos Pontos, a gente tem o grande objetivo de criar a 'Rede Cultura Viva' que são as articulações entre os Pontos de Cultura. Um Ponto de Cultura é aquilo que as comunidades, as instituições e o Terceiro Setor já vinham fazendo nas comunidades, na periferia. Então, qual é a proposta da SBPC? Por isso que virou Ponto de Cultura, né? Até tem a ver com aquele papo antropológico do Gil, que muita gente criticou, que era tocar naquilo que já acontecia, tocar naquilo que já estava acontecendo.

Então, a gente tem uma diversidade de Pontos de Cultura no Brasil todo. Hoje, a gente tem 600 Pontos de Cultura conveniados. A gente sabe que é muito pouco, mas cada Ponto de Cultura tem uma proposta diferenciada. Por exemplo, eu posso ter um Ponto de Cultura numa casa de candomblé; eu posso ter um Ponto de Cultura numa instituição que trabalha com crianças; eu posso ter um Ponto de Cultura articulado com um CAPS, desde que já existam ações que venham fomentando aquela rede, aquela comunidade, aquela articulação de produção de cultura, de produção de articulação, de emancipação e todas as coisas que estão envolvidas aí. Então, dentro desse projeto existe também o que a gente vem chamando de 'Pontão de Cultura'. O que é um 'Pontão de Cultura'? Um 'Pontão de Cultura' são aqueles pontos que se articulam com os outros pontos. O Pontão se articula com os outros Pontos e ele faz uma capacitação, uma multiplicação da sua tecnologia; da sua tecnologia social, das coisas que ele têm. Por exemplo, o CTO é um Pontão, né, Geo? Então, o Pontão lá do CTO, ele faz o quê? Ele viaja o Brasil; a gente articula com os Pontos de Cultura e eles vão e capacitam o pessoal dos outros Pontos na linguagem lá do CTO, do teatro-fórum, que, pelo menos, é isso o que eles estão fazendo hoje. Eles já estiveram várias vezes lá no Sul. Tem uma outra ação, que a gente vem chamando de 'Rede de Pontos'. O que é 'Rede de Pontos'? A 'Rede de Pontos' é o seguinte: eu junto várias instituições... em Pelotas a gente tem uma 'Rede de Pontos'. Por exemplo: a Universidade de Pelotas - e tem até a ver com o Patrimônio - eles pegaram três instituições antigas de Cultura: um centro cultural negro que fica aí, é um dos grupos. Então, a Universidade de Pelotas faz toda a digitalização, em software livre, da memória desses grupos culturais. Então, eles têm três articulações, com três outras instituições da cidade, mas é a Universidade de Pelotas, por exemplo, que tem o convênio. Então, eu tenho um convênio, mas eu posso fazer articulação com três outras instituições. Por exemplo, a gente pode pensar uma associação de usuários, uma associação ligada aí ao pessoal da Reforma, da Luta Antimanicomial. Eu posso pegar e desenvolver parcerias. Eu mando o projeto para o Ministério, mas eu descentralizo a minha ação; eu faço uma relação de troca com outras articulações. Então, não é localizado, né? Eu crio uma 'Rede de Pontos'. Então, dentro desse programa, que é o Programa 'Cultura Viva', a gente teve - e a gente agora está revendo - a proposta do 'Agente Cultura Viva' - e que depois até,

acabamos descobrindo que existem outros Ministérios que têm algo bem parecido. O 'Agente Cultura Viva' era o seguinte: aquele adolescente ou aquele idoso – porque a gente pode ter Ponto de tudo que é jeito; tem o Ponto de terceira idade e tudo... o 'Agente Cultura Viva' ganhava uma bolsa para trabalhar no Ponto de Cultura. Então, o que ele fazia? Ele ajudava a gerenciar o Ponto. Então, ele aprendia como é que funcionava, como é que se fazia a produção local do Ponto, ou a produção dos espetáculos. Então, ele recebia uma bolsa para ser o 'Agente Cultura Viva'. Então, isso é para os jovens e agora, a gente está retomando. A gente fez uma parceria com o Ministério do Trabalho no ano passado e a gente está retomando esse processo para que ele seja qualificado.

Outra ação do Programa é a 'Cultura Digital'. A 'Cultura Digital' é uma ação que a gente desenvolveu; mas agora ela se modificou um pouco, que é via Pontos de Cultura e Pontão. Estava até com edital aberto. A 'Cultura Digital' é uma capacitação, uma multiplicação, na verdade, do conhecimento do software livre, porque o Ministério da Cultura banca o software livre, quer trabalhar com o software livre. Então, a gente entende que os Pontos de Cultura, eles têm que se apropriar dessas tecnologias para poder fazer a difusão, poder gravar o seu CD, poder fazer o seu vídeo e as suas articulações também.

A gente tem aqui, só para citar, já terminando, por exemplo, uma experiência em São Lourenço, que eu acho que é válida: o Ponto de Cultura lá de São Lourenço, do Rio Grande do Sul. O pessoal do CAPS faz as oficinas no Ponto de Cultura. Então, um pessoal sai do CAPS e usa o Ponto de Cultura para fazer essa articulação. Então, eu, do Ministério e também do Movimento, acho que é isso que a gente tem que estar provocando, entendeu? Fazendo uma parceria com os Pontos de Cultura para acolher na sua comunidade, na sua região, aquelas pessoas; fazendo parceria com os CAPS e tal, e com os serviços. Acolhendo essas pessoas dentro das oficinas que já existem na sua comunidade, no seu bairro, no Ponto que tem ali uma ação. A gente tem a Gal e a Fernanda, que estão aqui também; que ligaram para a gente, estão aqui elas. Ligaram para a gente porque eles têm lá um trabalho e eles são um Ponto de Cultura. Então, o pessoal da Saúde Mental já está meio dialogando com a questão dos Pontos. Parece que a gente tem um CAPS aqui no Rio? Niterói. É, está aí o pessoal lá do Alameda também. Então, já existe uma relação. Então, mais ou menos, assim, rapidinho, é essa a proposta.

■ Fred Maia (Gerente de Articulação Nacional da Secretaria de Articulação Institucional/MinC)

Bem, bom dia. Eu acho que ficou tudo menos difícil depois dessa extraordinária fala do Pedro. E eu queria começar minha fala dizendo que o Ministério da Cultura caminha agora, nesse momento, para finalizar o seu Plano Nacional de Cultura, que é um processo que a gente vem desenvolvendo já há algum tempo. O Plano Nacional de Cultura tem como modelo o Sistema Único de Saúde (SUS).

Sempre que nós fomos a algum lugar falar do Plano, a gente procurou levar alguém que conhecesse o SUS para dialogar, para fazer com que as pessoas que vão construir ou que estão construindo conosco o Plano Nacional, consigam compreender o que é o SUS. E a gente sempre diz que o SUS é o modelo ideal para a gente construir o nosso plano, ou seja, essa já é uma parceria para a política que o Ministério da Cultura quer construir, uma política de Cultura para o País, modelada pelo SUS. Então, é para a gente começar a dizer o tanto que a nossa relação é forte, é intensa e seminal para esse caminho que a gente quer trilhar. O 'Pacto Social' é um projeto que, como eu já falei ontem, permitirá ou deverá permitir, que o Ministério da Cultura tenha escala de Ministério. Eu costumo dizer, brincando, que o Ministério da Cultura é uma espécie de Secretaria de Cultura. Nós estamos ali na Esplanada, mas nós não temos a escala de um Ministério. Eu até citei ontem aqui, Pedro, que o Ministério da Saúde, por exemplo, têm 25 mil grupos de agentes de Saúde da Família, de equipes multidisciplinares com 6 pessoas. Imagina, que coisa extraordinária. Nós, temos 600 Pontos de Cultura, que talvez seja o nosso maior programa hoje do Ministério. Então, o PAC vai permitir que essa coisa se amplie.

E quando a gente fala 20 mil Pontos de Cultura, a gente está dizendo o seguinte: nós devemos ampliar, até o ano 2010, para 3 mil Pontos de Cultura, desse Ponto tradicional, que a Patrícia acabou de falar. O Ponto de Cultura atende a essa diversidade da cultura brasileira, que é extraordinária. Então, têm Pontos ligados à dança; têm Pontos ligados à Cultura tradicional; têm Pontos do Hip-Hop dentro das cidades, na periferia; têm pontos lá nos quilombolas; têm pontos em assentamentos dos Sem-Terra; Síndrome de Down... Enfim, têm Pontos com todas as características da diversidade cultural brasileira. Nós pretendemos ampliar, porque, na

verdade, o PAC vai garantir para a gente um orçamento que vai atender, minimamente, essa demanda que estava represada e que com a extraordinária ação do Ministro Gil, conseguiu abrir, tirar das gavetas, dos escaninhos da Cultura, essa coisa toda. Ampliamos essa coisa, mas o orçamento não ampliou. Não sei se vocês sabem, mas o orçamento do Ministério da Cultura é cerca de 0,6%. Nós brigamos para que seja 1%. É a luta do Ministro. O Fórum Nacional de Cultura quer que seja 2 para a União, 1,5 para Estados e 1 para Municípios. Nós temos secretários, por exemplo - como dizem em São Paulo - que dizem que isso é 'um sonho de uma noite de verão'; mas, enfim, nós temos essa necessidade, esse desejo de ampliar o orçamento. É claro que nós temos algumas alternativas para ampliar esse orçamento, como a Lei Rouanet, por exemplo, que é uma lei muito questionada, que a gente precisa mudar bastante, mas que atende. A gente conseguiu ampliar os recursos das estatais para alguns setores da área da Cultura, para os editais, e tudo o mais. A gente amplia um pouco esse orçamento, mais ou menos, de 400 milhões. Mas a gente acredita que o que está proposto, mais ou menos para o PAC é cerca de 2 milhões e 400 para o Ministério da Cultura até 2010. Então, a gente amplia bastante. E aí, a gente pode dizer, por exemplo, que a gente vai para 20 mil Pontos de Cultura.

Eu sei que nós, do Ministério da Cultura, achamos engraçado. A gente ri, porque, na verdade, é o seguinte: a gente pularia de 600 para 3 mil. Esse Ponto tradicional que tem equipamentos, pressupõe que tem equipamentos audiovisuais. Por exemplo, que a gente possa, com computadores, com antena G-SAT, dar acesso à Internet no local que não tenha banda larga, como no Quilombo, por exemplo. Enfim... Mas a gente vai ampliar para 200 Pontões. Quantos são hoje? Cerca de 30, 40 Pontões. Nós vamos ampliar para 200. Pontão é um Ponto de Cultura especializado numa determinada linguagem ou num determinado setor, que tem o caráter de formação. Então, por exemplo, imagina que o Ponto de Cultura lá de Niterói, que já tem uma expertise, que já tem um conhecimento na área de Saúde Mental, possa ser aqui, para o Estado do Rio, um formador. Ele vai formar técnicos na área de Cultura e Saúde Mental. Acompanhante terapêutico, por exemplo: um artista, que possa trabalhar nessa direção para os outros Pontos, ou para os Núcleos de Atenção Psicossocial, para os CAPS, ou para os outros centros de cultura, ou centros de convivência e de cultura da rede.

Compreende? Então, nós vamos ampliar, mais ou menos, de 30, 40 para 200, até 2010. E esses 17 outros Pontos, nós chamamos 'Pontinhos de Cultura' que seriam, por exemplo... Eles podem buscar uma interface... Por exemplo, a 'Programadora Brasil', ela é nossa área, a nossa interface com o audiovisual. O Brasil tem 2 centros importantes: o Centro Técnico Audiovisual, que é aqui no Rio de Janeiro; e a Cinemateca Brasil, que é lá em São Paulo. E eles são, digamos assim, o nosso grande acervo audiovisual. Tudo o que tem de importante no cinema brasileiro, latino-americano e até do mundo, está lá. É um grande arquivo do cinema brasileiro e mundial. O que é que nós estamos fazendo? Nós estamos digitalizando isso aí, transformando em CD e difundindo para Pontos de Cultura, para cineclubes e tudo o mais. Então, nós vamos, por exemplo, com o Ministério da Educação, nós vamos ampliar... já existe um acordo para 14.600 Pontos no Brasil. Nós não estamos incluindo isso, por exemplo, nos 17 mil, compreende? Já é o PAC que permite, o acordo já foi feito com o Ministro Haddad. Já está fechado. Então, cada escola brasileira vai ter acesso, e nós vamos ampliar. Isso vai dar condição de que a gente amplie esse acervo extraordinário que está parado, que ninguém tem acesso, que fica aí e ninguém sabe. O cinema brasileiro não é visto e tem coisas extraordinárias. E também todo e qualquer edital novo, todo e qualquer filme novo brasileiro que sair por edital, automaticamente, vai entrar na 'Programadora'. Para isso, nós vamos ter um cara lá no Ponto de Audiovisual, chamado de Agente Audiovisual, que é um cara que vai ser capacitado para reproduzir essas imagens, para fazer contato na comunidade, para discutir cinema, essa coisa toda. A mesma coisa vai ser com os Pontos de Leitura. Nós já sabemos, viu Paulo. Vocês estão falando em 46, né? Nós já estamos falando em 53. Ampliou. Essas 53 cidades brasileiras com maior índice de violência. E isso já está identificado. O Ministério da Justiça chamou o Ministério da Cultura para um trabalho, e nós vamos trabalhar diretamente nessas cidades. E o modelo que nós vamos adotar é o modelo que está sendo adotado na Colômbia, com a Leitura. Tanto que nós, no PAC, vamos ampliar; nós vamos criar no PAC, 800 espaços multi-uso. Isso com o Ministério das Cidades, porque, veja: o PAC é um projeto que articula Ministérios em setores sociais para uma ação social importante. O Ministério da Cultura é um desses Ministérios. O Ministério da Saúde está junto e também o Ministério das Cidades e o Ministério da

Educação. Então, nós já sabemos que a experiência da Colômbia tem a ver com livre leitura.

O Ceará tem uma experiência extraordinária, do Agente de Leitura, que nada mais é que... Aliás, essa pessoa que criou o projeto está vindo para o Ministério. Não sei se você está sabendo: o Adriano, um rapaz lá do Ceará. É uma experiência fantástica! Um jovem do município, que tenha o Ensino Médio ou que esteja no último ano do Ensino Médio, é capacitado para a leitura. Ele tem uma biblioteca de bolsa, ele vai aos asilos; ele vai aos espaços culturais; vai à casa de pessoas analfabetas e faz leituras. Por exemplo: o Ministério da Saúde tem um programa que capacita cerca de 100 mil Agentes de Saúde da Família por ano e 50 mil Agentes de Saúde jovens, né?. Nós, por exemplo, pretendemos, nesse processo de parceria com o Ministério da Saúde, formar esse Agente Audiovisual, formar esse Agente de Leitura.

Por exemplo: na bolsa desse cara, desse Agente de Leitura, pode ter livros que possam tratar de DST/AIDS, possam tratar de saúde bucal, de prevenção, enfim... Quer dizer, com literatura ele também vai trazer literatura, informações importantes para a prevenção de doenças, essa coisa toda. Então, a gente amplia bastante essa possibilidade, com as nossas parcerias, né?

Esse nosso Agente de Cultura Viva, é a pessoa que vai, na verdade, lá no Município, difundir as nossas ações, o nosso cardápio, e interagir com a comunidade e com os outros agentes sociais: agentes de saúde, o povo da área da educação e tudo o mais. Então, tentando seguir um pouco aqui esse roteiro - que é tanta coisa e o tempo é tão curto - eu compreendo a seguinte questão: nós começamos uma ação lá no Ministério da Saúde; foi muito açodada, foi muito rápida. Nós tivemos que ir rápido ao Ministério da Saúde para discutir essa questão do PAC. E lá, nós procuramos então, a Saúde Básica, né? A Claunara. Nós procuramos o José Ivo, que é ligado também à Educação Popular em Saúde e que é uma pessoa bacana, incrível; um cara muito inteirado com as ações na comunidade, com a Cultura Popular, essa coisa toda e com a Saúde. Aí, a gente começou a desenhar, e a gente apontou, evidentemente, naquele momento, pelos CAPS, como sendo um espaço importante. Por que a gente já conhecia a questão da Cultura nos CAPS, a gente apontou os CAPS como um espaço interessante.

O Ministério da Saúde é um universo, é uma coisa extraordinária. É espantoso, para a gente da Cultura, chegar

e descobrir aquele universo lá. Então, a gente sabe que tem um programa voltado para a saúde na escola. Esse projeto, a gente vai buscar uma inteiração melhor agora, porque nós queremos constituir um grupo de trabalho, Cultura e Saúde para discutir essa questão do PAC. E eu acho que esse fórum aqui é o ideal para a gente acolher sugestões para construir essa política - que é uma política setorial muito interessante aqui entre os dois Ministérios - mas que vai para além dos dois Ministérios. Porque, depois, a gente vai cruzar toda essa rede social que existe lá na ponta, que existe lá nos Municípios. E o PAC quer, na verdade, articular, consolidar esse pacto federativo. Então, esses são programas importantes. Por exemplo, nós descobrimos lá o Programa 'Ciranda da Vida', por exemplo, lá no Ministério da Saúde. Ele foi citado como um projeto importante do Ministério, que a gente deve ampliar. É um projeto que acontece também no Ceará. Você conhece esse projeto 'Ciranda da Vida'? É um projeto importante lá do Ceará, na área de Saúde e Cultura. Eles apontaram para a gente, como um projeto de interesse, que a gente possa apoiar com as nossas ações. É um projeto muito bacana. A gente pensou nesse projeto. A gente quer isso. Eu creio que sim. Mas, enfim, o fato é que nós temos um cardápio, que vai se ampliar com recursos que a gente tem, que a gente pode oferecer ao CAPS, aos centros comunitários de saúde; enfim, à rede básica de atenção à saúde nos Municípios.

Nós falamos bastante, nós temos um cardápio e nós queremos conhecer também o cardápio do Ministério da Saúde, para a gente trocar e construir esse processo. Por isso que eu volto a afirmar que esse fórum aqui é o fórum onde a gente quer ouvir sugestões, para a gente encaminhar para lá. Eu vou pedir agora ao Pedro, que nos ajude nessa relação lá com o Ministério da Saúde, que está muito boa, mas só está começando. Que a gente possa constituir esse grupo de trabalho o mais urgentemente possível e que o recorte da Saúde Mental seja garantido nessa ação.

O Pedro também já delineou uma coisa muito interessante aqui quando ele aponta esses três eixos fundantes, seminais da nossa discussão e da nossa parceria, que seriam: Direitos Humanos, Geração de Renda e Cultura. Quando a gente começar a pensar aquela proposta que foi apresentada aqui, a gente possa pensar nesses três eixos, entendeu? É muito interessante, não é? E... bem, o PAC é um projeto incrível. Eu

não tenho como falar dele aqui agora, mas, a idéia é que a gente possa, muito brevemente repassar isso. Eu me comprometo a fazer isso. À medida que chegar até a minha caixa de e-mail, o e-mail de todo mundo; ou então, repassar isso aqui para o fórum, ou para o seminário, para que seja repassado, para que vocês conheçam isso aqui, está certo? A proposta do Ministério da Cultura já passou. Já chegou até as mãos do Presidente Lula, numa reunião de trabalho com todos os outros Ministérios envolvidos. O secretário executivo, naquele momento, o Ministro Juca Ferreira, apresentou a proposta. O Presidente Lula não disse 'não' a nenhum item; aprovou o projeto e afirmou que era o melhor projeto até então apresentado. E afirmou isso na frente de todos os outros Ministérios que já tinham apresentado projetos. Então, nós temos uma coisa importante para ser construída - a junção da Saúde e da Cultura - e o recorte da Saúde Mental está garantido aqui, quando a gente aponta os serviços e a rede de apoio à Saúde Mental. Muito obrigado.

3. DIRETRIZES E AÇÕES APROVADAS

A Plenária Final foi conduzida alternadamente por Ricardo Lima e Paulo Amarante, com o apoio da equipe de moderadores que apresentou ao início da atividade a metodologia a ser empregada. Após apresentação dos resultados dos GTs pelos respectivos relatores dos grupos, anotação de destaque e debates - primeiramente das diretrizes e, em seguida, das ações - as propostas foram reformuladas, obtendo-se a redação final listada nas tabelas a seguir:

3.1. GT PATRIMÔNIO

3.2. GT DIFUSÃO

3.3. GT FOMENTO

GT PATRIMÔNIO

DIRETRIZ 1 => Empoderar usuários, trabalhadores e comunidades para que possam reconhecer a sua diversidade cultural e seu valor, subsidiando os grupos de saúde mental com informações que possibilitem a identificação e valorização do patrimônio integral comunitário.

Ação 1 Mapear e catalogar os diversos patrimônios e as produções existentes.

Ação 2 Produzir e disponibilizar material informativo.

DIRETRIZ 2 => Criar instrumentos para que a produção cultural possa acontecer e ser reconhecida no campo sócio-político-cultural, apontando para a circulação e uso social do patrimônio.

Ação 1 Dar visibilidade para o patrimônio do campo da Saúde Mental utilizando diversas mídias públicas de difusão existentes no país.

Ação 2 Promover intercâmbio entre diferentes práticas e patrimônios.

Ação 3 Promover, por meio de editais, ações de fomento e preservação de acervos, patrimônios e produções culturais.

Ação 4 Construir uma agenda de prioridade de pesquisa que contemple os temas “territórios”, “cotidiano” e “saúde mental”, além de publicar editais com estas finalidades.

DIRETRIZ 3 => Construir os princípios de uma ética e cidadania da criação que contemplem a questão da propriedade intelectual das produções realizadas nos serviços de saúde mental.

Ação 1 Formular uma política de curadoria das obras, prevendo-se um colegiado interdisciplinar.

Ação 2 Constituir fóruns permanentes de trabalho, a partir desta oficina nacional, para o acompanhamento das políticas culturais para a saúde mental.

Ação 3 Informar e esclarecer a comunidade e os serviços de saúde mental sobre a legislação referente às questões de propriedade intelectual e direito de uso de imagem.

Ação 4 Aperfeiçoar mecanismos que garantam o direito do usuário de saúde mental sobre sua obra.

Tabela 1 - Tema Patrimônio

GT DIFUSÃO

DIRETRIZ 1 => Democratizar o direito à informação e à comunicação.

Ação 1 Criar o setor de comunicação nos serviços, instituições e dispositivos de saúde mental para garantir as ações de comunicação.

Ação 2 Criar e Desenvolver a interface entre cultura e saúde mental por meio dos setores da comunicação pública, conectando-se ao Fórum Nacional de Comunicação Pública.

Ação 3 Aprofundar as políticas culturais da saúde mental nos eixos de Patrimônio, de Fomento e de Comunicação.

Ação 4 Criar Centros de Documentação e Comunicação em cultura e saúde mental.

DIRETRIZ 2 => Dar visibilidade às iniciativas e projetos culturais desenvolvidos no campo da saúde mental.

Ação 1 Realizar levantamento e mapeamento nacional dos projetos culturais desenvolvidos na saúde mental e/ou que incluam pessoas com sofrimento psíquico.

Ação 2 Discutir iniciativas, técnicas e a produção cultural em saúde mental em Encontro Nacional de Produção Cultural na Saúde Mental.

DIRETRIZ 3 => Garantir a ocupação dos espaços públicos culturais com projetos da saúde mental.

Ação 1 Promover e realizar festivais e mostras sobre Diversidade Cultural, que incluam também o campo da Saúde Mental.

Ação 2 Realizar editais para ocupação de espaços públicos culturais (p. ex. museus, galerias, teatros) com iniciativas e projetos culturais da Saúde Mental.

Ação 3 Realizar encontros e conferências (nos níveis municipal, estadual e federal) que façam a interface entre Saúde e Cultura.

Ação 4 Garantir formação e capacitação, por meio de cursos, dos trabalhadores da cultura e da saúde em Diversidade Cultural.

Ação 5 O Ministério da Cultura, em parceria com a sociedade civil, deve articular as ações inter-setoriais nos níveis federal, estadual e local.

Ação 6 Promover - por meio de editais, ações de registro e publicações em multimeios - as múltiplas expressões da diversidade cultural produzidas pelas experiências da loucura e seus experimentos e outras formas de existência e resistência no campo da Saúde Mental.

Tabela 2 - Tema Difusão

GT FOMENTO

DIRETRIZ 1 => Implementar políticas públicas na interface Cultura e Saúde que promovam a participação de pessoas em sofrimento mental.

Ação 1 Contemplar, como proponentes e beneficiários, pessoas em sofrimento mental em editais nas áreas da Cultura e da Saúde.

Ação 2 Criar editais específicos para a área da Saúde Mental, não restritos a serviços de saúde

Ação 3 Potencializar os já existentes e criar espaços culturais comunitários que trabalhem com grupos heterogêneos garantindo a inclusão de pessoas em sofrimento mental e manter agentes de cultura permanentes, garantindo a sustentabilidade e a continuidade dos projetos.

Ação 4 Fomentar propostas e projetos voltados para a coletividade que garantam a inclusão de pessoas com sofrimento mental.

Ação 5 Viabilizar o acesso aos bens, equipamentos, instrumentos e recursos da Cultura pelas pessoas em sofrimento mental.

Ação 6 Estabelecer políticas de capacitação para o desenvolvimento de projetos culturais voltados para a saúde mental, numa perspectiva intersetorial e interdisciplinar

Ação 7 Implantar pontos de cultura de acordo com os princípios de diversidade e identidade cultural em suas várias expressões existentes no campo de saúde mental, garantindo o compromisso com a desinstitucionalização, em consonância com os conceitos de empoderamento, autonomia, cidadania e sustentabilidade como proposto no Programa Cultura Viva e em suas ações em rede.

DIRETRIZ 2 => Incluir os vários segmentos da sociedade civil em todos os níveis do planejamento de políticas públicas na interface saúde / cultura e aperfeiçoar os processos de trabalho relativos a formulação, gestão, execução e distribuição de recursos relativos a implementação destas políticas.

Ação 1 Criação de fóruns estaduais e municipais com a participação de representantes da Saúde e da Cultura.

Ação 2 Promover Seminários Regionais e Locais para discutir as políticas públicas indicadas na oficina “Loucos pela Diversidade”.

GT FOMENTO (continuação)

<p>Ação 3 Criar mecanismos de inclusão da sociedade civil em todos os níveis de planejamento.</p>	<p>Ação 4 Estabelecer mecanismos eficazes de comunicação, para difusão das ações e para aplicação de recursos destinados a programas de saúde e cultura, entre as três esferas de governo.</p>
--	---

<p>Ação 5 Consolidar instâncias de participação e controle social, através do fortalecimento de conselhos municipais, estaduais de cultura.</p>	
--	--

DIRETRIZ 3 => Incorporar metas da área da Saúde no Plano Nacional de Cultura e metas da área da Cultura no Plano Nacional de Saúde.

<p>Ação 1 Criar uma Câmara Técnica Interministerial envolvendo o MinC e o Ministério da Saúde.</p>	<p>Ação 2 Criar um Fundo Interministerial, gerido pela Câmara Técnica Interministerial, para manutenção e ampliação de projetos em desenvolvimento na interface Cultura/Saúde e para os Pontos de Cultura, e que estes projetos recebam o indicativo de apoio a partir de definições do Fórum Tripartite.</p>
---	--

<p>Complemento Que o Fundo Interministerial garanta os recursos através de editais e que os projetos sejam contemplados após um levantamento e mapeamento das experiências existentes.</p>	<p>Ação 3 Criar um Fórum Tripartite Nacional Permanente, formado por representantes do Ministério da Cultura, Ministério da Saúde e Sociedade Civil, com paridade na composição do governo e da sociedade civil.</p>
---	---

DIRETRIZ 4 => Promover o mapeamento, a documentação e a difusão das iniciativas na interface Saúde / Cultura.

<p>Ação 1 Implementar pesquisa multicêntrica acadêmica.</p>	<p>Ação 2 Orientar e capacitar as equipes mapeadas, agentes e atores em elaboração de projetos.</p>
--	--

<p>Ação 3 Destinar recursos para garantir infra-estrutura e continuidade das experiências já existentes.</p>	
---	--

4. LISTA DE PARTICIPANTES:

1. Adair Rocha – Representação do MinC – Rio de Janeiro (RJ)
2. Alexandre Bellagamba – Movimento Antimanicomial – S. Pedro da Aldeia (RJ)
3. Alexandre Wanderley – Coletivo Carnavalesco Tá Pirando, Pirado Pirou / Instituto Philippe Pinel – Rio de Janeiro (RJ)
4. Alice Bottaro Guimarães – GT Saúde Mental da Abrasco – Cuiabá (MT)
5. Ana Lucia Pardo – Representação do MinC – Rio de Janeiro (RJ)
6. Ana Paula Novaes – Projeto Trem TamTam – Belo Horizonte (MG)
7. Aurélio Aragão – Projeto Alice Prepara o Gato – Ponto de Cultura / CAPS – Niterói (RJ)
8. Babilak Bah – Projeto Trem TamTam – Belo Horizonte (MG)
9. Beatriz Adura – Laps/Ensp/Fiocruz – Rio de Janeiro (RJ)
10. Cláudia Simone – Grupo de Teatro do Oprimido Pirei na Cenna/CTO – Rio de Janeiro (RJ)
11. Cristhiane Costa – Grupo Coral Cênico Teatro e Dança / Projeto Cidadãos Cantantes- São Paulo (SP)
12. Cristina Lopes – Grupo Coral Cênico Teatro e Dança / Projeto Cidadãos Cantantes – São Paulo (SP)
13. Eduardo Torre – Laps/Ensp/Fiocruz – Rio de Janeiro (RJ)
14. Edvaldo Nabuco – Laps/Ensp/Fiocruz – Rio de Janeiro (RJ)
15. Elizabete Henna – Jornal Vozes/Associação José Martins – Santo André (SP)
16. Eurypedes Junior – Museu de Imagens do Inconsciente – Rio de Janeiro (RJ)
17. Felipe Brognoli – Movimento de Luta Antimanicomial – Florianópolis (SC)
18. Felipe Amarante – Laps/Fiocruz – Rio de Janeiro (RJ)
19. Fernando de Freitas – Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira – Campinas (SP)
20. Francisco Sayão – Grupo Harmonia Enlouquece, Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ)
21. Fred Maia – Secretaria de Articulação Institucional / MinC – Brasília (DF)
22. Gal Soares Di Sordi – Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira – Campinas (SP)

24. Gilberto Gil - Ministério da Cultura – Brasília (DF)
25. Giuliana Goularte – Grupo Musical Mágicos do Som; CAPS Usina dos Sonhos - Volta Redonda (RJ)
26. Gláucia Leal - Revista Mente & Cérebro - São Paulo (SP)
27. Hamilton Assumpção - Grupo Harmonia Enlouquece - Rio de Janeiro (RJ)
28. Ianni Scarcelli - GT Saúde Mental da Abrasco, USP - São Paulo (SP)
29. Izabel Friche Passos - GT Saúde Mental da Abrasco, UFMG - Belo Horizonte (MG)
30. Jorge dos Remédios - Movimento de Luta Antimanicomial - Angra dos Reis (RJ)
31. Jorgina Ferreira - Associação Vivendo em Casa – Rio de Janeiro (RJ)
32. José de Matosinhos - Zé do Poço e Sarieiro - Dupla Caipira - Ribeirão das Neves (MG)
33. Leandra Brasil - Laps/Ensp/Fiocruz - Rio de Janeiro (RJ)
34. Leopoldo Nunes - Ancine - Brasília (DF)
35. Lizete Vaz - Instituto Franco Basaglia - Rio de Janeiro (RJ)
36. Lorena Souza - Ponto de Cultura Alice Prepara o Gato / CAPS-AD - Niterói (RJ)
37. Lucília Coelho - Projeto Loucos por Música - Rio de Janeiro (RJ)
38. Lucrécia Corbella - Laps/Ensp/Fiocruz - Rio de Janeiro (RJ)
39. Luizinho Gonzaga - Grupo Loucos pela Vida - Ribeirão Preto (SP)
40. Lula Wanderley – Grupo Camisas de Força, Espaço Aberto ao Tempo / IMAS - Nise da Silveira - Rio de Janeiro (RJ)
41. Margareth Suzano - Jornal Vozes / Associação José Martins – Santo André (SP)
42. Marisa Revert - Rede Parabolínica - Belo Horizonte (MG)
43. Mônica Nunes - GT Saúde Mental da Abrasco, UFBA - Salvador (BA)
44. Noale Toja - TV Pínel - Rio de Janeiro (RJ)
45. Patrícia Dornelles – Programa Cultura Viva - SID/MinC - Porto Alegre (RS)
46. Patrícia Duarte - Laps/Ensp/Fiocruz – Rio de Janeiro (RJ)
47. Paulo Amarante - Laps/Ensp/Fiocruz – Rio de Janeiro (RJ)
48. Pedro Gabriel Delgado – Coordenação Nacional de Saúde Mental/MS - Brasília (DF)

23. Geo Britto - Centro de Teatro do Oprimido - Rio de Janeiro (RJ)
49. Peter Pál Pelbart - Cia Teatral UEINZZ! - São Paulo (SP)
50. Renata Ruiz - Laps/Ensp/Fiocruz - Rio de Janeiro (RJ)
51. Renato di Renzo - Projeto TAMTAM - Santos (SP)
52. Ricardo Aquino - Museu Arthur Bispo do Rosário - Rio de Janeiro (RJ)
53. Ricardo Lima - SID/MinC - Brasília (DF)
54. Sérgio Mamberti - SID/MinC - Brasília (DF)
55. Sidney Dantas - Grupo Harmonia Enlouquece, CPRJ - Rio de Janeiro (RJ)
56. Silvio Yasui - GT Saúde Mental da Abrasco, Unesp - Assis (SP)
57. Thomas Josué da Silva - GT Saúde Mental da Abrasco, Unisinos - Uruguaiana (RS)
58. Vandrê Vidal - Grupo Cancioneiros do IPUB - Rio de Janeiro (RJ)
59. Walter Ferreira Oliveira - GT Saúde Mental da Abrasco, UFSC - Florianópolis (SC)
60. Walter Mello - Cia Teatral Os Nômades / Espaço Artaud - Niterói (RJ)
61. Zé do Poço (José Jacinto Neto) - Zé do Poço e Sarieiro - Dupla Caipira - Ribeirão das Neves (MG)

Formato: 14,8 X 21 cm
Tipologia: Lucida Sans Unicode e Georgia
Papel: Pólen bold 70g/m² e couché matt 120g/m² (miolo)
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Fotolito, impressão e acabamento: Corbã Artes Gáficas LTDA
Rio de Janeiro, fevereiro de 2008.